

Expediente:**Federação das Associações dos Municípios da Paraíba - FAMUP****DIRETORIA-EXECUTIVA****PRESIDENTE: GEORGE JOSÉ PORCIÚNCULA PEREIRA COELHO – SOBRADO****1º VICE- PRESIDENTE: ROBERTO BANDEIRA DE MELO BARBOSA - BOM JESUS****2º VICE- PRESIDENTE: ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAÚJO - BOA VISTA****3º VICE- PRESIDENTE: ANNA LORENA NOBREGA – MONTEIRO****4º VICE- PRESIDENTE: EUCLIDES SÉRGIO COSTA DE LIMA JÚNIOR - BAÍA DA TRAIÇÃO****1º SECRETÁRIO: ALLAN FELIPPE BASTOS DE SOUSA - PEDRA BRANCA****2º SECRETÁRIO: BEVILACQUA MATIAS MARACAJÁ – JUAZEIRINHO****3º SECRETÁRIO: TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA – CABACEIRAS****1º TESOUREIRO: FÁBIO RAMALHO DA SILVA - LAGOA SECA****2º TESOUREIRO: LÚCIO FLÁVIO ARAÚJO COSTA – ITABAIANA****CONSELHO FISCAL****EFETIVOS****RONALDO R. DE QUEIROZ – GURIÃO****JOSÉ ALEXANDRE DE ARAÚJO - SANTA LUZIA****JOYCE RENALLY FELIX NUNES - DUAS ESTRADAS****CLÁUDIA MACÁRIO LOPES – QUIXABA****MARIA RODRIGUES DE ALMEIDA FARIAS – ALAGOINHA****SUPLENTE****AGUIFALDO LIRA DANTAS - FREI MARTINHO****ROSALBA GOMES DA NÓBREGA - SÃO JOSÉ DO BONFIM****JOAQUIM HUGO VIEIRA CARNEIRO - RIACHO DOS CAVALOS****JOSÉ BENICIO DE ARAÚJO NETO – PILAR****DIOGO RICHELLI ROSAS - NOVA OLINDA**

O Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABACEIRAS
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.124, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR COM AUXÍLIO FINANCEIRO, EM PROL DE ENTIDADES RELIGIOSAS, POR OCASIÃO DA PROMOÇÃO DE EVENTOS DE CUNHO RELIGIOSO E DEFINE OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS. Faço saber que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a viabilizar contribuição financeira em prol de Entidades Religiosas, por ocasião da promoção de Eventos de cunho religioso.

Art. 2º A contribuição autorizada por esta Lei poderá ser viabilizada por intermédio da transferência do recurso financeiro diretamente nas contas bancárias das mencionadas Entidades religiosas.

Parágrafo único. Para efeito do “ caput “ deste artigo, visando à concretização da liberação por parte deste Ente Público, os Dirigentes das Entidades Religiosas deverão formalizar a solicitação pertinente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias úteis, junto aos titulares das Secretarias Municipais.

Art. 3º A contribuição, objeto desta Lei, tem por propósito atender ao interesse público, ficando assim vedada, a utilização de critério de preferência pessoal, por parte de qualquer agente político em exercício de cargo público, por ocasião da análise da liberação ou não da solicitação encaminhada.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suspender, de forma temporária, ou não atender as solicitações encaminhadas, em virtude da ocorrência, de pelo menos uma, das situações abaixo elencadas:

I – indisponibilidade orçamentária;

II – indisponibilidade de recursos financeiros; e,

III – necessidade imperiosa de redução de despesas públicas.

Art. 5º As despesas resultantes da aplicação desta Lei serão custeadas por intermédio de dotações próprias consignadas no Orçamento anual em vigência, especificamente destinadas a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 6º Em caso de necessidade, e no que couber, fica o chefe do Poder Executivo Municipal a expedir a regulamentação necessária à execução desta Lei, por meio de Decreto.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabaceiras, 4 de outubro de 2023; 188 anos de Emancipação Política.

Publique – se e cumpra –se.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias

Código Identificador:A88FF60B

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.125, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de JOSÉ DE SOUSA LIMA (ZÉ TEMPERO), uma Rua no município de Cabaceiras.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabaceiras, 4 de outubro de 2023; 188 anos de Emancipação Política.

Publique – se e cumpra –se.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias

Código Identificador:5FB44A0F

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1.126, DE 4 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DEFINE OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS. Faço saber que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do poder executivo municipal autorizado a abrir CRÉDITO ESPECIAL a LOA do exercício de 2023, no valor de R\$ 1.529,00(um mil, quinhentos e vinte reais), a quais terá a seguinte classificação:

CÓDIGO DESCRIÇÃO ELEMENTO TOTAL

01.00

CÂMARA MUNICIPAL

01.031.1001.2001 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

500 Recursos não vinculados de impostos

3.3.50.43.01 Subvenções Sociais 1.520,00

Art. 2º Constituem fontes de recursos para atender a execução do presente crédito, ANULAÇÃO parcial e/ou total de dotações orçamentárias do orçamento vigente, de conformidade com Art. 43, Parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64, de acordo com o desdobramento a seguir:

CÓDIGO DESCRIÇÃO ELEMENTO TOTAL

01.00 CÂMARA MUNICIPAL

01.031.1001.2001 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

500 Recursos não vinculados de impostos

3.3.50.43.01 Equipamentos e Material Permanente 1.520,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TOTAL GERAL 1.520,00

Publique – se e cumpra –se.

Cabaceiras – PB, 4 de outubro de 2023; 188 anos de Emancipação Política.

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado por:
José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:90EB15A4

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP00022/2023**

**RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº
DP00022/2023**

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00022/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COM A FINALIDADE DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO PLENA NA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGA EM DIVERSOS CARGOS EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS – PB; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - R\$ 214.405,00.

Cabaceiras - PB, 29 de Setembro de 2023

TIAGO MARCONE CASTRO DA ROCHA -
Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:06A879BC

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO**

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS, COM A FINALIDADE DE ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO PLENA NA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGA EM DIVERSOS CARGOS EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CABACEIRAS – PB. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00022/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Cabaceiras: XXX. VIGÊNCIA: até 29/09/2024. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Cabaceiras e: CT Nº 06901/2023 - 29.09.23 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA - R\$ 214.405,00.

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:17457BBE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº. 03/ 2023**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
**CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
CMAS RESOLUÇÃO CMAS Nº 02/2023**

DISPÕE SOBRE A DELIBERAÇÃO DA
PROGRAMAÇÃO Nº 250310020230001 – GND 3
REFERENTE AOS RECURSOS
EXTRAORDINÁRIOS DA PORTARIA 886/2023
DO MDS/SNAS/DEFNAS.

**O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
CMAS**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei Municipal nº.444 de 10 de outubro de 1994 e com base nas deliberações da reunião ordinária de 03 de outubro de 2023.

CONSIDERANDO a Portaria nº 886/2023 do dia 18 de maio de 2023 referente aos recursos extraordinários destinados as necessidades da rede socioassistencial do município de Cabaceiras-PB.

RESOLVE:

Art. 1º. – APROVAR e DELIBERAR a programação nº 2503100202300001 – GND 3 referente aos recursos extraordinários da portaria 886/2023 do MDS/SNAS/DEFNAS, com o devido acompanhamento do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cabaceiras, 04 de outubro de 2023.

ROZIMAR DE ARAÚJO SOUSA GURJÃO

Presidente do CMAS

Publicado por:

José Djanilson Galdino de Farias
Código Identificador:F3F8C654

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO**

**GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE LICITAÇÕES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0033/2023. OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS
SERVICOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E

PREVENTIVA, INCLUINDO TROCA E REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS APARELHOS DE AR-CONDICIONADO, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS, ÓRGÃOS E PROGRAMAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO – PB. **ENDEREÇO ELETRÔNICO ONDE SERÁ REALIZADO O PREGÃO:** WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A PARTIR DO DIA 04/10/2023, ÀS 11H00MIM; **ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 19/10/2023, ÀS 08H59MIM; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 19/10/2023 ÀS 09H00MIM; **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 19/10/2023 ÀS 09H10MIM. O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER OBTIDOS NOS SEGUINTE ENDEREÇOS: WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR E <http://conceicao.pb.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes>.

CONCEIÇÃO/PB, 03 DE OUTUBRO DE 2023.

FIDEL FERREIRA LEITE

Secretário Municipal de Administração

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho

Código Identificador:CBA0AEC9

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 212/2023

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição/PB, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59 “V”, da Lei Orgânica do Município e demais Legislação que rege a matéria.

CONSIDERANDO: Que o Servidor Concursado e nomeado através da portaria nº. 279/2020, e Empossado: **LINDOALDO XAVIER DE SOUSA**, inscrito(a) no CPF sob nº. 109.817.834-30, pediu exoneração do Cargo para o qual foi nomeado;

CONSIDERANDO: Que a legislação municipal estabelece a possibilidade da exoneração a pedido, nos termos do art. 31, da Lei Municipal Complementar de nº 010/2011,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO: **LINDOALDO XAVIER DE SOUSA**, inscrito(a) no CPF sob nº. 109.817.834-30, do Cargo Efetivo de Odontólogo - USF, matrícula nº. 5371, com lotação na Secretaria de Saúde.

Publique-se e dê-se ciência.

Conceição/PB, 04 de outubro de 2023.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho

Código Identificador:15DCB4F9

GABINETE DO PREFEITO PORTARIA Nº 211/2023

O Prefeito Constitucional do Município de Conceição/PB, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59 “V”, da Lei Orgânica do Município e demais Legislação que rege a matéria.

RESOLVE:

DESIGNAR: **GREGORY RAMALHO LEITE MARTILDES**, para o cargo de Coordenador de Enfermagem, Símbolo SM5, com lotação na Secretaria de Saúde, deste município de Conceição/PB. Servindo de título para posse e exercício do cargo a presente portaria.

Publique-se e dê-se ciência.

Conceição/PB, 04 de outubro de 2023.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho

Código Identificador:D5172A39

GABINETE DO PREFEITO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 017/2023

Conceição-PB, 03 de Outubro de 2023.

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DA APURAÇÃO

Aos 03 dias do mês de outubro de 2023, na Prefeitura Municipal de Conceição, na cidade de Conceição – PB, às 09h10min, presentes **ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA (PRESIDENTE)**, **MARIA CLEZILDA SOARES (1º VOGAL)** E **ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO (2º VOGAL)**, respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela portaria nº 147/2023, 12 de abril de 2023, foram iniciados os trabalhos destinados a apurar o abandono do cargo público mencionados no Procedimento Administrativo nº 59/2023, deliberando-se por:

Notificar o acusado **MANOEL JUSCICLEIDE SOARES RIBEIRO**, da instalação dos trabalhos, para, querendo se manifestar inicialmente e apresentar provas do se pretende produzir; Designar como secretário da comissão o membro **ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO** e realizar a leitura dos autos; Que seja intimado o representante da Procuradoria do Município, pelo seu representante legal, informado dos atos de instalação e início dos trabalhos, para as devidas publicações no diário oficial.

ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA

Presidente

MARIA CLEZILDA SOARES

1º Membro

ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO

2º Membro

Publicado por:

Ilo Istênio Tavares Ramalho

Código Identificador:B60FAC72

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 015/2023

Conceição-PB, 03 de Outubro de 2023.

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DA APURAÇÃO

Aos 03 dias do mês de outubro de 2023, na Prefeitura Municipal de Conceição, na cidade de Conceição – PB, às 09h10min, presentes **ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA (PRESIDENTE)**, **MARIA CLEZILDA SOARES (1º VOGAL)** E **ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO (2º VOGAL)**, respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela portaria nº 147/2023, 12 de abril de 2023, foram iniciados os trabalhos destinados a apurar o abandono do cargo público mencionados no Procedimento Administrativo nº14/2022, deliberando-se por:

Notificar o acusado **MARIA ARIANE GENEROSO DA SILVA**, da instalação dos trabalhos, para, querendo se manifestar inicialmente e apresentar provas do se pretende produzir; Designar como secretário da comissão o membro **ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO** e realizar a leitura dos autos; Que seja intimado o representante da Procuradoria do Município, pelo seu representante legal, informado dos atos de instalação e início dos trabalhos, para as devidas publicações no diário oficial.

ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA
Presidente

MARIA CLEZILDA SOARES
1º Membro

ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO
2º Membro

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:F1CD9D61

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº
016/2023

Conceição-PB, 03 de Outubro de 2023.

ATA DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DA APURAÇÃO

Aos 03 dias do mês de outubro de 2023, na Prefeitura Municipal de Conceição, na cidade de Conceição – PB, às 09h10min, presentes **ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA (PRESIDENTE)**, **MARIA CLEZILDA SOARES (1º VOGAL)** E **ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO (2º VOGAL)**, respectivamente presidente e membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela portaria nº 147/2023, 12 de abril de 2023, foram iniciados os trabalhos destinados a apurar o abandono do cargo público mencionados no Procedimento Administrativo nº 61/2023, deliberando-se por:

Notificar o acusado **KARENN AYALLA GONÇALVES LEITE GOMES PASSOS SOARES DE OLIVEIRA**, da instalação dos trabalhos, para, querendo se manifestar inicialmente e apresentar provas do se pretende produzir;

Designar como secretário da comissão o membro **ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO** e realizar a leitura dos autos;

Que seja intimado o representante da Procuradoria do Município, pelo seu representante legal, informado dos atos de instalação e início dos trabalhos, para as devidas publicações no diário oficial.

ENNIO ALVES DE SOUSA ANDRADE LIMA
Presidente

MARIA CLEZILDA SOARES
1º Membro

ELDIVAN RAMALHO DE FIGUEIREDO
2º Membro

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador:88464809

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE JUAREZ TÁVORA

SETOR LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO
011/2023

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00011/2023

A Prefeitura Municipal de Juarez Távora, através do Pregoeiro Oficial do Município, torna público o resultado da licitação modalidade Pregão Eletrônico n.º 00011/2023, cujo objeto é a aquisição parcelada de materiais de construção (pedra de paralelepípedos e meio-fio), para construção e reposição de pavimentação em paralelepípedos e execução de serviços diversos através da Secretaria de Infraestrutura do Município de Juarez Távora.
EMPRESA VENCEDORA: JDI CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA, CNPJ nº 49.550.987/0001-07, no valor total de R\$ 258.900,00 (Duzentos e cinquenta e oito mil e novecentos reais).

Juarez Távora, 4 de outubro de 2023.

MARCUS AURÉLIO DUARTE SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:289B8F4A

SETOR LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO 016/2023

TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 016/2023

Torna-se público para conhecimento dos interessados, que RATIFICO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 016/2023, com base no Parecer da Comissão Permanente de Licitação do Município e outras informações que constam dos autos, fundamentado no Art. 25, II, § 1º, combinado com o Artigo 13, V e § 3º, e 26 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, em favor da empresa LUCIVONE TAVARES MENDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 27.256.550/0001-22.
OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para a prestação de Serviços de Advocacia e Consultoria Jurídica para diagnóstico e recuperação financeira de ativos referentes à Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza de instituição financeira, cartórios, construtoras com atuação no município, bancos e correspondentes bancários, lotéricas e demais prestadores de serviços, e recuperação de créditos tributários relativos à Contribuição Previdenciária Gilrat e verbas indenizatórias pagos sobre a folha de pagamento do município.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 216.249,40 (Duzentos e dezesseis mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).
FONTE DE RECURSOS: DIVERSOS.

Juarez Távora(PB), 2 de outubro de 2023.

WILSON EVANGELISTA FEITOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:19799885

SETOR LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 72/2023

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N.º 72/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 016/2023
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA
CONTRATADA: LUCIVONE TAVARES MENDES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, CNPJ nº 27.256.550/0001-22.
OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para a prestação de Serviços de Advocacia e Consultoria Jurídica para diagnóstico e recuperação financeira de ativos referentes à Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza de instituição financeira, cartórios, construtoras com atuação no município, bancos e correspondentes bancários, lotéricas e demais prestadores de serviços, e recuperação de créditos tributários relativos à Contribuição Previdenciária Gilrat e verbas indenizatórias pagos sobre a folha de pagamento do município.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 216.249,40 (Duzentos e dezesseis mil duzentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).
FONTE DE RECURSOS: DIVERSOS
VIGÊNCIA: 60 meses.

Juarez Távora(PB), 2 de outubro de 2023.

WILSON EVANGELISTA FEITOSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcus Aurélio Duarte Silva
Código Identificador:8E0CA269

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE OLHO D'ÁGUA**

**GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO**

INSTRUMENTO: CHAMADA PUBLICA nº 0006/2023.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Olho D'água-PB

CONTRATADA: DALYSON LEITE MAMEDE - CPF Nº 151.767244-99

OBJETO: aquisição de gêneros da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atendimento dos Alunos da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Olho D'água/PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 48.130,00 (quarenta e oito mil e cento e trinta reais).

Olho D'água-PB – PB, 04 de outubro de 2023.

JOANA SABINO DE ALMEIDA CARVALHO

Prefeita Municipal

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:3D02CDEF

**GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO TERMO ADITIVO**

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

INSTRUMENTO: Termo de Aditivo ao Contrato nº 000129/2022, em 10.08.2022.

PARTES: Prefeitura Municipal de Olho D'água e a empresa WEV CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES IMOBILIARIAS LTDA EPP.

OBJETO CONTRATUAL: Continuação da obra de ampliação da unidade de atenção especializada em saúde do município de Olho D'água-PB, atendendo ao Contato de Repasse nº 1063223-44/2018/MS/CAIXA.

OBJETO DO ADITIVO: Alteração de prazo.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Olho D'água - PB, 25 de Setembro de 2023

JOANA SABINO DE ALMEIDA CARVALHO -

Prefeita

Publicado por:

Rossivan de Oliveira Ferreira

Código Identificador:6AE1252D

**ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE PATOS**

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO
CONTRATO Nº 009/2021**

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS.
CONTRATADO: JOANILSON GUEDES - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrito no CNPJ Nº 26.926.422/0001-86. **OBJETO CONTRATUAL:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA JURÍDICA, JUNTO AO GABINETE DO PREFEITO COM VISTA A ACOMPANHAR AS ORIENTAÇÕES DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES TCE, TCU, CGU E MINISTERIO PUBLICO. **OBJETO DO TERMO ADITIVO:** reequilibrar os valores inicialmente contratados, acrescentando o total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), sendo que o valor atual de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), passando o seu valor global pós formalização do termo de aditivo o valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), conforme preconiza as cláusulas contratuais e obedecendo a lei de licitações e suas alterações. DA

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 65 e incisos, lei 8.666/93 e alterações posteriores. **SIGNATARIOS:** Prefeitura Municipal de Patos, o Senhor PEDRO DE FIGUEIREDO LEITÃO e do outro lado a empresa JOANILSON GUEDES - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA.

Patos/PB, 02 de outubro de 2023.

PEDRO DE FIGUEIREDO LEITÃO

Secretário Chefe de Gabinete

Publicado por:

Rachel da Costa Medeiros

Código Identificador:B5AB6ACE

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Patos – PB, em cumprimento ao Termo de Ratificação proferido pelo Sr. Secretário Ordenador de Despesas, emite para publicação o extrato resumido do processo de Inexigibilidade de licitação a seguir:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313/2023.

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 063/2023.

OBJETO: CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS – PBUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS.

INTERESSADO: CAMILA M C CAMPOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 44.211.333/0001-35, sediado na Rua José Mendes, nº 162, Bairro Santo Antônio, Patos/PB.

VALOR GLOBAL: O valor a ser pago é em conformidade com a produção da empresa e valor previsto no edital para o serviço de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) para MEDICO PLANTONISTA.

FONTE DE RECURSO: LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.100 Secretaria Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2039 Manutenção das Atividades Administrativas da SEMUSA **ELEMENTO DE DESPESAS:** 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada Recursos Próprios

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

RATIFICO o processo acima com base no parecer da Assessoria Jurídica.

PATOS, 02 de outubro de 2023.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Rachel da Costa Medeiros
Código Identificador:ED2AFDE5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 2.282/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 313/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 063/2023
Nº DO CONTRATO: 2.282/2023

OBJETO: CONTRATO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS, PARA FINS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ÁREAS DA SAÚDE OU ESPECIALIZADOS, A CARGO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PATOS – PB

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS
CONTRATADO: CAMILA M C CAMPOS LTDA, inscrito no CNPJ nº 44.211.333/0001-35, sediado Rua José Mendes, nº 162, Bairro Santo Antônio, Patos/PB

FONTE DE RECURSO: LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2023
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 305 1002 2060 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Vigilância em Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2058 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada Recursos Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 302 1002 2057 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Especializada
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.130 Fundo Municipal de Saúde
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL: 10 301 1002 2056 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção Primária – Recursos Próprios
ELEMENTO DE DESPESA: 3390.39

PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato.

VALOR GLOBAL: O valor a ser pago é em conformidade com a produção da empresa e valor previsto no edital para o serviço de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) para MEDICO PLANTONISTA.

PATOS - PB, 02 de outubro de 2023.

LEONIDAS DIAS DE MEDEIROS

Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Rachel da Costa Medeiros
Código Identificador:4687116C

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SALGADINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 15/2023

O PREGOEIRO da Prefeitura Municipal de Salgado/PB, torna público que realizará no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 cujo OBJETO É: Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Salgado, conforme especificações constante Termo de Referência e da Proposta FNS 11321.779000/1230-02. **INFORMAÇÕES:** O edital está disponível nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br, www.salgadinho.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB. A sessão pública na forma eletrônica será aberta às 09:00hs (Horário de Brasília) do dia 20/10/2023. Esclarecimentos: Telefone: (083) 3424-1014 ou através do e-mail: apoiosalgadinho2019@gmail.com, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Salgado-PB, 04 de outubro de 2023.

JOSÉ ELSON OLIVEIRA DA SILVA JÚNIOR

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
José Leandro Moraes
Código Identificador:5943D644

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00001/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00001/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SALGADINHO – PB, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: E&M ADMINISTRACAO DE IMOVEIS E CONSTRUcoes LTDA - R\$ 252.171,04.

Salgado - PB, 02 de Outubro de 2023.

MARCOS ANTÔNIO ALVES

Prefeito Constitucional

Publicado por:
José Leandro Moraes
Código Identificador:A77479AB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SALGADINHO – PB, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00001/2023.

DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.00 Secretaria de Serviços Urbanos – 10 605 4001 1062 CONST. AMPL. E REF. DE CEMITÉRIO E CENTRAL DE VELÓRIO – ELEMENTO DE DESPESA: 4490.51 – Obras e instalações.

VIGÊNCIA: até 03/10/2024.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgadinho e: CT Nº 00120/2023 - 03.10.23 - E&M ADMINISTRACAO DE IMOVEIS E CONSTRUCOES LTDA - R\$ 252.171,04.

Salgadinho – PB, em 03 de outubro de 2023.

MARCOS ANTÔNIO ALVES

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:029A0D60

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 00002/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00002/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE SALGADINHO, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE N.º 1082418–13/2021 E EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório e ADJUDICO o seu objeto a: AG CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI - R\$ 660.812,72.

Salgadinho - PB, 02 de Outubro de 2023.

MARCOS ANTÔNIO ALVES

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:9056B294

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADINHO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE SALGADINHO, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE N.º 1082418–13/2021 E EM CONFORMIDADE COM O PROJETO DE ENGENHARIA.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00002/2023.

DOTAÇÃO: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 12.00 Secretaria de Infraestrutura – 26 782 4001 1084 CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS – ELEMENTO DE DESPESA: 4490.51 – Obras e instalações.

VIGÊNCIA: até 03/10/2024.

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgadinho e: CT Nº 00121/2023 - 03.10.23 - AG CONSTRUTORA E SERVICOS EIRELI - R\$ 660.812,72.

Salgadinho – PB, 03 de outubro de 2023.

MARCOS ANTÔNIO ALVES

Prefeito Constitucional

Publicado por:

José Leandro Moraes

Código Identificador:20FE2344

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 009/2023 - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, I, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o que determina a Lei nº. 389, de 24 de setembro de 2001, assim como o Decreto nº. 012, de 06 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora **JACKELINE BOLIS RODRIGUES**, Matrícula nº. **902670**, para o Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR ESCOLAR**, do **GRUPO ESCOLAR SENADOR RUY CARNEIRO**, com lotação na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá efeitos até o dia 31 de dezembro de 2024.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 04 DE OUTUBRO DE 2023.

FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS

Prefeito

Publicado por:

Jose Wilson da Silva Rocha

Código Identificador:AA0CA7C4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 010/2023 - GP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA REDONDA, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, I, da Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o que determina a Lei nº. 389, de 24 de setembro de 2001, assim como o Decreto nº. 012, de 06 de setembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora **MARIA TAYNNÁ CORRÊA LOPES DA ROCHA**, Matrícula nº. **12003990**, para o Cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR ESCOLAR**, da **ESCOLA MUNICIPAL EDUARDO MEDEIROS**, com lotação na **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá efeitos até o dia 31 de dezembro de 2024.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 04 DE OUTUBRO DE 2023.

FRANCISCO BERNARDO DOS SANTOS

Prefeito

Publicado por:

Jose Wilson da Silva Rocha

Código Identificador:EDB90749

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DE PRINCESA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
015/2023

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DE PRINCESA-PB

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
015/2023

O Fundo Municipal de Saúde de São José de Princesa-PB, através de seu Pregoeiro, torna público que fará realizar licitação, com base na Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, do tipo menor preço GLOBAL, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2023**. Objeto: **AQUISIÇÃO DE UMA AMBULÂNCIA, ZERO KM (NOVA, SEM USO), TIPO**

“A”, TRANSPORTE OU SIMPLES REMOÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PRINCESA-PB, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA. Recursos Previstos no orçamento vigente. A realização da sessão pública será no dia 19/10/2023 às 08h:31min no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br. No qual o Edital completo está disponível para consulta e retirada, como também nos sites eletrônicos: www.tce.pb.gov.br e saojosedepincesa.pb.gov.br, informações poderão ser obtidas pelo e-mail: pmsjprincesa.cpl@gmail.com, no horário das 08h00min às 12h00min em dias úteis.

São José de Princesa/PB, 04 de outubro de 2023.

NATALÍCIO FERREIRA NETO DO NASCIMENTO.

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Natalicio Ferreira Neto do Nascimento

Código Identificador:92A378DA

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA**

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2023

OBJETO: Locação de Um Veículo para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura do Município de Água Branca – PB. Data e Local, às 09:00 horas do dia 23/10/2023, na sala de reuniões da CPL, na Rua Sargento Florentino Leite, S/N, Centro, Água Branca - PB, CEP 58.748-000. Qualquer informação poderá ser obtida na sede da CPL ou através do telefone: 3481-1027. O Edital poderá ser obtido no site institucional da Prefeitura: www.aguabranca.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB: www.tce.pb.gov.br.

Água Branca – PB, 04 de outubro de 2023.

ALERSON JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA

Pregoeiro

Publicado por:

Gidailsom Paulino Rodrigues

Código Identificador:C2860B07

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
RATIFICAÇÃO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOA GRANDE

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA Nº DV10011/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DV10011/2023, que objetiva: LOCAÇÃO DE VEÍCULO; RATIFICO o correspondente procedimento e ADJUDICO o seu objeto a: MAGNA LUCIA MOREIRA DA SILVA 02460683456 - R\$ 33.600,00.

Alagoa Grande - PB, 02 de Outubro de 2023

JOÃO MONTENEGRO NAVARRO -

Secretário

Publicado por:

Antônio Soares de Lima

Código Identificador:9F1090AA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
GESTOR E FISCAL**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOA GRANDE

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DV10011/2023

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: LOCAÇÃO DE VEÍCULO; DESIGNO os servidores Flávia Lira da Paz Ferreira, Assessora Técnica, como Gestor; e Pedro Freire de Souza Filho, Assessor Técnico, para Fiscal, do contrato decorrente da Dispensa de Licitação nº DV10011/2023, especialmente para acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato, respectivamente.

Alagoa Grande - PB, 02 de Outubro de 2023

JOÃO MONTENEGRO NAVARRO -

Secretário

Publicado por:

Antônio Soares de Lima

Código Identificador:8BF9BDF8

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
EXTRATO DE DISPENSA**

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DV10011/2023. OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretaria de Saúde. RATIFICAÇÃO: Secretário, em 02/10/2023.

Publicado por:

Antônio Soares de Lima

Código Identificador:387A5749

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
EXTRATO DE CONTRATO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOA GRANDE

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DV10011/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Alagoa Grande: 02.070 – SECRETARIA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 02.070.10.302.0918.2057 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL – 02.070.10.301.0918.2214 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – 3390.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. VIGÊNCIA: até 02/10/2024. PARTES CONTRATANTES: Fundo Municipal de Saúde de Alagoa Grande e: CT Nº 10023/2023 - 02.10.23 - MAGNA LUCIA MOREIRA DA SILVA 02460683456 - R\$ 33.600,00.

Publicado por:

Antônio Soares de Lima

Código Identificador:9A03AF9A

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALAGOA GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10004/2023

Torna público que fará realizar através da Pregoeira Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Avenida Quinze de Novembro, 153 - Centro - Alagoa Grande - PB, às 08:00 horas do dia 18 de Outubro de 2023, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Aquisição de alimentos. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei

Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 012/09; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3273-2267. E-mail: saude_alg@hotmail.com. Edital: www.alagoagrande.pb.gov.br; www.tce.pb.gov.br..

Alagoa Grande - PB, 04 de Outubro de 2023

FLÁVIA MEIRELLES ALVES DE ARAÚJO GONÇALVES

- Pregoeira Oficial

Publicado por:
Antônio Soares de Lima
Código Identificador:0963CBF7

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALHANDRA

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 175/2023 ALHANDRA-PB, 02 DE OUTUBRO DE 2023.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALHANDRA**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 73, inciso VII e art. 93, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Alhandra, e o art. 87 da Lei Complementar nº 008/2021, de 10 de novembro 2021 (reestruturação do IPEMAD);

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria n.º 414/2021, datada de 22 de novembro de 2021, que nomeou os membros do **CONSELHO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA – CMP**, deste município, a qual passará a ter a seguinte composição:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

MEMBROS TITULARES:

1 - CHARLES ANDRÉ PEREIRA CHAVES
2 – ALEXSANDRO BEZERRA DA SILVA

MEMBROS SUPLENTES:

1 - IVANILDO CARNEIRO DE SOUZA FILHO
2 – MARIA JOSÉ BERNARDO DO NASCIMENTO

II- REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

TITULAR:MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO MORENO
SUPLENTE:JOSÉ MARIA RODRIGUES DA SILVA

III- REPRESENTANTES DO QUADRO DE SERVIDORES EFETIVOS INDICADOS POR ENTIDADE REPRESENTATIVA DOS SERVIDORES

MEMBROS TITULARES:

1 - DARCILENE SILVA SANTOS DE LIRA
2 - VANUZA SILVEIRA DE SOUZA MOMM

MEMBROS SUPLENTES:

1-JOSÉ MANOEL DOS SANTOS
2 - JOSÉ ANDERSSON FERNANDES MONROE PONTES

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

TITULAR:DALILA RODRIGUES DE PONTES
SUPLENTE:BENEDITA FERNANDES BEZERRA

Art. 2ºTodos os membros Titulares e Suplentes, terão mandato pelo período previsto na legislação pertinente.

Art. 3ºO Presidente do Conselho Municipal de Previdência, será escolhido entre seus membros e exercerá o seu mandato por 01 (um) ano, vedado à reeleição, conforme o art. 82, §3º da Lei Complementar nº008/2021.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Alhandra-PB, em 02 de outubro de 2023.

MARCELO RODRIGUES DA COSTA

Prefeito

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Lucia Carla Bezerra de Farias
Código Identificador:903FD9D0

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARA

GABINETE DO PREFEITO

ADJUDICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00004/2023

Com base nos elementos constantes do processo correspondente e observadas as disposições da legislação vigente, referente ao Pregão Presencial nº 00004/2023, que objetiva: Registro de preços para futura aquisição de materiais elétricos destinados a secretaria de Obras e Serviços Urbanos desta Edilidade; ADJUDICO o seu objeto a: REJANE DALVA DA SILVA JAPIASSU– ME - R\$ 596.564,50.

Arara - PB, 04 de Outubro de 2023

GERALDO BERNARDINO DA CRUZ NETO -

Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Maciel Chianca de Medeiros
Código Identificador:216D145A

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SANTA ROSA

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 066/2023

PORTARIA Nº. 066/2023

O Prefeito Constitucional do Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e no que couber a legislação suplementar, e

CONSIDERANDO, análise no requerimento de concessão de licença-prêmio do servidor público municipal, Sr. ANTONIO LISBOA DOS SANTOS, matrícula Nº 3014443, investido no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com data de admissão em 01 de junho de 1995 e efetivado através da portar nº 022/2007,

CONSIDERANDO, PARECER JURÍDICO, que se posiciona pelo deferimento da Licença pleiteada, visto que o servidor preenche os requisitos necessários para concessão desse benefício, previsto no Art. 84 da Lei Municipal N. 004/1997 - Estatuto dos Servidores Municipais de Barra de Santa Rosa – PB,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a ANTONIO LISBOA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Matrícula Nº 3014443.

Art. 2º - A licença será remunerada, conforme prever o art. 84 do Estatuto do Servidor e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a ser

gozada no período compreendido entre 01 de julho a 31 de dezembro de 2023.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional.
Barra de Santa Rosa, em 18 de setembro de 2023.
Registre-se e Publique-se.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
PREFEITO CONSTITUCIONAL*PORTARIA Nº. 066/2023*

O Prefeito Constitucional do Município de Barra de Santa Rosa, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e no que couber a legislação suplementar, e

CONSIDERANDO, análise no requerimento de concessão de licença-prêmio do servidor público municipal, Sr. ANTONIO LISBOA DOS SANTOS, matrícula Nº 3014443, investido no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com data de admissão em 01 de junho de 1995 e efetivado através da portar nº 022/2007,

CONSIDERANDO, PARECER JURÍDICO, que se posiciona pelo deferimento da Licença pleiteada, visto que o servidor preenche os requisitos necessários para concessão desse benefício, previsto no Art. 84 da Lei Municipal N. 004/1997 - Estatuto dos Servidores Municipais de Barra de Santa Rosa – PB,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE a ANTONIO LISBOA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Matrícula Nº 3014443.

Art. 2º - A licença será remunerada, conforme prever o art. 84 do Estatuto do Servidor e terá validade de 180 (cento e oitenta) dias, a ser gozada no período compreendido entre 01 de julho a 31 de dezembro de 2023.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional.
Barra de Santa Rosa, em 18 de setembro de 2023.

Registre-se e Publique-se.

JOVINO PEREIRA NEPOMUCENO NETO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Andre Luiz Silva Batista
Código Identificador:68350956

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE Nº
IN00012/2023

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Inexigibilidade de Licitação nº IN00012/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO COM NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO EM SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE CARGOS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO/PB; RATIFICO o correspondente procedimento e

ADJUDICO o seu objeto a: APICE CONSULTORIAS E CAPACITACOES LTDA - R\$ 40.000,00.

Bom Sucesso - PB, 02 de Outubro de 2023

PEDRO CAETANO SOBRINHO -
Prefeito

Publicado por:
Erick Ferreira de Sousa
Código Identificador:1CCF45E3

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023

EXTRATO DO RESULTADO DE JULGAMENTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 07 (SETE) LUGARES, TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ/PB.

Em cumprimento ao disposto no art. 109, I, alínea b, da Lei nº 8.666/93, torna – se público o resultado do julgamento do processo licitatório em epígrafe:

VENCEDORES:

1 - RIO VALE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 00.585.424/0001-65.

Valor Global: R\$ 119.500,00.

Bonito de Santa Fé – PB, 27 de setembro de 2023.

FRANCIMAGNA FEITOSA PINTO
Pregoeira

Publicado por:
Francimagna Feitosa Pinto
Código Identificador:2AC648FF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023

EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 07 (SETE) LUGARES, TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ/PB.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe as Leis de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e a Lei n.º 10.520/2002 resolve **ADJUDICAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023**, em favor das empresas:

VENCEDORES:

1 - RIO VALE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 00.585.424/0001-65.

Valor Global: R\$ 119.500,00.

Bonito de Santa Fé – PB, 27 de setembro de 2023.

FRANCIMAGNA FEITOSA PINTO

Pregoeira

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:96017117**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023****EXTRATO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 07 (SETE) LUGARES, TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ/PB.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ, Estado da Paraíba, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe as Leis de nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores e a Lei nº 10.520/2002 resolve **HOMOLOGAR**, o Processo Licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023**, em favor das empresas:

1 - RIO VALE AUTOMOTORES LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Não - Documento 00.585.424/0001-65.

Valor Global: R\$ 119.500,00.

Bonito de Santa Fé – PB, 29 de setembro de 2023.

ANTONIO LUCENA FILHO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:8C089406**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO****EXTRATO DO CONTRATO Nº 203/2023****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2023**

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ – PB, CNPJ: 08.924.037/0001-18 E A EMPRESA RIO VALE AUTOMOTORES LTDA, CNPJ: 00.585.424/0001-65.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS 07 (SETE) LUGARES, TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ/PB.

VALOR GLOBAL: R\$ 119.500,00 (Cento e Dezenove Mil e Quinhentos Reais).

VIGÊNCIA: 04/10/2023 à 31/12/2023.

DATA E ASSINATURA: Bonito de Santa Fé – PB, 04 de outubro de 2023, ANTÔNIO LUCENA FILHO, Prefeito Municipal e empresa Contratada.

Publicado por:

Francimagna Feitosa Pinto

Código Identificador:5EDAE5B1**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2023 - REPUBLICAÇÃO -
PERÍCIA MÉDICA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2023 -
REPUBLICAÇÃO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E COORDENAÇÃO, **Francimagna Feitosa Pinto**, do Município de Bonito de Santa Fé – PB, no uso das atribuições legais, em atendimento ao que preconiza a Portaria nº 048/2022,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a Junta Médica Oficial do município de Bonito de Santa Fé, nos termos da Portaria nº 048/2022, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado da Paraíba no dia 11/04/2022, Edição 3087, para a realização de **perícia médica** em favor dos servidores relacionados nesse edital;

Art. 2º - Convocar, para realização de perícia médica os servidores abaixo relacionados:

1. Antônia Ferraz de Sousa;
2. Eurickca Pereira da Silva;
3. Joselia Maria Paulino Duarte;
4. Maria Félix dos Santos Rodrigues;
5. Maria Risonele Dias de Menezes;
6. Vanessa Dias Moura.

Art. 3º - A Junta Médica Oficial do município de Bonito de Santa Fé, reunir-se-á para a realização de **perícia médica no dia 05 de outubro de 2023, as 15:00 horas, no Hospital Municipal Honorina Tavares de Albuquerque**, localizado no Alto da Boa Vista, Bonito de Santa Fé - PB.

Art. 4º - O servidor que venha a faltar injustificadamente estará passível de sofrer punição com a aplicação das sanções disciplinares previstas na legislação vigente.

Registre-se,
Publique-se e,
Cumpra-se.

Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba/PB, em 04 de outubro de 2023.

FRANCIMAGNA FEITOSA PINTO

Sec. Mun. Adm. e Coordenação

Port. 075/2023

Publicado por:

Antonio Furtado de Figueiredo Neto

Código Identificador:08620AB5**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

EXTRATO DE REVOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230830PE00025
LICITAÇÃO Nº. 00025/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA OS VEÍCULOS EM TRÂNSITO, DA FROTA MUNICIPAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO DE BREJO DOS SANTOS-PB. A PREFEITA MUNICIPAL DE BREJO DOS SANTOS - PB, no uso de suas atribuições legais, especialmente o que preceitua a Lei das Licitações Públicas. R E S O L V E REVOGAR o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230830PE00025 LICITAÇÃO Nº. 000025/2023

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

V- Conclusão Diante do exposto, opino pela revogação do processo licitatório baseado na Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1.993 Art. 49 – A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado (grifo nosso), pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros (grifo nosso), mediante parecer escrito e devidamente fundamentado A Autoridade

Pública poderá manter a licitação revogada por razões de interesse público (A IMPOSSIBILIDADE DE ABASTECIMENTO PELOS VEÍCULOS A DISPOSIÇÃO DA CASA DE APOIO que se encontra em João Pessoa, inviabilizando a contratação da empresa sediada em Campina Grande-PB). DETERMINAR o ARQUIVAMENTO do presente Processo Licitatório.

Publique-se.

BREJO DOS SANTOS - PB, 03 de OUTUBRO de 2023.

MARIA LUCIENE DE OLIVEIRA ALMEIDA

Prefeita Municipal

Publicado por:

Alfredo de Oliveira Neto

Código Identificador:9D38B39A

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBA DE AREIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N.º 05/2023

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Limpeza, Manutenção e Reparos de Vias Públicas e Patrimônio Público. Data e Local, às 09:00 horas do dia 23/10/2023, na sala de reuniões da CPL, na Rua Capitão Silvino Xavier, n.º 88, Centro, Cacimba de Areia – PB. Qualquer informação poderá ser obtida na sede da CPL ou através do telefone: 3422-1085. O Edital poderá ser obtido no site institucional da Prefeitura: www.cacimbadeareia.pb.gov.br ou Mural de Licitações do TCE-PB: www.tce.pb.gov.br. Esclarecimentos: Telefone: (83) 3422-1085 ou através do e-mail: licitacao@cacimbadeareia.pb.gov.br, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira.

Cacimba de Areia – PB, 04 de outubro de 2023.

GIZÉLIA SOARES MOTA

Presidente da CPL

Publicado por:

Willame de França Almeida

Código Identificador:C745DE64

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACIMBAS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REALIZAÇÃO DE SESSÃO

AVISO DE REALIZAÇÃO DE SESSÃO

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 01/2023

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cacimbas – PB, comunica aos licitantes e interessados, que a sessão para abertura dos envelopes de habilitação do processo licitatório Tomada de Preço n.º 01/2023, que tem como objeto a Contratação de Empresa para Execução dos Serviços de Construção de uma Quadra Poliesportiva no Sítio São Gonçalo, Município de Cacimbas - PB, será realizada no dia 06/10/2023, às 09:00 horas, na sala de reuniões da CPL.

Cacimbas – PB, 04 de outubro de 2023.

CHARDES DEYVITH DE ALMEIDA LOPES

Presidente da CPL

JANUARIA OLIVEIRA DA SILVA

Membro da CPL

LUCIANA RODRIGUES BEZERRA

Membro da CPL

Publicado por:

Chardes Deyvith de Almeida Lopes

Código Identificador:FC607048

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLIC RESULTADO DE HABILITAÇÃO TP 02 2023

RESULTADO FASE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS
Nº 00002/2023

OBJETO: Contratação de uma empresa do ramo de engenharia civil, para execução da obra de pavimentação em pedra granítico, em diversas ruas na cidade de Caiçara, conforme Contrato de repasse nº 1081529–66/2021 firmado entre a Prefeitura Municipal de Caiçara e a Caixa Econômica Federal. LICITANTE HABILITADO: R F ENGENHARIA EIRELI. LICITANTES INABILITADOS: EOS CONSTRUÇOES SERVICOS E LOCAÇOES LTDA, não atendeu os itens: 6.1, 6.8.1, 6.8.2, 6.8.3, 8.2.1, 8.2.5, 8.2.6, 8.2.10, 8.2.12, 8.2.13, 8.2.14, 8.2.15, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.3, 8.3.4 e 8.3.5; Serra Construções e Serviços Ltda–ME, não atendeu os itens: 6.1, 6.8.1, 6.8.2, 6.8.3, 6.8.4, 8.2.1, 8.2.3, 8.2.5, 8.2.13, 8.2.14, 8.3.1, 8.3.2 e 8.2.15. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Prefeito Francisco Carneiro, S/N - Centro - Caiçara - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3370 1200. E-mail: contratoslicitacoescaicarapb@gmail.com.

Caiçara - PB, 04 de Outubro de 2023

SEVERINO VIEIRA DE LIMA JÚNIOR -

Presidente da Comissão

Publicado por:

Severino Vieira de Lima Junior

Código Identificador:EAFFFA45

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PUBLIC RESULTADO PROPOSTA TP 02 2023

RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº
00002/2023

OBJETO: Contratação de uma empresa do ramo de engenharia civil, para execução da obra de pavimentação em pedra granítico, em diversas ruas na cidade de Caiçara, conforme Contrato de repasse nº 1081529–66/2021 firmado entre a Prefeitura Municipal de Caiçara e a Caixa Econômica Federal. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: R F ENGENHARIA EIRELI - Valor: R\$ 486.292,11. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Prefeito Francisco Carneiro, S/N - Centro - Caiçara - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3370 1200. E-mail: prefeituracaicara@gmail.com.

Caiçara - PB, 04 de Outubro de 2023

SEVERINO VIEIRA DE LIMA JÚNIOR -

Presidente da Comissão

Publicado por:

Severino Vieira de Lima Junior

Código Identificador:07CE359B

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE VALOR AO
CONTRATO Nº 150/2023

Tomada de Preço Nº 40004/2023 Contratante: Prefeitura de Coremas-PB. Contratada: **F.J CONSTRUÇÕES E SEERVIÇOS EIRELI**, CNPJ: 20.284.072/0001-15. Considerando o que a vigência do contrato vai até 21/01/2024 de acordo com a cláusula sétima do referido contrato, que poderá ser alterado; Considerando que o valor total contratado foi para um período de 06 (seis) meses. Desta forma fica justificado o acréscimo de valor de R\$ 239,76 (Duzentos e trinta e nove reais e setenta e seis centavos), na inclusão do item 1.1.3.4 ao contrato de prestação de serviço da Tomada de Preço nº 40004/2023, por razão de ser necessário a implantação do meio-fio para a conclusão do serviço, conforme planilha e solicitação em anexos. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas contratuais que não foram modificadas pelo presente termo aditivo. Partes: Irani Alexandrino da Silva (Prefeito) e a Sra. **Josefa Erica de Sá Pires** (Pela contratada).

Coremas-PB, 06 de setembro de 2023.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA -
Prefeito

Publicado por:
Rivanildo Santos de Lira
Código Identificador:3300345D

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
AVISO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
032/2023

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Coremas torna público a **adjudicação do objeto**, correspondente ao **Pregão Eletrônico nº 032/2023**, que objetiva seleção da proposta mais vantajosa para registro de preços para futura e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria educacional junto a Secretaria da Educação do Município de Coremas, às Pessoas Jurídicas: FUTURA CONSULTORIA E SERVICOS EIRELI, CNPJ 12.359.017/0001-19, com valor de R\$ 32.400,00, referente ao item 01; PETRUCIO DE LIMA FERREIRA, CNPJ 19.646.331/0001-21, com valor de R\$ 36.864,00, referente aos itens 02 e 03.

Coremas/PB, 04 de outubro de 2023

FRANCIEUDO SOARES DA SILVA
Pregoeiro

Publicado por:
Francieudo Soares da Silva
Código Identificador:CDB9947F

PREFEITURA MUNICIPAL DE COREMAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº
032/2023

Constatada a regularidade dos atos procedimentais, de acordo com os termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao **Pregão Eletrônico nº 032/2023**, cujo objeto é a seleção da proposta mais vantajosa para registro de preços para futura e contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria e consultoria educacional junto a Secretaria da Educação do Município de Coremas, o Prefeito do Município de Coremas, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 13, VI do Decreto 10.024/2019, resolve **HOMOLOGAR** o correspondente procedimento licitatório em favor de das Pessoas Jurídicas: FUTURA CONSULTORIA E SERVICOS EIRELI, CNPJ 12.359.017/0001-19, cujo valor adjudicado é de R\$ 32.400,00, referente ao item 01; PETRUCIO DE LIMA FERREIRA, CNPJ 19.646.331/0001-21, cujo valor adjudicado é de R\$ 36.864,00, referente aos itens 02 e 03. Ficam convocados, os licitantes, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação, assinar o termo de contrato, sob pena das sanções previstas no Art. 7 da Lei 10.520/02.

Publique-se e cumpra-se.

Coremas-PB, 04 de outubro de 2023.

IRANI ALEXANDRINO DA SILVA
Prefeito.

Publicado por:
Francieudo Soares da Silva
Código Identificador:C91E78DA

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO PREGÃO
ELETRÔNICO Nº 018/2023

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar e medicamentos para o Município de Diamante – PB, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, o Decreto Regulamentar nº 10.024 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações posteriores.

RECURSOS: Próprios e/ou Programas/Convênio.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB

CONTRATADO: ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 31.187.918/0001-15, situada na Rua Dom Anselmo de Pietrula, 63, GALPAO1 GALPAO2, Liberdade, Campina Grande – PB.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 25.651,90 (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) para o lote 04.

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 24/08/2023 à 31/12/2023.

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar e medicamentos para o Município de Diamante – PB, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, o Decreto Regulamentar nº 10.024 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações posteriores.

RECURSOS: Próprios e/ou Programas/Convênio.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB

CONTRATADO: ENDOMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DE MEDICAMENTOS LTDA – CNPJ Nº 70.104.344/0001-26 – sediada na rua Teixeira de Freitas, 552, Centenário - Campina Grande – PB.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 228.186,60(duzentos e vinte e oito mil cento e oitenta e seis reais e sessenta centavos).

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 24/08/2023 à 31/12/2023.

EXTRATO DE CONTRATO
PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar e medicamentos para o Município de Diamante – PB, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, o Decreto Regulamentar nº 10.024 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações posteriores.

RECURSOS: Próprios e/ou Programas/Convênio.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB

CONTRATADO: EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 26.156.923/0001-20, situada na

Rua Y Dois, 355, Galpão 01, CEP: 58.082-025, Distrito Industrial, Joao Pessoa - PB.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais), para o lote 09.

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 24/08/2023 à 31/12/2023.

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:E63CE0F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos psicotrópicos para atender as necessidades do município de Diamante/PB, até 31 de dezembro de 2023, que obedecerá às disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, o Decreto Regulamentar nº 10.024 de setembro de 2019, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93 com suas alterações posteriores.

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, de 17/01/2002, aplicando-se, subsidiariamente, no couber, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações posteriores.

RECURSOS: Próprios e/ou Programas/Convênio.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE/PB

CONTRATADO: EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ: 26.156.923/0001-20, situada na Rua Y Dois, 355, Galpão 01, CEP: 58.082-025, Distrito Industrial, Joao Pessoa - PB.

VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

DATA DA CELEBRAÇÃO/VIGENCIA: 24/08/2023 à 31/12/2023.

Publicado por:
Francisco Jeanio Pereira Franco
Código Identificador:A40F4017

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARACY PB - CPL

AVISO DE CONVOCAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 00030/2023

A Prefeitura Municipal de Igaracy, através de seu pregoeiro, vem por meio deste tornar público para conhecimento dos interessados, vem pelo presente CONVOCAR A EMPRESA: WALDIR SAULO CUNHA SANTOS 05957015407 CNPJ: 31.794.065/0001-80 CLASSIFICADA EM SEGUNDO LUGAR PARA NEGOCIAÇÃO DOS REFENTERENTES ITENS 3,4,5,6,7 EM VIRTUDE, QUE A EMPRESA XAVIER AFREU DE ASSIS – ME CNPJ: 03.808.036/0001 TER SIDO CONSIDERADA INABILITADA. PREGÃO PRESENCIAL Nº 00030/2023, com o seu objeto encarregados de atuar nos procedimentos relativos à licitação acima indicada, que objetiva: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IGARACY-PB. Concede o prazo de até 03 dias uteis para o seu comparecimento.

Igaracy - PB, 04 de outubro de 2023.

GEORGE CARLOS VIEIRA LOPES
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
George Carlos Vieira Lopes
Código Identificador:32C99387

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOCA CLAUDINO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 00011/2023

RESULTADO FASE PROPOSTA - TOMADA DE PREÇOS Nº 00011/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de adequação de estradas vicinais no município de Joca Claudino/PB. Conforme Contrato de Repasse Nº 911883/21 junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional. LICITANTE DECLARADO VENCEDOR e respectivo valor total da contratação: FREITAS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - Valor: R\$ 498.190,00. Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, caberão recursos nos termos do Art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Francisca Claudino Fernandes, 001 - Centro - Joca Claudino - PB, no horário das 07:00 as 13:00 horas dos dias úteis. E-mail: jocaclaudinolicitacao@gmail.com.

Joca Claudino - PB, 04 de Outubro de 2023

AUDINEIDE FREITAS DE SANTANA -
Presidenta da Comissão

Publicado por:
Arthur de Almeida Pinto
Código Identificador:72877098

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAÍRA

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA
EXTRATO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2023

O PREGOEIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições torna público o resultado da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2023, que objetiva: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado e sob demanda, de coffee break, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaíra/PB; Licitante(s) Vencedor(es): MARIA REJANE ALVES FERNANDES 03593588889- CNPJ Nº 17.973.320/0001-20 – VALOR: R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais).

Manaíra - PB, 04 de outubro de 2023.

ERISTON JHONATAS RABELO COSME
Pregoeiro

Publicado por:
Eriston Jhonatas Rabelo Cosme
Código Identificador:EB245F8B

CÂMARA MUNICIPAL DE MANAÍRA
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00004/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado e sob demanda, de coffee break, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Manaíra/PB. O PREGOEIRO OFICIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas através e observadas as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE: ADJUDICAR o resultado da licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 00004/2023, com base nos elementos constantes do processo correspondente, a: MARIA REJANE ALVES FERNANDES 03593588889- CNPJ Nº 17.973.320/0001-20 – VALOR: R\$ 39.400,00 (trinta e nove mil e quatrocentos reais).

Manaíra - PB, 04 de outubro de 2023.

ERISTON JHONATAS RABELO COSME

Pregoeiro

Publicado por:
Eriston Jhonatas Rabelo Cosme
Código Identificador:4C98FE8A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº. 90704/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº
00007/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Manaíra, CNPJ nº 09.148.131/0001-95.

CONTRATADA: EDILEUZA RODRIGUES ALVES GODÊ CNPJ nº 10.651.944/0001-82

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração de quantitativos, tendo em vista saldo insuficiente para cumprimento das atividades administrativas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VIGÊNCIA - A alteração contratual é baseada no art. 65, § 1º da Lei nº. 8.666/93. E com previsão no Contrato Original em sua cláusula décima. O presente termo Aditivo terá vigência até o final do exercício financeiro.

DO(S) VALOR(ES) - Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, o preço unitário permanece inalterado sendo aditivada as quantidades em 25%, que corresponde ao valor total de R\$ 3.959,00 (três mil, novecentos e cinquenta e nove reais), que somado ao contrato Original de R\$ 16.125,00 (DEZESSEIS MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS), importará o valor total de R\$ 20.084,00 (vinte mil e oitenta e quatro reais), que corresponde ao percentual de 24,55% portanto dentro do acréscimo de 25%, do limite previsto na Lei nº 8.666/93.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO: até o final do exercício financeiro.

Manaíra/PB, 04 de Outubro de 2023.

MANOEL VIRGULINO SIMÃO

Prefeito

Publicado por:
Salvador Alves Bezerra Júnior
Código Identificador:F2BF3503

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATARACA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA
EXTRATO DE CONTRATO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MATARACA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição parcela de fraldas infantis e adultas para distribuição gratuita do Município. **FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa de Licitação nº DV00005/2023. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Mataraca: 2041 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; 3390.30 – Material de Consumo. **VIGÊNCIA:** até o final do exercício financeiro de 2023. **PARTES CONTRATANTES:** Fundo Municipal de Saúde de Mataraca e: CT Nº 00036/2023 - 28.09.23 - EXPRESS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 29.085,00.

Publicado por:
Maria de Lourdes da Silva
Código Identificador:92B24932

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GAPRE Nº. 075/2023 MATARACA, 04 DE
OUTUBRO DE 2023.

Gabinete do Prefeito

PORTARIA GAPRE Nº. 075/2023 Mataraca, 04 de outubro de 2023.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I – Nomear, **TEREZINHA PADILHA DE CARVALHO**, CPF Nº **789.855.604-68**, para exercer o Cargo Comissionado de Secretária de Saúde deste município, com lotação na Secretaria de Saúde.

II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EGBERTO COUTINHO MADRUGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:C7C7A016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA GAPRE Nº. 076/2023 MATARACA, 04 DE
OUTUBRO DE 2023.

Gabinete do Prefeito

PORTARIA GAPRE Nº. 076/2023 Mataraca, 04 de outubro de 2023.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MATARACA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

I – Designar, **TEREZINHA PADILHA DE CARVALHO**, CPF Nº **789.855.604-68**, para a função de Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Mataraca.

II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EGBERTO COUTINHO MADRUGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:D10E5D6C

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATOS DO PODER EXECUTIVO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2023

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGEIRO/PB.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MOGEIRO – ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, torna público a convocação dos aprovados no concurso público nº 001/2020 visando o preenchimento das vagas.

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos relacionados no (ANEXO I), para comparecerem ao Setor de Recursos Humanos, localizada na Avenida Presidente João Pessoa, 47, Centro, Mogeiro – PB, CEP 58375-000, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios conforme discriminados abaixo:

- a) Cópia do Diploma ou Certificado Escolar;
- b) Cópia da Carteira de inscrição no respectivo Conselho Regional;

- c) Cópia da Cédula de Identidade;
d) Cópia da Carteira do Trabalho e Previdência Social;
e) Cópia do Título Eleitoral, com comprovante de quitação perante a Justiça Eleitoral;
f) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
g) Cópia do Cartão de Inscrição do PIS/PASEP (se já foi ou é empregado registrado);
h) Cópia do Certificado de alistamento militar ou de reservista (se do sexo masculino);
i) Cópias das Certidões de nascimento de filhos menores de 14 anos, caso existam;
j) Cópia da Certidão de nascimento ou de casamento, conforme o caso;
k) Declaração de bens e outros cargos públicos;
l) Uma foto recente tamanho 3/4;
m) Laudo do médico do órgão municipal competente, atestando que o candidato está APTO ao exercício do cargo.
o) Dados bancários (Banco do Brasil).
p) Certidões negativas da Justiça Estadual da Paraíba e da Justiça Federal.
q) Comprovante de residência.

ANEXO I

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

NOME	CLASSIFICAÇÃO
ALINE CARNEIRO DE PAULA	3º

Mogeiro - PB, 04 de Outubro de 2023

ANTONIO JOSÉ FERREIRA –
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Jose Paulo Silveira de Souza Lira
Código Identificador:34D93F5F

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇO: 0001/2023
Processo Administrativo: 230515TP00001

Trata-se da análise dos fundamentos dos recursos administrativos interpostos pelas empresas contra decisão da Comissão Permanente de Licitação por inabilitação. Após o protocolamento dos recursos administrativos a decisão de inabilitação de algumas empresas no procedimento licitatório.

Recebidos os recursos, cumprindo os ritos de pressupostos para aceitação e tramitação. Sem nenhuma contrarrazões protocoladas passamos as razões e decisão dos recursos protocolados.

1 – DAS RAZÕES E FUNDAMENTOS

Em que pese a pretensão deduzida pelas recorrentes é em razão de ter sido inabilitadas no processo licitatório, em primeira fase, durante a sessão de abertura dos Envelopes de Habilidade, pela falta de apresentação de documento em conformidade com o exigido no Edital de Tomada de Preço em epígrafe.

A Comissão instalada para licitação, com base nos princípios constitucionais e infra legais, verificou se os documentos apresentados atingiram os fins colimados pelo Edital, com vistas a proceder a habilitação das empresas ao procedimento licitatório.

Assim, é de bom alvitre, fazer menção do Art. 3º da Lei 8.666/93, que diz:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa

para a Administração e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objeto e dos que lhes são correlatos.**

Dentre as principais garantias, pode-se destacar **a vinculação da Administração ao Edital que regulamenta o processo licitatório.** Trata-se de uma segurança para o licitante e para o interesse público, extraída do **Princípio do Procedimento Formal**, que determina à Administração **a observância das regras por ela própria lançadas no instrumento que convoca e rege a licitação.**

1.1 - Item 8.2.5 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.

Conta no Edital que o item mencionado é referente a balanço patrimonial e demonstrativos contábeis do último exercício social, conforme transcrição abaixo.

Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem **como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de um ano, ou aquela que ainda não tenha realizado o fechamento do seu primeiro ano de existência no prazo legal, poderá apresentar o Balanço de Abertura assinado por profissional habilitado e devidamente registrado na junta comercial competente.

O item do Edital encontra-se em conformidade com a Lei nº 8.666/93, a Administração pode exigir, *in verbis*:

balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta. (art. 31, I – destacamos).

Art. 31. (...)

I – balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Para as empresas que **não** estão submetidas ao regime de **Escrituração Contábil Digital - ECD**, se torna devida a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado na entidade competente (no caso das sociedades anônimas, na Junta Comercial), **ocorre que, se digital, a comprovação se dá pela cópia impressa e atestada pelo recibo de entrega emitido (termo) pelo SPED, assinado digitalmente conforme disposto no Decreto Federal nº 9555/2018 e do Decreto Federal 6.022/2007.**

É o que se depreende do Código Civil e da Lei nº 6.404/1976. Isso porque, atualmente, às empresas submetidas ao ECD, o envio do balanço no SPED se deve ocorrer nos termos da Instrução Normativa nº 2023/2021 da Receita Federal do Brasil.

1.2 - 8.2.10 – Declaração do Licitante de cumprimento do disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal – Art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93.

A declaração exigida no item acima é referente a superveniência de fato impeditivo no que diz respeito à participação na licitação, de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade e de submeter-se a todas as cláusulas e condições do presente

instrumento convocatório (conforme modelo – Anexo II), **que a recorrente deixou de apresentar tal documento em relação ao inciso XXXIII**, a seguir transcrito.

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

O artigo 27, Inciso V, da Lei 8.666/93 regulamenta o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências para a habilitação de empresas nas licitações quando exigir dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: **“V - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)”**.

O documento em análise desse recurso não foi apresentado em sessão, pois não estava dentro do involucro lacrado. O atermo de qualquer documento posterior a abertura dos envelopes é temeroso, e pode vir a viciar o processo de contratação além de ser terminantemente proibido.

2 – DA JUSTIFICATIVA DA DECISÃO

Diante do exposto, cominado com a clareza do art. 41 da Lei 8.666/93, temos que **a Administração NÃO pode cumprir as normas e condições do Edital, o qual se acha estritamente vinculado**, tendo, dentro de seu bojo, direitos e obrigações bem definidas a serem cumpridas.

Direito Administrativo. Mandado de segurança. Concorrência Pública. inabilitação. Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário. Não apresentação. Qualificação econômico-financeira não demonstrada. Exigência do edital. Ilegalidade. **Não há ilegalidade no edital que exige, para a habilitação de licitante em concorrência pública, a apresentação de seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, isso porque a correta exegese da expressão “na forma da lei”, constante do texto do art. 31 da Lei n.º 8.666/93, remete a matéria à legislação suplementar, motivo pelo qual aplicável à espécie é o novo Código Civil, no Livro II, que disciplina a Direção da Empresa, especificamente o Capítulo IV, que trata da Escrituração, em seus artigos 1.180, p. único; 1.181, p. único; e 1.184, § 2º. Os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Diário, desde que devidamente registrados na Junta Comercial, são meios hábeis a comprovar a qualificação econômico-financeira da empresa, pois neles acham-se transcrito todo o balanço patrimonial da Licitante. A ausência desses documentos, entretanto, ensina a inabilitação para os termos do certame, já que a Administração Pública não terá à sua disposição dados objetivos para avaliar se a empresa possui capacidade para satisfazer os encargos econômicos decorrentes do contrato. Não possui direito líquido e certo a impetrante que deixa de cumprir a exigência constante do edital de concorrência, que tinha por objetivo a demonstração de sua qualificação econômico-financeira. Ordem denegada. (TJ-MA – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 1821320D5 MA).**

Assim sendo, **extrai-se que o Edital é a norma reguladora do procedimento licitatório**, em outras palavras, é a lei interna do certame e a sua estrita observância garante a objetividade da presente licitação, **devendo as participantes observá-lo e cumpri-lo dentro de suas formalidades, não deixando quaisquer dúvidas ou insegurança para que, no futuro, venha causar prejuízos a Administração**.

Além, a Lei Federal n.º 8.666/93 dispõe sobre a necessidade da apresentação dos documentos em sessão, sendo originais ou autenticados, *in verbis*:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

No mesmo raciocínio, verifica-se a indispensabilidade da confecção do instrumento convocatório para a realização do certame, denominado por Hely Lopes Meirelles como **“lei interna da licitação”**, que traz as regras regedoras do certame, vinculando a Administração Pública e os concorrentes. O renomado autor leciona:

Nada se pode exigir ou decidir aquém ou além do edital, porque é a lei interna da concorrência e da tomada de preços e segundo as condições, estabelecidas na convocação licitatória, é que os interessados deverão apresentar suas propostas, obedecendo, **tanto na forma quanto no conteúdo, as especificações do órgão que promove a licitação. Em tema de proposta nada se pode oferecer, considerar, aceitar ou exigir além ou aquém do edital ou do convite. (...)**

o que faltar na proposta conduzirá à sua desclassificação.

A jurisprudência é uníssona quanto a aplicação dos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, Edital, e seu julgamento objeto. Vejamos

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – TOMADA DE PREÇO – APRESENTAÇÃO DO TERMO DE ABERTURA E ENCERRAMENTO DO LIVRO DIÁRIO – EXIGÊNCIA EXPRESSAMENTE CONTIDA NO EDITAL – DESCUMPRIMENTO – EMPRESA CONSIDERADA INABILITADA – LIMINAR DENEGADA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. É certo que nas licitações deve-se evitar rigorismos inúteis e formalidades ou documentos desnecessários à qualificação dos interessados. **Nesta toada, a exibição do termo de abertura e encerramento do livro diário não representa mero formalismo da comissão licitante, pois configura ele documento hábil a conferir autenticidade ao balanço patrimonial apresentado pelo interessado. Ademais, tratando-se de exigência expressamente contida no instrumento convocatório, vige o princípio da vinculação ao edital, devendo o licitante observá-lo que possa ser regularmente habilitado.** (TJ-SC - Agravo de Instrumento AG 105565 SC 2009.010556-5 (TJ-SC). Grifamos Data de publicação: 11/02/2010.

É importante ressaltar que esta Administração **não tem interesse em restringir a participação de licitantes, e sim contratar com empresas sérias, obedecendo aos princípios básicos norteadores de Lei de Licitações e Contratos**, que são os da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Igualdade, e da Publicidade.

Deve-se esclarecer que não há vedação legal aos meios utilizados pela Administração para perseguir sua finalidade maior, qual seja: o atendimento das necessidades da mesma de forma eficiente e eficaz.

Na dada fase de habilitação, não há de se falar em excesso de formalidades, pois em tal ocasião, **todas as documentações exigidas em Edital são as mesmas elencadas estão em conformidade com Lei Federal n.º 8.666/93.**

Esta etapa do certame é considerada de suma importância, sendo o momento para sanar dúvidas e questões técnicas, para a fiel execução do objeto da licitação, que atendendo previamente os quesitos previstos no Edital, alcançará o fim desejado e, assim, promoverá a devida segurança jurídica tanto para a Contratante quanto para a Contratada.

Vale ressaltar que a Administração Pública, **em especial essa Comissão de Licitação, não tem interesse algum em inabilitar qualquer empresa, pelo contrário, quanto mais participantes habilitados a apresentar Propostas, melhor. Contudo, não podemos nos omitir ao Edital, e principalmente a Lei.**

Segundo Pianetti **a habilitação é a fase da licitação pública os editais devem exigir das empresas licitantes os documentos listados nos artigos 28, 29, 30 e 31 da lei 8.666/93**, que tratam da habilitação jurídica, da regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, conforme disposto no

Código Civil brasileiro (art. 1078, inciso I), o **balanço patrimonial deve ser fechado ao término de cada exercício social** e apresentado até o quarto mês seguinte.

3 – DA DECISÃO

Considerando todo o exposto, e baseando-se nos princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Legalidade, Moralidade, Razoabilidade e Isonomia, manifestamos a decisão nos seguintes termos, a saber:

Pela **PROCEDÊNCIA** do recurso da **SOMOS CONSTRUÇÕES EIRELI**, declarando habilitada para o certame.

Pela **PROCEDÊNCIA** do recurso **PRIME CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP**, declarando habilitada para o certame.

Pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso **CATÃO BONGIOVI COMERCIO E SERVIÇOS EIREL**, mantendo a decisão de inabilitação para o certame.

Pela **IMPROCEDÊNCIA** do recurso **H & G CONSTRUTORA EIRELI**, mantendo a decisão de inabilitação para o certame.

Publique-se, aguarda a manifestação ou não dos recorrentes e o decorrer prazo legal.

Montadas – PB, 03 de outubro de 2023.

SAIONARA LUCENA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PIANETTI, Carolina Alves Chagas.
<https://www.migalhas.com.br/depeso/218381/tcu-estabelece-30-de-abril-como-prazo-maximo-para-apresentacao-de-balanco-patrimonial-em-licitacoes-publicas--inclusive-para-empresas-que-utilizam-o-sped>.
Acesso em 03 de novembro de 2023. 20:30 horas.

Publicado por:
Saionara Lucena Silva
Código Identificador:3C948539

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE HOREBE

GABINETE DO PREFEITO **DECRETO Nº 012/2023 - DECRETO Nº 012/2023 DE 02 DE OUTUBRO DE 2023, DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO COLETIVA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATADOS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, BEM COMO OS DESTINADOS DE CARGOS DE CONFIANÇA E OU EM COMISSÃO E D**

DECRETO Nº 012/2023 DE 02 DE OUTUBRO DE 2023.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO COLETIVA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRATADOS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, BEM COMO OS DESTINADOS DE CARGOS DE CONFIANÇA E OU EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE MONTE HOREBE, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO que a excessiva redução dos repasses de recursos continua comprometendo a receita do município, obrigando-o a tomar medidas compensatórias para contenção de despesas e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme Recomendação do TCE - Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e Ministério Público Estadual.

CONSIDERANDO ser dever do gestor o fiel cumprimento dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente o da legalidade e moralidade que implica no adimplemento das obrigações mantendo assim o equilíbrio das finanças públicas pelo ente federativo;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 169 da CF, combinado com os dispositivos contidos nos artigos 19, 20 e 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que impõem ao Prefeito ajustar as despesas referentes ao índice estabelecido por lei para a despesa com pessoal

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores municipais contratados por excepcional interesse público, bem como os detentores de Cargos de Confiança e ou em Comissão, que sejam de livre nomeação e exoneração do Chefe do Executivo Municipal de Monte Horebe-PB.

§1º O disposto no caput deste artigo, não se aplica às seguintes classes funcionais:

I. Àquelas que, nesta data, estiverem comprovadamente gestantes ou em gozo de licença gestante, ante as exigências constitucionais vigentes;

II. Aos Secretários Municipais **ORDENADORES DE DESPESAS:** Secretário de Finanças, Secretária de Saúde, Secretária de Educação, Secretária de Desenvolvimento Social, Secretário Chefe de Gabinete do Executivo, Secretário de Administração e Recursos Humanos e Secretário de Obras, Urbanismo e Transportes, bem como os servidores responsáveis pelo setor jurídico quais sejam, Procurador Geral e o Procurador Adjunto.

III. Os servidores responsáveis pela **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO; DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS; DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO; SECRETARIA DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR; COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; COORDENAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA; SECRETARIA ADJUNTA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES; DIRETORIAS ESCOLAR E ADJUNTAS E COORDENADORIAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.**

IV. Os serviços essenciais ao estrito funcionamento da Saúde pública no município.

§ 2º Determina-se as Secretarias de Administração e Recursos Humanos e da Saúde que identifiquem as funções que serão excetuadas em razão das informações de cada órgão que serão essencial e indispensável ao funcionamento e bom andamento da administração pública, que mantenham a validação das Portarias e ou Contratos por ato específico.

Art. 2º Para fins de continuidade dos serviços públicos os servidores vinculados ao quadro efetivo de pessoal de cada repartição, permanecerão no exercício pleno de suas atribuições, respondendo pelo expediente dos respectivos órgãos, até a nomeação dos titulares;

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de outubro de 2023.

Monte Horebe/PB, 02 de outubro de 2023.

MARCOS ERON NOGUEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdir Manuel da Silva
Código Identificador:F864CAFF

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL EXTRATO DO CONTRATO DO PE0.10.80/2023/FMAS

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA – **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/2023, Pregão Eletrônico nº0.10.80/2023** - SRP. **VIGÊNCIA:** o presente contrato tem vigência até 02/10/2024 a partir da data de assinatura do contrato. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ANNA LORENA LEITE NOBREGA LAGO E LUCAS & SAIRAIVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.186.181/0001-41, COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 198.636,00 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)- CTº 115.3.01/2023

Monteiro - PB, 02 DE OUTUBRO DE 2023.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:583B250E

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO EXTRATO DO CONTRATO REF. AO PE 0.10.80/2023/FME

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA – **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/2023, Pregão Eletrônico nº 0.10.80/2023** - SRP. **VIGÊNCIA:** o presente contrato tem vigência até 02/10/2024 a partir da data de assinatura do contrato. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO DE MONTEIRO/ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO e as **EMPRESAS:** AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS CARIRI EXPRESSO LTDA-ME inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.113.221/0001-95, com o valor global de R\$ 995.076,00 (NOVECIENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, SETENTA E SEIS REAIS)- CT Nº 115.2.02/2023; **LUCAS & SAIRAIVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.186.181/0001-41, com o valor global de R\$ 788.196,00 (SETECENTOS E OITENTA E OITO MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS REAIS)- CT Nº 115.2.01/2023.

Monteiro - PB, 02 DE OUTUBRO de 2023.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:59249AAA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº **65.1.02/2022.** PARTES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a empresa **ODONTOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA.** OBJETO CONTRATUAL: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Constitui objeto do presente Termo Aditivo a Prorrogação do prazo de vigência por 90 (noventa) dias, a partir da assinatura do presente Aditivo, com

vigência de 04 de Outubro de 2023 a 04 de Janeiro de 2024, a partir da assinatura do presente. FUNDAMENTAÇÃO: este Termo Aditivo, com base na Cláusula Décima Primeira do Contato Inicial e em conformidade com o Art. 57, §1º, inciso II, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO –
Gestora do Fundo Municipal de Saúde – PB, 04 de Outubro de 2023.

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:732DF6D8

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO EXTRATO DO CONTRATO AO PE 0.10.80/2023/FMS

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA – **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/2023, Pregão Eletrônico nº 0.10.80/2023** - SRP. **VIGÊNCIA:** o presente contrato tem vigência até 02/10/2024 a partir da data de assinatura do contrato. **PARTES CONTRATANTES:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO / ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO e a empresa **AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS CARIRI EXPRESSO LTDA-ME** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.113.221/0001-95, com o valor global de R\$ 770.316,00 (SETECENTOS E SETENTA MIL, TREZENTOS E DEZESSEIS REAIS)- CT Nº 115.1.02/2023; **LUCAS & SAIRAIVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.186.181/0001-41, com o valor global de R\$ 908.778,00 (novecentos e oito mil, setecentos e setenta e oito reais)- CT Nº 115.1.01/2023.

Monteiro - PB, 02 DE OUTUBRO DE 2023

ANA PAULA BARBOSA OLIVEIRA MORATO
Gestora do FMS.

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:A0EAE9F3

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO NOTIFICAÇÃO Nº 084/2023/07.0.01/2022

Notificamos a Empresa **RANULFO TOMAZ DA SILVA, CNPJ nº 04.672.369/0001-00**, com sede a Rua Luis Pereira da Silva, nº 27 – Sala 05 – centro – Sousa PB - Cep 588800-040, representado pelo **SR. RODOLFO SOARES TOMAZ** portador do **CPF: 012.556.184-93**, para **CUMPRIR NO PRAZO MÁXIMO DE 72 HORAS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA, o discriminado abaixo.**

O setor de Planejamento através dos engenheiros fiscais vem **REQUERER** que a empresa citada de início a Obra de **CONSTRUÇÃO DO PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO PB, Contrato Administrativo Nº 07.0.01/2022 – Processo licitatório nº 007/2022.**

A solicitação se faz em caráter de urgência, uma vez que **JÁ EXISTE RECURSO DISPONÍVEL.** Cabe, por fim, enfatizar que, em **NÃO CUMPRIMENTO** dos prazos estipulados, a contar do recebimento desta e seguindo os prazos previstos, vossa empresa estará sujeita a todas as penalidades previstas no Contrato Administrativo, bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Monteiro, PB, 04 de outubro de 2023.

WALDIRENE A. ALVES BEZERRA

Secretária de Planejamento
Monteiro PB

Publicado por:
Waldirene Aparecida Alves Bezerra
Código Identificador:88053A42

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
NOTIFICAÇÃO Nº 085/2023/50.0.01/2022

Notificamos a Empresa **LIVRAMENTO CONSTRUÇÕES, SERVIÇOS E PROJETOS EIRELI EPP, CNPJ nº 09.326.532/0001-98**, com sede a Rua Leonor Maria da Conceição Bezerra, nº 440 - centro - Monteiro PB - Cep 58500-000, representado pelo **SR. JOSE DE ANCHIETA ANASTÁCIO RODRIGUES DE LIMA** portador do CPF: 576.363.624-49, para **CUMPRIR NO PRAZO MÁXIMO DE 72 HORAS A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA, o discriminado abaixo.**

O setor de Planejamento através dos engenheiros fiscais vem **REQUERER** que a empresa citada de início a OBRA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E CONSTRUÇÃO DE PONTILHÃO NA ZONA RURAL DE MONTEIRO PB, **Contrato Administrativo Nº 50.0.01/2022 – Processo licitatório nº 050/2022.**

A solicitação se faz em caráter de urgência, uma vez que **JÁ EXISTE RECURSO DISPONÍVEL**. Cabe, por fim, enfatizar que, em **NÃO CUMPRIMENTO** dos prazos estipulados, a contar do recebimento desta e seguindo os prazos previstos, vossa empresa estará sujeita a todas as penalidades previstas no Contrato Administrativo, bem como na legislação em vigor, especialmente a Lei 8.666/93.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição de Vossa Senhoria para eventuais esclarecimentos.

Monteiro, PB, 04 de outubro de 2023.

WALDIRENE A. ALVES BEZERRA

Secretária de Planejamento
Monteiro PB

Publicado por:
Waldirene Aparecida Alves Bezerra
Código Identificador:5ABC3549

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº
0.10.80/2023/001/002

A Prefeita em Exercício do Município de Monteiro, através da sua Pregoeira Oficial, de acordo com as atribuições que lhe foram conferidas, em conformidade com o resultado do pregão abaixo relacionado e devidamente homologado, **RESOLVE**, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93, Decreto Municipal nº. 1.115/2019 torna público o **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** do **Pregão Eletrônico nº 0.10.80/2023. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 115/2023. OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura - DATA DA ASSINATURA: 02 de outubro 2023. EMPRESA VENCEDORA : LUCAS & SARAIVA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 33.186.181/0001-41, no Valor Global de R\$ 2.250.354,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).**

AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS CARIRI EXPRESSO LTDA, CNPJ 28.113.221/0001-95, , no Valor Global de R\$ 3.303.252,00 (três milhões, trezentos e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais), de acordo com a ata de registro de preços em anexo ao referido processo.

Monteiro - PB, 02 de outubro de 2023.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO

Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:C704164C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº
0.10.80/2023/PM

Nos termos do relatório final e adotando as razões que nortearam o julgamento do Pregoeiro Oficial, **HOMOLOGO** o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0.10.80/2023**, que tem por objeto o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL**, conforme termo de adjudicação, em favor da seguinte empresa: **EMPRESA VENCEDORA E FUNDO MUNICIPAL PARTICIPANTE: LUCAS & SARAIVA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ 33.186.181/0001-41**, no Valor Global de R\$ 2.250.354,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e quatro reais).

AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS CARIRI EXPRESSO LTDA, CNPJ 28.113.221/0001-95, no Valor Global de R\$ 3.303.252,00 (três milhões, trezentos e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais), de acordo com a ata de registro de preços em anexo ao referido processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO homologa o valor de R\$ 1.892.604,00 (UM MILHÃO, OITOCENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS).

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTEIRO homologa o valor de R\$ 1.679.094,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E SETENTA E NOVE MIL, NOVENTA E QUATRO REAIS).

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO, homologa o valor de R\$ 1.783.272,00 (UM MILHÃO, SETECENTOS E OITENTA E TRÊS MIL, DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS).

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MONTEIRO homologa o valor de R\$ 198.636,00 (CENTO E NOVENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS).

Dê ciência aos interessados e determinar que seja lavrado o respectivo Contrato Administrativo e a extração dos respectivos empenhos de despesas pelo setor competente.

Monteiro – PB, 02 de outubro de 2023.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO

Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:D7DAC291

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
EXTRATO DO CONTRATO AO PE 0.10.80/2023/PM

OBJETO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. FUNDAMENTO LEGAL: nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto nº 10.024/19, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666/93 - ALTERADA – PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 115/2023. Pregão Eletrônico nº 0.10.80/2023 - SRP. VIGÊNCIA: o presente contrato tem vigência até 02/10/2024 a partir da data de assinatura do contrato. PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO

/ ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO e a empresa **AUTO POSTO DE COMBUSTÍVEIS CARIRI EXPRESSO LTDA-ME** inscrito(a) no CNPJ sob o nº 28.113.221/0001-95, com o valor global de R\$ 1.537.860,00 (UM MILHÃO, QUINHENTOS E OITENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)- CT Nº 115.0.02/2023; **LUCAS & SAIRAIVA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 33.186.181/0001-41, com o valor global de R\$ 354.744,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta e quatro reais)- CT Nº 115.0.01/2023.

Monteiro - PB, 02 de outubro de 2023.

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:B010D8C8

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
EXTRATO DE CONTRATO TOMADA DE PREÇOS Nº
0.2.006/2023

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO (MDR4) SOBRE COLCHÃO DE AREIA EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO

VIGÊNCIA: Até 04 DE OUTUBRO de 2024

PARTES CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO /ANNA LORENA LEITE NOBREGA LAGO CNPJ sob o nº 09.073.628/0001-91 e as empresas: **HUMBERTO JOSE MENDES DA SILVA-ME**, CNPJ 11.724.567/0001-27, localizada na Rua Wagner Augusto Bezerra Japyassu,75, Centro, Monteiro/PB. CEP 58.500-000, com o valor global de R\$ 292.505,21 (DUZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E CINCO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS)-CT nº 108.0.01/2023

DATA DA ASSINATURA: 04 DE OUTUBRO de 2023

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:BF4D0603

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TP 0.2.006/2023

De acordo com o relatório final da Comissão Permanente de Licitação, **HOMOLOGO** o procedimento da **Tomada de Preços nº. 0.2.006/2023**, que em como objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍEDO (MDR4) SOBRE COLCHÃO DE AREIA EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE MONTEIRO**, **ADJUDICAR** o objeto licitado em favor da empresa vencedora **HUMBERTO JOSE MENDES DA SILVA-ME**, CNPJ 11.724.567/0001-27, localizada na Rua Wagner Augusto Bezerra Japyassu,75, Centro, Monteiro/PB. CEP 58.500-000, com o valor global de R\$ 292.505,21 (DUZENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, QUINHENTOS E CINCO REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).

Monteiro, 04 de outubro de 2023

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Prefeita

Publicado por:
Erinaldo Araújo Sousa
Código Identificador:F5A53DFC

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
I RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 01/2023

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 01/2023

(EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE AUDIOVISUAL PARA INCENTIVO CULTURAL)

A Prefeitura Municipal de Ouro Velho (PB), por intermédio da sua Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos, no uso de suas atribuições legais, faz saber que retifica o Edital 01/2023, publicado no diário oficial do dia 21 de setembro de 2023, que trata da seleção de projetos do audiovisual para a Lei Paulo Gustavo, no que tange aos seguintes itens:

“Onde se lê”:

14. DO CRONOGRAMA E PRAZO DE VIGÊNCIA

Período de inscrições	22 de setembro a 6 de outubro
Período de análise dos projetos	9 a 16 de outubro
Divulgação do resultado preliminar de mérito	18 de outubro
Prazo para recurso	19 a 24 de outubro
Resultado final e publicação no DO	26 de outubro
Avaliação documental	30 de outubro
Período para retificação de documentos	31 de outubro a 2 de novembro
Resultado da habilitação	3 de novembro
Prazo para assinatura de documentos	6 a 10 de novembro
Período de pagamento	Até 29 de dezembro

“Leia-se”:

14. DO CRONOGRAMA E PRAZO DE VIGÊNCIA

Período de inscrições	22 de setembro a 17 de outubro
Período de análise dos projetos	19 a 25 de outubro
Divulgação do resultado preliminar de mérito	25 de outubro
Prazo para recurso	26 a 31 de outubro
Resultado final e publicação no DO	3 de novembro
Avaliação documental	30 de outubro
Período para retificação de documentos	31 de outubro a 2 de novembro
Resultado da habilitação	9 de novembro
Prazo para assinatura de documentos	10 a 15 de novembro
Período de pagamento	Até 29 de dezembro

Ouro Velho/PB, 04 de outubro de 2023

AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Antonio Henrique Menezes Nascimento
Código Identificador:49B44AA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
I RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 02/2023

I RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 02/2023

(EDITAL DE PREMIAÇÃO PARA AS DEMAIS ÁREAS DA CULTURA)

A Prefeitura Municipal de Ouro Velho (PB), por intermédio da sua Diretoria de Cultura, Turismo e Eventos, no uso de suas atribuições legais, faz saber que retifica o Edital 02/2023, publicado no diário oficial do dia 21 de setembro de 2023, no que tange aos seguintes itens::

“Onde se lê”:

14. DO CRONOGRAMA E PRAZO DE VIGÊNCIA

Período de inscrições	22 de setembro a 6 de outubro
Período de análise dos projetos	9 a 16 de outubro
Divulgação do resultado preliminar de mérito	18 de outubro
Prazo para recurso	19 a 24 de outubro
Resultado final e publicação no DO	26 de outubro
Avaliação documental	30 de outubro
Período para retificação de documentos	31 de outubro a 2 de novembro
Resultado da habilitação	3 de novembro
Prazo para assinatura de documentos	6 a 10 de novembro
Período de pagamento	Até 29 de dezembro

“Leia-se”:

14. DO CRONOGRAMA E PRAZO DE VIGÊNCIA

Período de inscrições	22 de setembro a 17 de outubro
Período de análise dos projetos	19 a 25 de outubro
Divulgação do resultado preliminar de mérito	25 de outubro
Prazo para recurso	26 a 31 de outubro
Resultado final e publicação no DO	3 de novembro
Avaliação documental	30 de outubro
Período para retificação de documentos	31 de outubro a 2 de novembro
Resultado da habilitação	9 de novembro
Prazo para assinatura de documentos	10 a 17 de novembro
Período de pagamento	Até 29 de dezembro

Ouro Velho/PB, 04 de outubro de 2023

AUGUSTO SANTA CRUZ VALADARES

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Antonio Henrique Menezes Nascimento

Código Identificador:70EB707F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA

LICITAÇÃO
AVISO DE ERRATA - PP 0025/2023

AVISO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 00025/2023

O Pregoeiro Oficial comunica que no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 00025/2023, objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DESTA PREFEITURA DE PEDRA LAVRADA, onde se lê: "às 14:00 horas do dia 16 de outubro de 2023"; leia-se: "**às 10:30 horas do dia 16 de outubro de 2023**". Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, Rua Estudante Eliomar Cordeiro de Sousa, 99 - Centro - Pedra Lavrada - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (83) 3375-4345. E-mail: pmplicitacao@gmail.com.

Pedra Lavrada - PB, 04 de Outubro de 2023

EDUARDO COSTA SOUSA –

Presidente da Comissão

Publicado por:

Sandro Ferreira de Sousa

Código Identificador:2E023424

LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PP 0021/2023

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00020/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00020/2023, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS A NECESSIDADES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 320.746,10; CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - R\$ 45.155,80.

Pedra Lavrada - PB, 04 de Outubro de 2023

JOSÉ ANTONIO VASCONCELOS DA COSTA

Prefeito

Publicado por:

Sandro Ferreira de Sousa

Código Identificador:0E9FF160

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PP 0021/2023

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE MEDICAMENTOS DIVERSOS DESTINADOS A NECESSIDADES DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO. **FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 00020/2023. **DOTAÇÃO:** Recursos Próprios do Município de Pedra Lavrada: 05.00 FUNDO MUN DE SAUDE – SEC SAÚDE 10.301.2001.2015 MANTER ATIVIDADES E AÇÕES DE SERVIÇOS DE SAÚDE – CONVÊNIO 10.301.2001.2018 MANTER O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 10.302.2001.2019 MANTER ASPS – ATENÇÃO ESPECIALIZADA – MAC 10.302.2001.2020 MANTER OS HOSPITAIS 3.3.90.30.01 MATERIAL DE CONSUMO GOVERNO DO ESTADO/SES/PMPL – Convênio nº 0046/2023. **VIGÊNCIA:** até 05/10/2024. **PARTES CONTRATANTES:** Prefeitura Municipal de Pedra Lavrada e: CT Nº 10075/2023 - 05.10.23 - ALLFAMED COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA - R\$ 320.746,10; CT Nº 10076/2023 - 05.10.23 - CIRUFARMA COMERCIAL LTDA - R\$ 45.155,80.

Publicado por:

Sandro Ferreira de Sousa

Código Identificador:3E1EDE80

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 203/2023

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ-PB, Estado da Paraíba, usando das atribuições legais conferidas pelas disposições contidas na Lei Orgânica.

CONSIDERANDO Requerimento de Licença para trato de interesse particular pelo período de 02 (dois) anos, contados de 02/10/2023 a 02/10/2025, apresentado pela servidora em 18 de setembro de 2023;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 01, de 23 de maio de 2008, “a critério da Administração, poderá ser concedida ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, a licença para trato de assuntos particulares pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração e sem contagem de tempo de serviço, não podendo esta licença ser renovada sem o decurso de interstício mínimo de cinco anos”;

CONSIDERANDO que a servidora requerente presta suas atividades na Estratégia de Saúde da Família, na Unidade Básica de Saúde “José Elízio da Costa”, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de Odontólogos na Estratégia de Saúde da Família, fato que fez com que a Gestão Municipal nomeasse todos os aprovados e classificados no Concurso Público nº 01/2019;

CONSIDERANDO que o Município não dispõe em seu quadro de servidores de outros Odontólogos suficientes para substituição da servidora, com a concessão da licença requerida, o que resultará em prejuízo para a população das localidades próximas à Unidade Básica de Saúde rural onde está lotada a servidora;

CONSIDERANDO que é sabido que na Administração Pública vigora o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular;

R E S O L V E:

INDEFERIR, nos termos do art. 91 da Lei Complementar nº 001/2008, o Requerimento de Licença para trato de interesse particular apresentado pela servidora **MILLENA DANTAS DE MACEDO**, matrícula nº 2017499, ocupante do cargo de Odontólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, pelas razões de interesse público acima epigrafadas.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência à servidora do presente INDEFERIMENTO.

Picuí-PB, 27 de setembro de 2023.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

PUBLICADO EM 28/09/2023. REPUBLICADO POR INCORREÇÃO.

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:624E9DCA

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 211/2023**

DISPÕE SOBRE: DESIGNAR FISCAL E GESTOR DO CONTRATO 213/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituições Federal e Estadual, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pelo Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/20212, e Decreto Municipal nº 709/2021;

RESOLVE:

Designar o(a) servidor(a) EMERSON RICHARDSON DA SILVA MEDEIROS para exercer a função de GESTOR do contrato 213/2023, celebrado entre o Município de Picuí e José Roberto da Silva Trindade.

RESOLVE TAMBÉM:

Designar o(a) servidor(a) FRANCISCA LEUDA DE MACEDO DANTAS para exercer a função de FISCAL do contrato 213/2023, celebrado entre o Município de Picuí e José Roberto da Silva Trindade.

RESOLVE, POR FIM:

Designar o(a) servidor(a) JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS para substituir o GESTOR do contrato e o(a) servidor(a) KEILES LUCENA DE MACEDO para substituir o FISCAL do contrato indicados nesta portaria, em casos de impedimentos ou afastamentos não superiores a 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos perdurarão enquanto durar a vigência do contrato 213/2023.

Proceda-se à notificação dos designados e do(a) contratado(a), encaminhando cópia desta Portaria e do respectivo contrato, acompanhado de eventual Ata de Registro de Preço.

Proceda-se, ainda, à inclusão dos dados desta Portaria em campo específico do site oficial da Prefeitura Municipal de Picuí.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:AF7D5D31

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 212/2023**

DISPÕE SOBRE: DESIGNAR FISCAL E GESTOR DO CONTRATO 214/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituições Federal e Estadual, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pelo Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/20212, e Decreto Municipal nº 709/2021;

RESOLVE:

Designar o(a) servidor(a) LUCAS SILVA DANTAS para exercer a função de GESTOR do contrato 214/2023, celebrado entre o Município de Picuí e Danilo José Martins da Silva Pneumáticos.

RESOLVE TAMBÉM:

Designar o(a) servidor(a) MARIA DOROTEIA DOS SANTOS para exercer a função de FISCAL do contrato 214/2023, celebrado entre o Município de Picuí e Danilo José Martins da Silva Pneumáticos.

RESOLVE, POR FIM:

Designar o(a) servidor(a) FERNANDO DE LIMA ARAÚJO para substituir o GESTOR do contrato e o(a) servidor(a) JOSÉ RANIERI DOS SANTOS FERREIRA para substituir o FISCAL do contrato indicados nesta portaria, em casos de impedimentos ou afastamentos não superiores a 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos perdurarão enquanto durar a vigência do contrato 214/2023.

Proceda-se à notificação dos designados e do(a) contratado(a), encaminhando cópia desta Portaria e do respectivo contrato, acompanhado de eventual Ata de Registro de Preço.

Proceda-se, ainda, à inclusão dos dados desta Portaria em campo específico do site oficial da Prefeitura Municipal de Picuí.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:5288BC76

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 213/2023**

DISPÕE SOBRE: DESIGNAR FISCAL E GESTOR DO CONTRATO 215/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituições Federal e Estadual, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pelo Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/20212, e Decreto Municipal nº 709/2021;

RESOLVE:

Designar o(a) servidor(a) REJANE MIRANDA DOS SANTOS para exercer a função de GESTOR do contrato 215/2023, celebrado entre o Município de Picuí e Top Peças Ltda EPP.

RESOLVE TAMBÉM:

Designar o(a) servidor(a) SEBASTIANA JOELMA DE AZEVEDO SANTOS para exercer a função de FISCAL do contrato 215/2023, celebrado entre o Município de Picuí e Top Peças Ltda EPP.

RESOLVE, POR FIM:

Designar o(a) servidor(a) FERNANDO DE LIMA ARAÚJO para substituir o GESTOR do contrato e o(a) servidor(a) JOSÉ RANIERI DOS SANTOS FERREIRA para substituir o FISCAL do contrato indicados nesta portaria, em casos de impedimentos ou afastamentos não superiores a 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos perdurarão enquanto durar a vigência do contrato 215/2023.

Proceda-se à notificação dos designados e do(a) contratado(a), encaminhando cópia desta Portaria e do respectivo contrato, acompanhado de eventual Ata de Registro de Preço.

Proceda-se, ainda, à inclusão dos dados desta Portaria em campo específico do site oficial da Prefeitura Municipal de Picuí.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:1B347199

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 214/2023

DISPÕE SOBRE: DESIGNAR FISCAL E GESTOR DO CONTRATO 216/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituições Federal e Estadual, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pelo Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/20212, e Decreto Municipal nº 709/2021;

RESOLVE:

Designar o(a) servidor(a) CÉLIA MARIA DOS SANTOS DANTAS para exercer a função de GESTOR do contrato 216/2023, celebrado entre o Município de Picuí e José Júnior Dantas 05213044409.

RESOLVE TAMBÉM:

Designar o(a) servidor(a) ANDREZA AGDA DANTAS SILVA para exercer a função de FISCAL do contrato 216/2023, celebrado entre o Município de Picuí e José Júnior Dantas 05213044409.

RESOLVE, POR FIM:

Designar o(a) servidor(a) JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS para substituir o GESTOR do contrato e o(a) servidor(a) ANGÉLICA FERREIRA BARROS para substituir o FISCAL do contrato indicados nesta portaria, em casos de impedimentos ou afastamentos não superiores a 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos perdurarão enquanto durar a vigência do contrato 216/2023.

Proceda-se à notificação dos designados e do(a) contratado(a), encaminhando cópia desta Portaria e do respectivo contrato, acompanhado de eventual Ata de Registro de Preço.

Proceda-se, ainda, à inclusão dos dados desta Portaria em campo específico do site oficial da Prefeitura Municipal de Picuí.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:D5686D5B

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 215/2023

DISPÕE SOBRE: DESIGNAR FISCAL E GESTOR DO CONTRATO 217/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PICUÍ, ESTADO DA PARAÍBA, usando das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Constituições Federal e Estadual, bem como legislação pertinente, em atendimento ao normatizado pelo Estatuto Federal das Licitações e Contratos Administrativos, Lei nº 14.133/20212, e Decreto Municipal nº 709/2021;

RESOLVE:

Designar o(a) servidor(a) WALLYSSON BRUNO MACEDO BARROS para exercer a função de GESTOR do contrato 217/2023, celebrado entre o Município de Picuí e José Wesley de Oliveira Costa.

RESOLVE TAMBÉM:

Designar o(a) servidor(a) ADÉLIA DANIELLE DANTAS DE ARAÚJO para exercer a função de FISCAL do contrato 217/2023, celebrado entre o Município de Picuí e José Wesley de Oliveira Costa.

RESOLVE, POR FIM:

Designar o(a) servidor(a) JANAÍNA DE MEDEIROS LIMA ALMEIDA para substituir o GESTOR do contrato e o(a) servidor(a) CLERISTON DE ARAÚJO MENDES para substituir o FISCAL do contrato indicados nesta portaria, em casos de impedimentos ou afastamentos não superiores a 60 (sessenta dias).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos perdurarão enquanto durar a vigência do contrato 217/2023.

Proceda-se à notificação dos designados e do(a) contratado(a), encaminhando cópia desta Portaria e do respectivo contrato, acompanhado de eventual Ata de Registro de Preço.

Proceda-se, ainda, à inclusão dos dados desta Portaria em campo específico do site oficial da Prefeitura Municipal de Picuí.

Registre-se. Publique-se.

Gabinete do Prefeito Constitucional do Município de Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO

Prefeito Constitucional

Publicado por:

Wallysson Bruno Macedo Barros

Código Identificador:93843224

GABINETE DO PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00025/2023, que objetiva: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO E**

AJUDANTE DE ELETRICISTA, PARA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: ULTRA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA: 37.566.790/0001-87, R\$: 190.000,00

Picuí - PB, 02 de outubro de 2023

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:F162F965

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR ATA E CONTRATO -
PE00025/2023

PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 00025/2023. OBJETO: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO DE REDE DE ESGOTO E AJUDANTE DE ELETRICISTA, PARA MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA URBANA E DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.** NOTIFICAÇÃO: Convocamos a seguinte empresa para no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data desta publicação, comparecer junto a Comissão Permanente de Licitação objetivando a assinatura do respectivo contrato, sob pena de incidência da cominação prevista na Lei 14.133/2021: ULTRA SOLUCOES E SERVICOS, CNPJ nº 37.566.790/0001-87. INFORMAÇÕES: na sede da CPL, Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis. Telefone: (083) 3371-2126.

Picuí - PB, 04 de outubro de 2023

OLIVÂNIO DANTAS REMÍGIO
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:C379FA79

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 477/2023

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **01 de dezembro de 2016** e que entrou em **exercício no cargo em 01 de dezembro de 2016**, a cada dia 01 de dezembro de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2020/2021**, que se completou em **01 de dezembro de 2021**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 782/2023** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora **MARIVALDA ARAÚJO DOS SANTOS**, matrícula nº 0066730, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de **2020/2021**, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados a partir de 16/10/2023 a 14/11/2023.

Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:308799A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 478/2023

O Secretário de Administração no uso das atribuições contidas no Art. 12, inciso III da Lei Municipal nº 1335, de 26/03/2008,

CONSIDERANDO as disposições do art. 77 da Lei Complementar Municipal nº 001/2008 que reza que “*após cada período de 12 (doze) meses de exercício o servidor fará jus a 30 (trinta) dias de férias*”;

CONSIDERANDO que a **posse** do (a) servidor (a) ocorreu em **31 de julho de 2014** e que entrou em **exercício no cargo em 01 de agosto de 2014**, a cada dia 01 de agosto de cada ano ocorre a conclusão do período aquisitivo de férias do (a) servidor (a), iniciando a partir de tal data o direito ao gozo das férias;

CONSIDERANDO que o (a) servidor (a) requereu as férias relativas ao **período aquisitivo 2022/2023**, que se completou em **01 de agosto de 2023**;

CONSIDERANDO a manifestação favorável do (a) Secretário (a) da Pasta onde está lotado (a) o (a) servidor (a), exercendo o juízo discricionário, considerando a prejudicialidade dos serviços na repartição;

Considerando o disposto no **Parecer PMP/PJM/Nº 780/2023** da Procuradoria Jurídica do Município.

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **ELITON MONTEIRO DA SILVA**, matrícula nº 0066180, ocupante do cargo de Condutor Socorrista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, relativas ao período de **2022/2023**, nos termos do Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis de Picuí, contados os efeitos retroativos a partir de 01/10/2023 a 30/10/2023.

Picuí-PB, 04 de outubro de 2023.

JEAN RONNIE DE AZEVEDO DANTAS
Secretário de Administração

Publicado por:
Wallysson Bruno Macedo Barros
Código Identificador:90015884

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
EXTRATO DO QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO
CONTRATO Nº 125/2021

Processo Administrativo nº 054/2021/2021.

Pregão Presencial nº 013/2021.

Contratante: Prefeitura de Princesa Isabel-PB, CNPJ: 08.888.968/0001-08.

Contratada: Antônio Henriques da Silva-ME, CNPJ nº 06.177.525/0001-83.

Objeto: Prestar o fornecimento parcelada de materiais de limpeza destinados as diversas Secretarias deste município, conforme termo de referência.

Da justificativa: O presente apostilamento se faz necessário uma vez que o estatuto de licitações e Contrato (Lei Federal nº 8.666/1993), quando define os preceitos de contratação pela administração Pública, determina que eventos dessa natureza sejam precedidos de “simples apostila”. Para se utilizar dessa exceção, a lei exige que o objeto a ser apostilado esteja enquadrado nas permissões previstas na legislação e é usado quando as bases contratuais não forem alteradas, ou seja, o valor unitário do item não for alterado, é o caso do referido contrato. Esse apostilamento se dá para utilização do saldo dos quantitativos do LOTE VI - UTENSÍLIOS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e do LOTE X - UTENSÍLIOS - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, onde serão destinados para as Escolas Municipais de Princesa Isabel-PB, através da Secretaria de Educação, caso seja necessário.

Desta forma, realiza-se o presente apostilamento, cujo objetivo é a inclusão do saldo dos quantitativos ora contratados do lote LOTE VI e do lote LOTE X, para atender a demanda da Secretaria de Educação de Princesa Isabel-PB.

Este apostilamento entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Publica-se, registra-se e cumpre-se.

Princesa Isabel - PB, 28 de setembro de 2023.

RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Prefeito

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:4B9A52D8

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL SEGUNDO AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2023

A Prefeitura de Princesa Isabel-PB, tornar público que realizará através do seu Pregoeiro Oficial, às **14h:30min (quatorze horas e trinta minutos)** do dia **18 de outubro de 2023**, por meio do site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 069/2023. **Tipo de julgamento:** Menor preço ofertado por item. **Objeto:** Contratação de uma pessoa jurídica para Prestar serviços em forma de locação mensal de 01 (um) veículo do tipo PICKUP, cabine simples, motor a diesel, capacidade de carga útil de no mínimo de 1.000 Kg, já equipado/fixada na sua carroceria com uma escada extensiva (fibra de vidro) medindo doze metros de comprimento, com elevação hidráulica e manual a partir do sétimo metro, ainda equipado com uma escada extensiva (fibra de vidro) medindo dez metros com elevação manual (não hidráulica/fixada), para atender as demandas diárias de transporte de funcionários e equipamentos utilizados na manutenção preventiva e corretiva da rede elétrica do município de Princesa Isabel, conforme termo de referência. **Fontes de Recursos:** Não vinculados e ordinários. **Prazo para entrega do equipamento:** Será em até 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente da assinatura do contrato, que será encaminhado para o E-mail do licitante vencedor citado nas peças de sua habilitação ou proposta, ou presencialmente. **Edital:** Poderá ser retirado através: <http://www.princesa.pb.gov.br/licitacoes;> www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Princesa Isabel-PB, 03 de outubro de 2023.

JACÉ ALVES DE OLIVEIRA

Pregoeiro

Publicado por:

Manoel Francelino de Sousa Neto

Código Identificador:441A6BBD

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00002/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Av. Santa Cecília, 214 - Centro - Santa Cecília - PB, **às 10:00 horas do dia 23 de Outubro de 2023**, licitação modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço, restrita à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Aquisição parcelada, conforme demanda, de gêneros alimentícios do tipo hortifrutigranjeiros para atender as necessidades das diversas secretarias do Município de Santa Cecília/PB. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 7.892/13; Decreto Municipal nº 185/11; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: no horário das 08:00 às 13:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Edital: licitacaoscpb@gmail.com.

Santa Cecília - PB, 04 de outubro de 2023.

ERNANDO SOUZA DE SALES

Pregoeiro Oficial

Publicado por:

Ernando Souza de Sales

Código Identificador:C0B630B3

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA/PB - HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00005/2023

Nos termos do relatório final apresentado pela Comissão Permanente de Licitação e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Tomada de Preços nº 00005/2023, que objetiva: Contratação de empresa do ramo de engenharia para execução da Adequação de Estrada Vicinais, no Município de Santa Cecília/PB. CR: 1081068-71/2021 | SINCOV 922354 | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **HOMOLOGO** o correspondente procedimento licitatório e **ADJUDICO** o seu objeto a: **R F SERVICOS DE CONSTRUCAO CIVIL EIRELI - CNPJ: 29.878.872/0001-39 - R\$ 240.851,10.**

Santa Cecília - PB, 04 de outubro de 2023.

JOSÉ MARCÍLIO FARIAS DA SILVA

Prefeito

Publicado por:

Ernando Souza de Sales

Código Identificador:C14456C6

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 00058/2023

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00058/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00058/2023, que objetiva: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICÍPIO; **HOMOLOGO** o correspondente procedimento licitatório em favor de: NILDO FREITAS DANTAS - R\$ 95.194,72. O item nº 06 restou fracassado.

São Francisco - PB, 04 de Outubro de 2023

GERONCIO SUCUPIRA JUNIOR -
Prefeito

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:F9D384B5

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 00060/2023**

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00060/2023

Nos termos do relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Presencial nº 00060/2023, que objetiva: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE COLONOSCOPIA, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO; HOMOLOGO o correspondente procedimento licitatório em favor de: CENTRALMEDIC – CENTRO MEDICO E RADIOLOGICO DE SOUSA LTDA - R\$ 29.650,00.

São Francisco - PB, 04 de Outubro de 2023

GERONCIO SUCUPIRA JUNIOR -
Prefeito

Publicado por:
Francisco Lopes de Lima
Código Identificador:90DC9E77

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DA LAGOA
TAPADA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 013/2023**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.00201/2023
PREGÃO ELETRÔNICO 013/2023

A Prefeitura Municipal de São Jose da Lagoa Tapada-Pb, Faz Saber aos Interessados que realizará licitação, para registro de preços na modalidade pregão, na forma eletrônica, Para O registro de Preço para Futura e Eventual fornecimento diário e parcelado de material de limpeza e higiene destinado a atender as necessidades de diversas secretarias do município de São José da Lagoa Tapada-PB por um Período de 12 Meses, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da instrução normativa slti/mp nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da instrução normativa seges/mp nº 03, de 26 de abril, de 2018, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, decreto municipal nº 132/2008, de 10 de janeiro de 2008; decreto municipal nº 498/2019, de 08 de janeiro de 2019 aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste edital e lei complementar nº 123/06 e 147/2014, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e demais legislação, s, rege a Presente Licitação, A abertura desta licitação ocorrerá no dia 20/10/2023, às 09hs:00min (horário de Brasília), no site www.portaldecompraspublicas.com.br, informações no departamento de licitação da prefeitura municipal de São Jose da lagoa Tapada no endereço na sala da CPL, Rua Francisca Tomaz da Silva, Nº 54 - Centro - São José da Lagoa Tapada -PB. De segunda a sexta de 07hs:30min as 11hs:30min, site do <http://saojoselt.pb.gov.br/acessoainformacao/licitacoes>, Email.licitacao@saojoselt.pb.gov.br, O Edital completo poderá ser obtido Pelos Interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br <http://www.tce.pb.gov.br>

São José da Lagoa Tapada-PB, 04 de outubro de 2023.

FRANCISCO BARBOZA ALECRIM

Publicado por:
Jose Macio de Andrade
Código Identificador:FDB140C9

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI
AVISO DE ADIAMENTO CREDENCIAMENTO Nº 00002/2023**

A Comissão Permanente de Licitação comunica o adiamento do Credenciamento nº 00002/2023, para o dia 13 de Outubro de 2023 às 08:00 horas, no mesmo local inicialmente divulgado: Rua Governador Ronaldo Cunha Lima, SN - Centro - São José do Sabugí - PB. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no referido endereço. Telefone: (83) 34671028. E-mail: prefeitura@saojosedosabugi.pb.gov.br.

São José do Sabugí - PB, 04 de Outubro de 2023

ALIXANDRE ASSIS RAMOS -
Presidente da Comissão

Publicado por:
Alixandre Assis Ramos
Código Identificador:EFB9AA6F

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO
UMBUZEIRO**

**GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA PMSSU/GCPE N.º. 212/2023.**

PORTARIA PMSSU/GCPE n.º. 212/2023.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO, ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas legais atribuições e forma prevista no artigo 59, inciso V, no que se combina com o disposto no artigo 67, inciso II, alínea a, da Lei Orgânica do Município, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido o Srº **EMANOEL MEDONÇA DE LIMA**, com matrícula sob o n.º.641, portador do RG sob o número 9125372 SDS/PE, CPF sob o nº 101.356.044-27, ocupante do cargo de **FARMACÊUTICO**, lotado na Secretaria Municipal de saúde.

Art. 2º DETERMINAR a Diretoria de Pessoal e Patrimônio que promova o registro e anotações necessárias para a regular exoneração no Quadro de Pessoal da Administração Direta deste Município.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Publique-se. Proceda-se com as comunicações de estilo.

Registre-se. Arquive-se. Cumpra-se.

São Sebastião do Umbuzeiro - PB, 02 de outubro de 2023.

ADRIANO JERÔNIMO WOLFF
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João Paulo Pereira da Silva
Código Identificador:F6DFA6FE

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ**

**GABINETE DO PREFEITO
RESENHA Nº 064/2023**

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista a

servidora abaixo relacionada, **DEFERIU** o seguinte pedido de Licença para Tratamento de Pessoa da Família.

Mat.	Nome	Função	Lotação	Período
818878	Kessia Aucyelle Barbosa Rodrigues	Fonoaudiólogo	Secretaria de Saúde	18/09/2023 a 18/10/2023

Sapé, 04 de outubro de 2023.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Lidiane Araújo do Nascimento

Código Identificador:3191D45C

GABINETE DO PREFEITO RESENHA Nº 065/2023

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB, usando das atribuições, que lhe são conferidas e tendo em vista a servidora abaixo relacionada, **DEFERIU** o seguinte pedido de Licença sem Vencimento.

Mat.	Nome	Função	Lotação	Período
2122559	Rayane Rodrigues Trajano	Agente Comunitário de Saúde	Secretaria de Saúde	02/10/2023 a 02/10/2026

Sapé, 04 de outubro de 2023.

SIDNEI PAIVA DE FREITAS

Prefeito

Publicado por:

Lidiane Araújo do Nascimento

Código Identificador:8018223C

GABINETE DO PREFEITO DECRETO Nº 3102/2023 SAPÉ, 03 DE OUTUBRO DE 2023

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PROCESSO DE SELEÇÃO POR MÉRITO E DESEMPENHO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETORES DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SAPÉ/PB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ/PB, no uso das atribuições contidas na Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 206, VI, da constituição Federal, que trata da gestão democrática do ensino público na forma da lei;

CONSIDERANDO a lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 14 da lei 9394/96, que dispõe sobre como os Sistemas de Ensino definirão as normas da Gestão democrática do Ensino Público na Educação Básica, de acordo com as suas peculiaridades;

CONSIDERANDO a Meta 19 da Lei 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação;

CONSIDERANDO o disposto no art. 17 da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que no § 1º define as condicionalidades a serem consideradas para distribuição da complementação VAAR (valor aluno ano resultado);

CONSIDERANDO a Resolução nº 1 de 27 de julho de 2022, que aprova as metodologias de aferição das condicionalidades de melhoria de gestão para fins de distribuição da complementação VAAR (valor aluno Resultado), às redes públicas de ensino, para vigência no exercício de 2023;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, nos termos deste Decreto e demais normas, editais e atos administrativos dele decorrentes, os critérios para a escolha de profissionais da educação que ocuparão a função de Diretor e Diretor Adjunto das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de SAPÉ/PB.

Parágrafo Único - A escolha de profissionais para a Direção e Diretor Adjunto das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino far-se-á mediante processo de Seleção por avaliação de mérito e desempenho, que deverá ocorrer simultaneamente em todas as Unidades Escolares de Ensino.

Art. 2º - O processo de seleção de profissionais da educação à função de Diretor Escolar e Diretor Ajunto será coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de uma Comissão Organizadora do Processo de Escolha de Diretores Escolares de SAPÉ-PB, designada especificamente para este fim.

§1º - Os membros da Comissão Avaliadora, previstos no *caput* deste artigo, não poderão estar exercendo ou representando a categoria de Diretor Escolar.

§2º - O processo de Seleção de profissionais para a Direção das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino poderá ser conduzido por uma instituição jurídica de competência e idoneidade comprovada, contratada para este fim, supervisionada pela Comissão Avaliadora.

Art. 3º - Poderão candidatar-se à função de Diretor Escolar das Unidades Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino os profissionais da educação que:

- I - possuir no mínimo, 5 (Cinco) anos de experiência em função de docência no Magistério e ser servidor efetivo ou contratado;
- II- possuir habilitação em nível superior na área de atuação e pós graduação em Gestão Escolar;
- III. concordar expressamente com a sua candidatura;
- IV - não ter sofrido sanção administrativa;
- V- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- VI - não ocupar cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral, em qualquer nível;
- VII – Ter disponibilidade de carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo Único - Caberá ao candidato, preencher, obrigatoriamente, a ficha de inscrição e entregar em um envelope identificado e lacrado, via protocolo, com a documentação comprobatória, conforme for solicitado no edital de seleção a ser publicado.

Art. 4º O processo de seleção, objeto deste Decreto, realizar-se-á em 03 (três) etapas, a saber:

I - Primeira etapa, de caráter eliminatório e classificatório, que constará de Prova Escrita de Conhecimentos Específicos para avaliação de conhecimentos necessários à gestão de escola, cuja pontuação máxima será de 100 (cem) pontos e será considerado(a) **ELIMINADO(A)** na Prova de Conhecimentos Específicos, o(a) candidato(a) que obtiver uma pontuação menor que 50 (cinquenta) pontos.

II – Segunda Etapa, de caráter eliminatório, que consistente de entrevista individual com o(a)s candidato(a)s, onde serão observados os seguintes componentes:

- a) Visão sistêmica;
- b) Senso ético;
- c) Liderança;
- d) Flexibilidade;
- e) Comunicação;
- f) Comprometimento;
- g) Conhecimento técnico.

III - Terceira e última etapa, de caráter classificatório, consiste na análise de currículo, para comprovação dos requisitos mínimos exigidos e pontuação dos Títulos.

§ 1º - O(a) candidato(a) será avaliado(a) através dos títulos, sendo conferidos valores de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

Nº. de Ordem	Títulos	Valor Unitário	Pontuação Máxima
a)	Doutorado na área de Educação, ministrado por Instituição	25	

	de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.		60
b)	Mestrado na área de Educação, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC.	15	
c)	Especialização (Lato Sensu) na área de Educação, ministrado por Instituição de Ensino Superior, reconhecidos pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	10	
d)	Curso de formação em gestão escolar, com no mínimo 24h.	6	
e)	Curso de formação em gestão escolar, com no mínimo 16h.	4	
f)	Experiência profissional no cargo de Diretor Escolar – 05 (cinco) pontos por ano completo, até o limite de 05 (cinco) anos.	5 pontos por ano	25
g)	Experiência profissional docente comprovada – 03 (tres) pontos por ano completo, até o limite de 05 (cinco) anos.	3 pontos por ano	15
PONTUAÇÃO TOTAL			100

§ 2º - O Currículo, acompanhado das comprovações, deverá ser entregue em data a ser definida pela Secretaria Municipal da Educação.

§ 3º - As etapas do processo seletivo serão realizadas em data a ser definida pela Secretaria Municipal da Educação.

§ 4º - A titulação mínima exigida no inciso II do Artigo 3º, não integra a pontuação para análise dos títulos.

§ 5º - Os títulos deverão ser apresentados, em pasta tipo classificador ou encadernados, em cópias xerográficas legíveis e autenticadas, relacionados e organizados, seguindo rigorosamente a ordem prevista no § 1º deste Artigo, contendo como folha de rosto a identificação do candidato. As autenticações das cópias dos títulos especificados nas alíneas de “a” a “j”, deverão ser feitas em Cartório ou no ato da entrega, pelo servidor responsável pela inscrição, mediante a apresentação dos originais. Não serão aceitos comprovantes de títulos que não estejam relacionados no § 1º deste Artigo.

§ 6º - Cada um dos títulos especificados nas alíneas, somente serão considerados uma única vez, prevalecendo o título maior no seu respectivo grau, mesmo que o candidato seja detentor de formação múltipla;

Art 5º - Havendo empate, será considerado(a) vencedor(a) o candidato(a) que, preencher os seguintes critérios:

- I – possuir mais tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;
- II - apresentar mais tempo de serviço, na Unidade de Ensino onde estiver concorrendo;
- III – possuir maior pontuação no currículo analisado, em experiência profissional como Diretor e/ou Gestor Escolar;

Art. 6º - A nomeação dos profissionais da educação que forem aprovados em todas as etapas do processo para exercer a função de Diretor Escolar, bem como sua destituição será de competência exclusiva do Chefe do Executivo Municipal, formalizada por ato próprio, após solicitação do(a) Secretário(a) Municipal de Educação.

§ 1º - O exercício da função gratificada de Diretor Escolar poderá ser interrompido a qualquer tempo por desistência dos Diretores ou por circunstâncias que justifiquem a exoneração.

§ 2º - Na hipótese de não haver candidato que preencha os requisitos mencionados neste Decreto, ou, se não houver candidato aprovado para ocupar um cargo vacante, a Secretaria Municipal de Educação solicitará ao poder executivo a nomeação de um Diretor Escolar até o término do mandato;

§ 3º - As escolas construídas após a realização do processo seletivo terão seus Diretores indicados. A Secretaria Municipal de Educação solicitará ao poder executivo a nomeação de um diretor, até o final dos mandatos dos diretores escolares;

§ 4º - Na ocorrência de qualquer tipo de licença ou autorização de afastamento, previstos no Estatuto do Magistério Público do Município ou Plano de Cargos e Carreira e Remuneração, será nomeado Diretor Escolar substituto “pro-tempore”, pelo período que durar o impedimento/afastamento do titular.

Art. 7º - O período de gestão do Diretor Escolar eleito corresponderá a um mandato de (01) um ano, sendo recondução sucessivamente, mediante avaliação dos critérios estabelecidos;

Art. 8º - A gratificação percebida pela função dos diretores escolares será definida de acordo com Lei específica do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do professor e/ou Estatuto do Magistério Público do Município, em vigência.

Art. 9º - No ato da posse, o diretor assinará Termo de Compromisso, o qual define as responsabilidades da função, bem como, se comprometerá em apresentar um Plano de Gestão Escolar para implementação na comunidade, abordando, no mínimo, os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, pautado no Projeto

Político Pedagógico da Unidade Escolar, e será entregue no prazo de até 02 (dois) meses após o candidato ter sido conduzido ao cargo de Diretor Escolar.

§ 1º A Secretaria de Educação será responsável pelo acompanhamento da execução das metas estabelecidas no Plano de Gestão Escolar em reuniões anuais, juntamente com uma comissão designada para este fim, composta por 05 (cinco) membros, sendo:

- I - 01 (um) representante do Conselho Escolar;
- II - 01 (um) representante de Pais de Alunos;
- III - 01 (um) representante dos professores da escola;
- IV - 01 (um) representante servidores administrativos das escolas e;
- V - 01 (um) representante da Secretaria de Educação.

§ 2º - Os elementos para a avaliação de desempenho do Diretor são:

- I - o cumprimento do Plano de Gestão Escolar;
- II - os indicadores de eficiência da escola;
- III - os resultados de aprendizagem dos alunos;
- IV - a lisura na gestão financeira;
- V - o relacionamento com a comunidade escolar.

§ 3º - O Projeto de Gestão deverá ser avaliado e atualizado para o ano seguinte.

§ 4º - Incumbe à Secretaria de Educação, no que lhe couber, promover ações que viabilizem o cumprimento das metas

Art. 10 - Os Diretores Escolares selecionados perderão seus mandatos por:

- I - renúncia;
- II - aposentadoria;
- III - em virtude de abertura de inquérito administrativo que comprove a ocorrência de ilícito em matéria de sua responsabilidade, resguardado o direito do contraditório e ampla defesa;

Parágrafo Único - O Diretor Escolar que perder o mandato, de acordo com o inciso III, ficará impedido de concorrer as futuras seleções.

Art. 11 – Na vacância do cargo de Diretor escolar em qual quer das escolas, por qualquer motivo, até que haja novo processo de seleção, será nomeado de ofício pelo Prefeito um novo diretor, respeitando-se os critérios referidos no art. 3º.

Art. 12 - Este Decreto terá um período de transição para organização do primeiro processo seletivo e entrará em vigor em 1º de agosto de 2023.

Parágrafo único - O processo seletivo de que trata o *caput* deste Artigo, será realizado em data a ser definida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, juntamente com a Secretaria Municipal da Educação.

Art. 13 -Os casos omissos serão resolvidos em ato do poder executivo.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 3002/2022, de 14/09/2022.

Prefeitura Municipal de Sapé, em 03 de outubro de 2023.

SIDNEI DE FREITAS PAIVA

Prefeito

Publicado por:

Ozineide Ferreira de Souza

Código Identificador:8B91C8ED

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOLEDADE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO EXTRATO DE ADITIVO

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UM MATADOURO PARA ABATE DE ANIMAIS DE GRANDE E PEQUENO PORTE, CONTRATO DE REPASSE Nº 1043999-40. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00003/2019. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Soledade e: CT Nº 00111/2019 - A3t - Construção e

Incorporacao Ltda - CNPJ: 09.047.935/0001-06 - 6º Aditivo -
prorroga o prazo por mais 120 dias. ASSINATURA: 28.08.23

Publicado por:
David Pierre Gonçalves Pereira
Código Identificador:0355111B

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO**
PORTARIA Nº 343/2023, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023.

O Secretário de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 05/2002 e pelo disposto na Lei nº 838/2020, art. 27,
Resolve:

Art. 1º Conceder ao Senhor, **Tiago Itamar Alves de Andrade**, sob matrícula nº **1859**, ocupante do cargo de **Condutor de Veículo de Emergência**, RETORNO DA LICENÇA SEM VENCIMENTOS, concedido pela **Portaria nº 227/2022**, de 18 de Agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 29 de Setembro de 2023.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Soledade, 04 de Outubro de 2023.

JOSÉ ANTONIO CORDEIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Rafael Luiz José Araújo Souto Batista
Código Identificador:C7DCDDA9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO**
PORTARIA Nº 344/2023, DE 04 DE OUTUBRO DE 2023.

O Secretário de Administração e Planejamento, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, pela Lei Complementar nº 05/2002 e pelo disposto na Lei nº 838/2020,

Considerando a solicitação realizada pelo servidor junto a Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura de Soledade PB.

Resolve:

Art. 1º Realocar o Senhor, **Wanderlucio Rodrigues de Araújo**, matrícula **1762**, ocupante do cargo de **Merendeiro**, para exercer suas funções junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03 de outubro de 2023.

Publique-se e cumpra-se.

Soledade, 04 de outubro de 2023.

JOSÉ ANTONIO CORDEIRO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Publicado por:
Rafael Luiz José Araújo Souto Batista
Código Identificador:F8278E48

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEROÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00017/2023

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Ariano Suassuna, 363 - Centro - Taperoá -

PB, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, para: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO DE TRANSPORTE SANITÁRIO (COM ACESSIBILIDADE – 1 CADEIRANTE) CONFORME PROPOSTA N 11850452000123001 MINISTÉRIO DA SAUDE. Abertura da sessão pública: 11:00 horas do dia 19 de Outubro de 2023. Início da fase de lances: 11:01 horas do dia 19 de Outubro de 2023. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 10.024/19; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (83) 3463-2924. E-mail: setorcompraselic.pmt@gmail.com. Edital: www.portaldecompraspublicas.com.br; www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br.

Taperoá - PB, 04 de Outubro de 2023

JOSÉ AIRES DE LIMA JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
José Aires de Lima Júnior
Código Identificador:B15F0797

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL SALGADO DE SÃO FÉLIX

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO RETIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 00007/2023

Onde se lê: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA E ADEQUAÇÃO DE ACESSOS NO SÍTIO MARIA DE MELO NESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00007/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Salgado de São Felix: PROCESSO Nº 59053.008231/2021-11 LEI 700/2022 11.00 SEC DE OBRAS E SERVIÇOS URBUNOS 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÃO 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO VIGÊNCIA: até 13/11/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix e: CT Nº 00122/2023 - 15.08.23 - TRABES CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA - R\$ 804.254,92. **Lê-se:** OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA E ADEQUAÇÃO DE ACESSOS NO SÍTIO MARIA DE MELO NESTE MUNICÍPIO, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO NA COMUNIDADE/SÍTIO MARIA DE MELO 07º 25' 29" S 35º 25' 37" O – DIMENSÕES 4,5M DE LARGURA X 70M DE COMPRIMENTO (315M²). FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00007/2023. DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Salgado de São Felix: PROCESSO Nº 59053.008231/2021-11 LEI 700/2022 11.00 SEC DE OBRAS E SERVIÇOS URBUNOS 4.4.90.51.01 OBRAS E INSTALAÇÃO 3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA 500 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS 700 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DA UNIÃO VIGÊNCIA: até 13/11/2023. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix e: CT Nº 00122/2023 - 15.08.23 - TRABES CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA – CNPJ nº 15.034.271/0001-35 - R\$ 804.254,92.

PUBLICADO NA FAMUP DIA 03/10/23 PÁG 35
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Publicado por:
Jose Cristiano da Silva Cavalcante
Código Identificador:F2260BAF

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS Nº
00009/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE CONTINUIDADE ÀS OBRAS DA CRECHE PRÓ INFÂNCIA TIPO B/ FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE / MEC NA RUA PROJETADA, S/N, CENTRO, SALGADO DE SÃO FÉLIX - PB. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00009/2022. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix e: CT Nº 00171/2022 - Construcoes e Servicos Route Eireli - CNPJ: 42.017.588/0001-36 - 4º Aditivo - prorroga o prazo por mais 30 dias. ASSINATURA: 15.09.23

Publicado por:
 Jose Cristiano da Silva Cavalcante
Código Identificador:C11A195F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO - TOMADA DE PREÇOS Nº
00003/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM VIAS PUBLICAS - DISTRITO DE FEIRA NOVA NO MUNICIPIO DE SALGADO DE SÃO FÉLIX. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 00003/2022. ADITAMENTO: Dar continuidade a execução do objeto contratado. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Salgado de São Felix e: CT Nº 00104/2022 - Construtora e Engenharia Wf Ltda - CNPJ: 41.970.209/0001-65 - 3º Aditivo - prorroga o prazo por mais 60 dias. ASSINATURA: 25.09.23

Publicado por:
 Jose Cristiano da Silva Cavalcante
Código Identificador:66408383

ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO ADITIVO Nº 01

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 0145/2023, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO E A EMPRESA FERNANDO DE LIMA NUNES, QUE TEM COMO OBJETO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS ÓRGÃO E PROGRAMAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO – PB, CONFORME CLÁUSULAS QUE SEGUEM ABAIXO:

Pelo presente instrumento de aditamento contratual, de um lado, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO, ESTADO DA PARAÍBA**, Rua Capitão João Miguel - Centro Administrativo Integrado, S/N - São José - Conceição - PB, CNPJ nº 08.943.227/0001-82, neste ato representada pelo Sr Prefeito Municipal, **SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA**, brasileiro, casado, Empresário, CPF Nº 374.318.894-53 e RG Nº 660.496 SSP/PB, residente na Rua: João Bosco de Lima, nº 65, Bairro São José, Conceição-PB, e, do outro lado, a Empresa **FERNANDO DE LIMA NUNES** -, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 20.769.943/0001-90, sediado na Rua Francisco Borges de Freitas, 26, Brayner Colaço, Tabira - PE, CEP 56.780-000, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. FERNANDO DE LIMA NUNES, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, residente e domiciliado no Rua Alberto Cordeiro Pessoa, 57, João Cordeiro, Tabira - PE, CEP 56780000, portador da Carteira de Identidade nº. 6.448.693, expedida pela Secretaria de Defesa Social do Estado do Pernambuco - SDS/PE, e CPF nº 009.165.204-98, doravante denominados neste Instrumento, respectivamente, por CONTRATANTE e CONTRATADA, firmam o presente aditamento contratual, sujeitando-se às normas da Lei 14.133/2021, e demais legislações pertinentes em vigor, pelas normas do Edital do Dispensa de licitação nº 0033/2023 e cláusulas do Contrato nº 0145/2023 que não forem alteradas, e pelas cláusulas constantes deste termo aditivo, às quais mutuamente se obrigam.

O Contrato nº 0145/2023, cujo objeto é o **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS ÓRGÃO E PROGRAMAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO – PB**, passa a vigor com as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo promover a revisão do dos quantitativos dos itens 1, 2, 4 e 7 do contrato que objetivou o **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAS ÓRGÃO E PROGRAMAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO – PB**, de acordo com a Dispensa de licitação nº 0033/2022, Contrato nº 0145/2023, que encontra em conformidade com o que preceitua a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Fica alterada a CLÁUSULA PRIMEIRA, que trata do objeto e preço unitário do contrato, para revisar as quantidades descritas a baixo nos referidos itens, a fim de atender demanda do município, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADES	QUANTIDADE ACRESCIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR ACRESCIDO	TOTAL
1	LIMPADOR PERFUMADO, AROMAS VARIADOS, COM ALCOOL, EMBALAGEM DE 2LT CADA	Unidade	800	155	R\$ 5,20	R\$ 806,00	
2	Papel higiênico - Papel higiênico, material celulose virgem, comprimento 30m, largura 10cm, folha simples, cor branca, não reciclável, pacote com 4 rolos, fardo com 16 pacotes.	Fardos	200	10	R\$ 54,90	R\$ 549,00	
4	SABÃO DE BARRA 200G CAIXA COM 50 BARRAS - SABÃO DE BARRA 200G CAIXA COM 50 BARRAS	Unidades	60	15	R\$ 132,00	R\$ 1.980,00	
7	Detergente - Detergente, composição detergente líquido, cloro ativo, sequestrante e álcool, aplicação remoção gordura e sujeira em geral, aroma variado. Frasco 500 ml.	Unidades	800	10	R\$ 2,26	R\$ 22,60	
VALOR TOTAL					R\$ 3.357,60		

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE E VALOR

Fica alterada a CLÁUSULA PRIMEIRA, que trata das quantidades a serem adquiridas do contrato nº 0145/2023, vinculado ao Dispensa de Licitação nº 0033/2023, que sofrerá a revisão dos quantitativos do contrato original, alguns dos itens sofreram acréscimos respeitando-se sempre o limite de 25% sobre cada item.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO

Fica alterada a CLÁUSULA QUINTA, que trata do valor total do contrato nº 0145/2023 para acrescentar o valor de R\$ 3.357,60 (três mil trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos) ao saldo residual do contrato, passando o contrato de R\$ 53.842,40 (Cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos) para R\$ 57.200,00 (Cinquenta e sete mil e duzentos reais), acrescentando ao contrato original a importância de R\$: 3.357,60 (três mil trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos), 6.2359775938665% ao valor total inicialmente ajustado.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificados os demais dispositivos do Contrato Nº 0145/2023, celebrado entre as partes, permanecendo em vigor todas aquelas condições estabelecidas, que não forem alteradas pelo presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato do presente Termo Aditivo, no Diário Oficial do Município, será providenciada pelo **MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO-PB** até o quinto dia útil o mês subsequente ao da assinatura, correndo as despesas por sua conta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Para dirimir as dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste Termo Aditivo, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas partes, fica eleito o foro da Comarca de Conceição/PB, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim as partes justas e convenientes, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenientes e pelas testemunhas abaixo

CONCEIÇÃO, 29 de setembro de 2023.

SAMUEL SOARES LAVOR DE LACERDA

Prefeito Constitucional
Contratante

FERNANDO DE LIMA NUNES

Pague Prestadora De Servicos E Comercio
CNPJ/MF sob o nº. 20.769.943/0001-90
Fernando de Lima Nunes
CPF nº 009.165.204-98
Contratada

Testemunha:

CPF: _____

Testemunha:

CPF: _____

Publicado por:
Ilo Istênio Tavares Ramalho
Código Identificador: 125439AF

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 51/2023

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SITTRANS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N. 51/2023

A Superintendência de Transportes e Trânsito deste município, neste ato representado pelo seu Superintendente, designado como autoridade de trânsito, com fulcro no artigo 281 e 282 do Código de Trânsito Brasileiro, na Resolução 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, devolveu as Notificações de Autuação por Infração de Trânsito após esgotadas as tentativas de ciência por meio de notificação via remessa postal, notifica os proprietários dos veículos, abaixo relacionados, para apresentarem defesa de autuação no prazo de 30 (trinta) dias, junto à Autoridade Municipal de Trânsito de Itaporanga-PB, a contar da presente publicação, nos termos da resolução do CONTRAN Nº 619/2016.

Caso o infrator não tenha sido identificado no momento da autuação e tratando-se de infração de competência de condutor, para fins de pontuação, o proprietário do veículo, a partir desta data, tem o prazo de 15 dias para apresentá-lo na SITTRANS, sob pena de ser considerado o responsável pela pontuação decorrente, nos termos do artigo 257, §7º e 8º da Lei Federal Nº 9.503/97. O formulário da apresentação do real infrator pode ser encontrado na SITTRANS, sito a Rua João da Mata, Alto do Ginásio. Ou remetido, através de correspondência, de preferência mediante aviso de recebimento.

Nº	PLACA/UF	Nº AUTO DE INFRAÇÃO	DATA DA INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO	CODIGO DO DESDOBRAMENTO	DATA LIMITE PARA RECURSO
1	DOY5050/SP	V010028706	07/08/2023	ART. 181, XVII do CTB	5541-1	06/10/2023
2	NPV7272/PB	V010029354	08/08/2023	ART. 208 do CTB	6050-1	06/10/2023
3	JQY9157/PB	V010030182	04/08/2023	ART. 208 do CTB	6050-1	06/10/2023
4	OGG6D55/PB	V010024727	18/08/2023	ART. 208 do CTB	6050-2	06/10/2023
5	OGF6356/PB	V010024317	11/08/2023	ART. 244, I do CTB	7030-1	06/10/2023

Demais informações devem ser obtidas através de comparecimento a sede administrativa da SITTRANS, localizado na Rua João da Mata, Alto do Ginásio e através do e-mail: sittrans@itaporanga.pb.gov.br e pelo TEL: (83)3451-2871

Itaporanga-PB, 04 de outubro de 2023.

PHILLIPE NEVES HERCULANO

Superintendente de Transporte e Trânsito

Publicado por:
Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:3FE11455

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO- N.º 49/2023

SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO – SITTRANS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE DE MULTA POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO-N.º 49/2023

A SUPERINTENDÊNCIA ITAPORANGUENSE DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ESTADO DA PARAÍBA, autarquia municipal, com personalidade jurídica própria, de direito público, patrimônio próprio, e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, localizada a Rua João da Mata, S/N- Bairro Alto do Ginásio – Itaporanga - PB, inscrita no CNPJ sob o nº 27.268.996/0001-77, neste ato representado pelo seu Superintendente, **PHILLIPE NEVES HERCULANO** designado como autoridade de trânsito através da Lei Municipal nº 805/2011, com base nas competências elencadas no Art. 24 da Lei Federal nº 9.503/97 – CTB, com fulcro nos seus Art. 280 e 281, e ainda, a Resolução nº 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, e considerando que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT devolveu as Notificações de Penalidade de Multa por Infração de Trânsito encaminhada aos proprietários dos veículos, não comprovando a entrega aos destinatários, notifica-os das respectivas penalidades, concedendo-lhes o mesmo prazo registrado nas Notificações de Penalidades de Multa, identificado através da data limite para o recurso da Notificação de Penalidade de Multa conforme será expresso em tabela no final deste Edital, e posteriormente divulgado no Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Itaporanga/PB, para, caso queiram, apresentarem Recurso junto a JARI do município de Itaporanga/PB, e ainda, se preferir, efetuar o pagamento da multa, nos termos das Resoluções nº 299/2008 e 619/2016 do Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN, e do Código de Trânsito Brasileiro. O Recurso deverá ser dirigido à Autoridade de Trânsito da SITTRANS e instruído conforme a Resolução nº 299/2008 do CONTRAN, contendo no mínimo: requerimento assinado com as razões do recurso; cópia do auto de infração ou documento contendo a placa do veículo e número do auto de infração; cópia do CRLV; cópia do documento de identificação do requerente que comprove sua assinatura; procuração, quando for o caso; quando pessoa jurídica, documento que comprove a representação. O recurso poderá ser apresentado pelo e-mail: sittrans@itaporanga.pb.gov.br; enviado por remessa postal para a Rua João da Mata, s/n - Alto do Ginásio - ITAPORANGA-PB - CEP 58780-000; ou na forma presencial na própria sede da SITTRANS. Ao proprietário cabe a responsabilidade nas esferas penal, cível e administrativa, pela veracidade das informações e dos documentos fornecidos. Não será conhecido o Recurso apresentado fora do prazo, sem reconhecimento de legitimidade, sem assinatura ou sem os documentos necessários, exigidos pela legislação. Seguem os dados na seguinte ordem: placa/UF, nº Auto de Infração, data do cometimento, Código/Desdobramento, data limitem para recurso.

Nº	PLACA/UF	Nº AUTO DE INFRAÇÃO	ENQUADRAMENTO	DATA DA INFRAÇÃO	DATA LIMITE PARA RECURSO
01	RLZ5E00/PB	V010028978	ART. 181, XVII do CTB	30/06/2023	06/10/2023
02	OET2E83/PB	V010020799	ART. 181, XVII do CTB	29/03/2023	06/10/2023
03	MOP9288/PB	V010028797	ART. 181, XVII do CTB	03/07/2023	06/10/2023
04	PEY7454/PE	V010024999	ART. 181, XVIII do CTB	19/05/2023	06/10/2023
05	MOG4100/PB	V010027587	ART. 181, XVIII do CTB	03/06/2023	06/10/2023
06	QSE9228/PB	V010031243	ART. 186, II do CTB	29/07/2023	21/10/2023
07	NPZ6B11/PB	V010030956	ART. 208 do CTB	26/07/2023	21/10/2023
08	OFH8D18/PB	V010022651	ART. 208 do CTB	04/07/2023	06/10/2023
09	MNS5142/PB	V010030573	ART. 208 do CTB	10/07/2023	06/10/2023
10	MOQ4436/PB	V010030786	ART. 208 do CTB	10/07/2023	06/10/2023
11	MYJ6890/CE	V010026417	ART. 208 do CTB	24/05/2023	06/10/2023
12	OEW4742/PB	V010029141	ART. 244, I do CTB	27/06/2023	06/10/2023

Total de penalidades publicadas neste edital: **12(DOZE)**. Demais informações devem ser obtidas através do e-mail: sittrans@itaporanga.pb.gov.br e pelo Tel(83)3451-2871.

Itaporanga/PB, 04 de outubro de 2023

PHILLIPE NEVES HERCULANO
Superintendente de Transporte e Trânsito.

Publicado por:
Marlon Henrique Dos Santos Rodrigues
Código Identificador:B7480D84

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOGRADOURO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 003/2023

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO OFICIAL DAS ELEIÇÕES UNIFICADAS DOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE LOGRADOURO/PB.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Logradouro – PB, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), na Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e na Lei Municipal nº 393/2021 e Lei Municipal nº 411/2023, **RESOLVE:**
CONSIDERANDO, o disposto no art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que dispõe sobre o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar que será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público;

CONSIDERANDO, a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo território nacional dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO, as disposições do item 11.1 do Edital nº 002/2023 do CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º -Divulgar o resultado oficial e o resultado individual dos candidatos nas Eleições Unificadas dos Conselheiros Tutelares do município de Logradouro/PB, os quais irão compor a gestão do quadriênio 2024/2028:

VOTOS VÁLIDOS:2.052

VOTOS BRANCOS:09

VOTOS NULOS:70

DESEMPENHO INDIVIDUAL DOS CANDIDATOS:

CANDIDATOS ELEITOS

- 1ºJosé Vanderlei Oliveira da Silva (Kexinho) /**373 VOTOS**
- 2ºRian Lourenço dos Santos (Rian Alves) /**286 VOTOS**
- 3ºMiguel de Oliveira Marques (Miguel Marques) /**273 VOTOS**
- 4ºBruno Vinicius Carvalho de Sousa (Bruno de Gêrsica) /**258 VOTOS**
- 5ºGeovani André da Silva (Geovani) /**192 VOTOS**

CANDIDATOS SUPLENTE

- 1ºMárcia Jailma da Cruz (Jailma) /**174 VOTOS**
- 2ºFernanda dos Santos Teotônio Silva (Fernanda Santos) /**132 VOTOS**
- 3ºEdna Cassimiro Soares da Silva (Edna Cassimiro) /**113 VOTOS**
- 4ºAlexandre Barbosa da Cruz (Alexandre Cruz) /**075 VOTOS**
- 5ºJosé Leandro Cosmo da Silva (Leandro Cosmo) /**054 VOTOS**

DEMAIS CANDIDATOS

- 1ºDenilson Bejjamin de Oliveira (Denilson Bejjamin) /**042 VOTOS**
- 2ºMaria Erileusa de Oliveira Silva (Erileusa Bolinha) /**001 VOTOS**
- 3ºAntônio Narciso Oliveira da Silva (Netinho) /**000 VOTOS**

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições contrárias.

Logradouro - PB, em 01 de outubro de 2023.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CMDCA
Eleição Conselho Tutelar 2024-2028

ANEXO I – RESULTADOS POR SEÇÃO E TOTAL

NOME	VOTOS SEÇÃO Nº 001	VOTOS SEÇÃO Nº 002	VOTOS SEÇÃO Nº 003	TOTAL
Alexandre Barbosa da Cruz (Alexandre Cruz – 837)	40	028	007	075
Antônio Narciso Oliveira da Silva (Netinho – 490)	000	000	000	000
Bruno Vinicius Carvalho de Sousa (Bruno de Gêrsica – 321)	111	104	043	258
Denilson Bejjamin de Oliveira (Denilson Bejjamin – 119)	008	029	005	042
Edna Cassimiro Soares da Silva (Edna Cassimiro – 280)	045	046	022	113
Fernanda dos Santos Teotônio Silva (Fernanda Santos – 307)	056	054	022	132
Geovani André da Silva (Geovani – 658)	097	054	041	192
José Leandro Cosmo da Silva (Leandro Cosmo – 210)	020	028	006	054
José Vanderlei Oliveira da Silva (Kexinho – 754)	180	123	070	373
Márcia Jailma da Cruz (Jailma – 148)	073	072	029	174
Maria Erileusa de Oliveira Silva (Erileusa Bolinha – 668)	000	000	001	001
Miguel de Oliveira Marques (Miguel Marques – 369)	113	110	050	273
Rian Lourenço dos Santos (Rian Alves – 574)	135	101	050	286

Logradouro – PB, em 01 de outubro de 2023.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CMDCA
Eleição Conselho Tutelar 2024-2028

Publicado por:
André Gustavo Ribeiro Pereira
Código Identificador:B4835838

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz

Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz

Registro de Preços Eletrônico - 15/2023

Resultado da Adjudicação

Item: 0001 - ADAPTADOR CONECTOR/, TIPO CONECTORES:INTERFACE USB 2.0/, APLICAÇÃO:CONEXÃO PLACA WIRELESS/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IEEE 802.11 B/G/N/, CRIPTOGRAFIA WEP/, - Quantidade: 14,0000 Unidade - Valor Referência: 43,40					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458 (48.788.386/0001-74)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	USB	AUBOR	14,0000	273,00
Item: 0002 - CARTUCHO DE TONER TN1060, UTILIZADO NOS SEGUINTES EQUIPAMENTOS HL-1110, HL-1110R, HL-1110E, HL-1210W, HL-1202, HL-1212, HL-1112, HL-1112, MFC-1810, MFC-1815, DCP-1510R, HL-1112, HL-1202, HL-1212W, DCP- 1602, DCP-1512 E DCP-1617NW. RENDIMENTO MÉDIO EM IMPRESSÃO A4 DE 1.000 PARA 5% DA PÁGINA A4 - Quantidade: 80,0000 Unidade - Valor Referência: 27,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458 (48.788.386/0001-74)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	TN1060	BYQUALITY	80,0000	1.200,00
Item: 0004 - CAIXA SOM/, POTÊNCIA:250 W/, VOLTAGEM:BIVOLT V/, APLICAÇÃO:SALA DE AULA/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BATERIA INTERNA DE 4500 MAH - BLUETOOTH4.4.0 - DIS/, - Quantidade: 20,0000 Unidade - Valor Referência: 886,25					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
WEB TECNOLOGIA LTDA (47.400.801/0001-08)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	cm250	mondial	20,0000	7.699,80
Item: 0005 - CILINDRO FOTOCONDUTOR COMPATIVEL COM CARTUCHO DE TONER TN-1060 PARA USO NOS EQUIPAMENTOS: DCP-1512, HL-1112, DCP-1602, HL1212W 1212W, DCP-1617NW DCP1617, HL-1202, DCP1610 DCP-1610. - Quantidade: 12,0000 Unidade - Valor Referência: 66,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO (70.307.939/0001-89)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	DR-1060	MASTERPRINT	12,0000	394,80
Item: 0006 - COMPUTADOR DESKTOP - Quantidade: 75,0000 Unidade - Valor Referência: 2.600,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458 (48.788.386/0001-74)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	CORE I5	INTEL CORE	75,0000	74.625,00
Item: 0007 - DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL/, CAPACIDADE MEMÓRIA:2 TB/, INTERFACE:USB 3.0/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EXTERNO - Quantidade: 21,0000 Unidade - Valor Referência: 492,91					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
TECPARTS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PECAS LTDA (15.135.210/0001-64)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	HDExt2TBTsCanvioBasics PretoHDTB520XK3AA	Toshiba	21,0000	7.960,05
Item: 0008 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL/, TIPO IMPRESSÃO:LASER - Quantidade: 8,0000 Unidade - Valor Referência: 2.858,12					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458 (48.788.386/0001-74)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	DCP 1617	BROTHER	8,0000	7.920,00
Item: 0009 - IMPRESSORA JATO TINTA - Quantidade: 12,0000 Unidade - Valor Referência: 1.610,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
DANTAS ELETROMOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA (49.140.067/0001-10)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	HP - 416	HP - 416	12,0000	8.748,00
Item: 0010 - PENTE DE MEMÓRIA/, CAPACIDADE MEMÓRIA:8 GB/, TIPO:DDR3/, VELOCIDADE BARRAMENTO:1.866 MHZ/, PADRÃO:SDRAM/, APLICAÇÃO:INFORMÁTICA - Quantidade: 10,0000 Unidade - Valor Referência: 160,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
INFOR COMPANY SERVICE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS LTDA (24.846.581/0001-45)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	MEMORIA DDR3/8GB	BLUCASE/BLUCASE	10,0000	960,00
Item: 0011 - MICROFONE/, TIPO:SEM FIO/, ALIMENTAÇÃO:110/220V - Quantidade: 10,0000 Unidade - Valor Referência: 836,67					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO (70.307.939/0001-89)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	MXT	MXT	10,0000	2.899,00
Item: 0012 - MONITOR COMPUTADOR - Quantidade: 36,0000 Unidade - Valor Referência: 1.184,88					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA (35.779.785/0002-08)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	PSS-M24POL-A01	PROSMART	36,0000	13.500,00
Item: 0013 - MOUSE COMPUTADOR - Quantidade: 130,0000 Unidade - Valor Referência: 23,50					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
INFOR COMPANY SERVICE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS LTDA 11:28:18 - Por: GENILDA (24.846.581/0001-45)	Adjudicado em: 02/10/2023 - SARAIVA DE ANDRADE	MOUSE OPTICO USB PRETO 800DPI MONOCRON	MONOCROM/MONOCROM	130,0000	884,00
Item: 0014 - FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA - Quantidade: 48,0000 Unidade - Valor Referência: 919,80					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458 (48.788.386/0001-74)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	27395	SMS	48,0000	23.040,00
Item: 0015 - NOTEBOOK - Quantidade: 87,0000 Unidade - Valor Referência: 4.165,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
LDC TECNOLOGIA LTDA (48.378.321/0001-50)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	Presario	COMPAQ	87,0000	128.760,00
Item: 0016 - MEMÓRIA PORTÁTI MICROCOMPUTADOR - Quantidade: 120,0000 Unidade - Valor Referência: 31,44					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA (29.391.476/0001-82)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	EXBOM 16GB 2.0 STGD-PD16GA	EXBOM 16GB 2.0 STGD-PD16GA	120,0000	2.398,80
Item: 0017 - PLACA MÃE - Quantidade: 36,0000 Unidade - Valor Referência: 650,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA (29.391.476/0001-82)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	STROND H110 G329-U	STROND H110 G329-U	36,0000	10.620,00
Item: 0018 - MODEM ROTEADOR - Quantidade: 28,0000 Unidade - Valor Referência: 135,96					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
RL INFORMATICA LTDA (30.948.812/0001-24)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	MW301R	Mercusys	28,0000	2.492,00
Item: 0019 - TECLADO COM FIO USB PARA COMPUTADOR - Quantidade: 140,0000 Unidade - Valor Referência: 28,99					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA (35.779.785/0002-08)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	PSS- JOB 2001	PROSMART	140,0000	2.520,00
Item: 0020 - TONNER COMPATIVEL CB-435A/436A/285A/278A - Quantidade: 20,0000 Unidade - Valor Referência: 95,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A H D A S MORAES (02.437.839/0001- 17)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	CB435A / CB436A / CE285A / CE278A	DSI/CHINAMATE	20,0000	460,00
Item: 0021 - ESTABILIZADOR DE TENSÃO - Quantidade: 60,0000 Unidade - Valor Referência: 285,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total

R1 Tecnologia (18.296.153/0001-93)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	TRLUX	TRLUX	60,0000	6.000,00
Item: 0022 - UNIDADE DISCO/, TIPO:RÍGIDO/, CAPACIDADE:1 TB/, TAMANHO:3/5 POL/, PADRAO:SERIAL ATTACHED SCSI (SATA)/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HOTSWAP/, TAXA TRANSFERÊNCIA 150 MB/S. - Quantidade: 15,0000 Unidade - Valor Referência: 419,17					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTAO PUBLICA LTDA. (14.065.989/0001-26)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	ST1000VM002	Seagate	15,0000	2.550,00
Item: 0023 - CABO ÁUDIO E VÍDEO/, APLICAÇÃO:SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO/, TIPO CABO:HDMI PADRAO - Quantidade: 33,0000 Unidade - Valor Referência: 28,27					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTAO PUBLICA LTDA. (14.065.989/0001-26)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	01517	Exbom	33,0000	346,17
Item: 0024 - KIT 4 LITROS TINTA COMPATÍVEL IMPRESSORA L355 L365 L375 L395 - REFILL INK. - SECAGEM ULTRA- RÁPIDA - Quantidade: 8,0000 Unidade - Valor Referência: 195,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO (70.307.939/0001-89)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	664	RECICLAJET	8,0000	952,00
Item: 0025 - MOUSE PAD - Quantidade: 50,0000 Unidade - Valor Referência: 6,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTAO PUBLICA LTDA. (14.065.989/0001-26)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	63192	DEX	50,0000	249,50
Item: 0026 - SSD 240GB A400 500MB/S SATA 3 6GB/S - Quantidade: 28,0000 Unidade - Valor Referência: 290,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA (35.779.785/0002-08)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	PSS-1SA-240-A01	PROSMART	28,0000	1.539,72
Item: 0027 - TABLET/, TELA:SUPERIOR A 10 POL/, MEMÓRIA RAM:MÍNIMO 4 GB GB/, ARMAZENAMENTO INTERNO:SUPERIOR A 32 GB - Quantidade: 62,0000 Unidade - Valor Referência: 1.005,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA. (08.281.458/0001-78)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	Tablet com tela de 10 polegadas e ram 4g	BMAX	62,0000	47.430,00
Item: 0028 - TONER COMPATIVEL D111N - Quantidade: 180,0000 Unidade - Valor Referência: 105,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA (24.846.581/0001-45)	Adjudicado em: 02/10/2023 -11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	D111N PREMIUM	PREMIUM/PREMIUM	180,0000	7.056,00
Item: 0029 - CÂMERA WEB - Quantidade: 20,0000 Unidade - Valor Referência: 188,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA (24.846.581/0001-45)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	FULLHD	ATOMO/ATOMO	20,0000	999,80
Item: 0030 - APRESENTADOR MULTIMÍDIA - Quantidade: 2,0000 Unidade - Valor Referência: 65,44					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA (29.391.476/0001-82)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	STROND	STROND	2,0000	87,98
Item: 0031 - GRAVADOR - Quantidade: 1,0000 Unidade - Valor Referência: 306,12					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
V C FRANCA DE A LEITE (44.132.269/0001-05)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	KP-8004/MT556	Tomate/Knup	1,0000	299,80
Item: 0032 - TINTA IMPRESSORA/, MATERIAL:PIGMENTAÇÃO COLOIDAL/, COR:PRETA/, APLICAÇÃO:IMPRESSORA EPSON L355/, CARGA:REFIL/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CAPACIDADE 70 ML - Quantidade: 20,0000 Unidade - Valor Referência: 60,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA (24.846.581/0001-45)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	FINET664BK	FINE PRINT	20,0000	180,00
Item: 0033 - PROJETO MULTIMÍDIA - Quantidade: 5,0000 Unidade - Valor Referência: 2.933,23					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458 (48.788.386/0001-74)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	LEISURE E30T	VANKYO	5,0000	2.499,95
Item: 0034 - KIT REFIL TINTA P/ IMPRESSORA EPSON L3250 - Quantidade: 20,0000 Unidade - Valor Referência: 265,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
S & K INFORMATICA LTDA (03.655.629/0001-68)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	MASTERPRINT	MASTERPRINT	20,0000	480,00
Item: 0035 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP/, TIPO CARTUCHO:COMPATÍVEL/, COR:PRETA/, REFERÊNCIA CARTUCHO 2:CF283A - Quantidade: 24,0000 Unidade - Valor Referência: 80,00					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
A H DA S MORAES (02.437.839/0001- 17)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	CF283A	DSI/CHINAMATE	24,0000	552,00
Item: 0036 - SCANNER/, TIPO:MESA/ - Quantidade: 1,0000 Unidade - Valor Referência: 2.738,75					
Fornecedor	Situação	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Valor Total
V C FRANCA DE A LEITE (44.132.269/0001-05)	Adjudicado em: 02/10/2023 - 11:28:18 - Por: GENILDA SARAIVA DE ANDRADE	LiDE 300	CANON	1,0000	1.500,00

GENILDA SARAIVA DE ANDRADE

Pregoeiro

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:E982996A

GABINETE DA PREFEITA TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 015/2023

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz

Prefeitura Municipal de São José do Brejo do Cruz

Registro de Preços Eletrônico - 15/2023

Resultado da Homologação

0001 - ADAPTADOR CONECTOR/, TIPO CONECTORES:INTERFACE USB 2.0/, APLICAÇÃO:CONEXÃO PLACA WIRELESS/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:IEEE 802.11 B/G/N/, CRIPTOGRAFIA WEP/, - USB - Valor Referência: 43,40					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458	USB	14,0000 Unidade	19,50	273,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0002 - CARTUCHO DE TONER TN1060, UTILIZADO NOS SEGUINTES EQUIPAMENTOS HL-1110, HL-1110R, HL-1110E, HL- 1210W, HL-1202, HL-1212, HL-1112, MFC-1810, MFC-1815, DCP-1510R, HL-1112, HL-1202, HL-1212W, DCP-1602, DCP-1512 E DCP-1617NW. RENDIMENTO MÉDIO EM IMPRESSÃO A4 DE 1.000 PARA 5% DA PÁGINA A4 - TN1060 - Valor Referência: 27,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação

CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458	TN1060	80,0000 Unidade	15,00	1.200,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0004 - CAIXA SOM/, POTÊNCIA:250 W/, VOLTAGEM:BIVOLT V/, APLICAÇÃO:SALA DE AULA/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:BATERIA INTERNA DE 4500 MAH - BLUETOOTH4.4.0 - DIS/, - cm250 - Valor Referência: 886,25					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
WEB TECNOLOGIA LTDA	cm250	20,0000 Unidade	384,99	7.699,80	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0005 - CILINDRO FOTOCONDUTOR COMPATIVEL COM CARTUCHO DE TONER TN-1060 PARA USO NOS EQUIPAMENTOS: DCP-1512, HL-1112, DCP-1602, HL1212W 1212W, DCP-1617NW DCP1617, HL-1202, DCP1610 DCP-1610. - DR-1060 - Valor Referência: 66,80					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	DR-1060	12,0000 Unidade	32,90	394,80	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0006 - COMPUTADOR DESKTOP - CORE I5 - Valor Referência: 2.600,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458	CORE I5	75,0000 Unidade	995,00	74.625,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0007 - DISCO RÍGIDO REMOVÍVEL/, CAPACIDADE MEMÓRIA:2 TB./, INTERFACE:USB 3.0/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EXTERNO - HDExt2TBTsCanvioBasics PretoHDTB520XK3AA - Valor Referência: 492,91					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
TECPARTS IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PECAS LTDA	HDExt2TBTsCanvioBasics PretoHDTB520XK3AA	21,0000 Unidade	379,05	7.960,05	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0008 - IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL/, TIPO IMPRESSÃO:LASER - DCP 1617 - Valor Referência: 2.858,12					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458	DCP 1617	8,0000 Unidade	990,00	7.920,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0009 - IMPRESSORA JATO TINTA - HP - 416 - Valor Referência: 1.610,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
DANTAS ELETROMOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA	HP - 416	12,0000 Unidade	729,00	8.748,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0010 - PENTE DE MEMÓRIA/, CAPACIDADE MEMÓRIA:8 GB/, TIPO:DDR3/, VELOCIDADE BARRAMENTO:1.866 MHZ/, PADRÃO:SDRAM/, APLICAÇÃO:INFORMÁTICA - MEMORIA DDR3/8GB - Valor Referência: 160,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA	MEMORIA DDR3/8GB	10,0000 Unidade	96,00	960,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0011 - MICROFONE/, TIPO:SEM FIO/, ALIMENTAÇÃO:110/220/ - MXT - Valor Referência: 836,67					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	MXT	10,0000 Unidade	289,90	2.899,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0012 - MONITOR COMPUTADOR - PSS-M24POL-A01 - Valor Referência: 1.184,88					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA	PSS-M24POL-A01	36,0000 Unidade	375,00	13.500,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0013 - MOUSE COMPUTADOR - MOUSE OPTICO USB PRETO 800DPI MONOCRON - Valor Referência: 23,50					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA	MOUSE OPTICO USB PRETO 800DPI MONOCRON	130,0000 Unidade	6,80	884,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0014 - FONTE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA - 27395 - Valor Referência: 919,80					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458	27395	48,0000 Unidade	480,00	23.040,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0015 - NOTEBOOK - Presario - Valor Referência: 4.165,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
LDC TECNOLOGIA LTDA	Presario	87,0000 Unidade	1.480,00	128.760,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0016 - MEMÓRIA PORTÁTIL MICROCOMPUTADOR - EXBOM 16GB 2.0 STGD-PD16GA - Valor Referência: 31,44					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA	EXBOM 16GB 2.0 STGD-PD16GA	120,0000 Unidade	19,99	2.398,80	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0017 - PLACA MÃE - STROND H110 G329-U - Valor Referência: 650,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA	STROND H110 G329-U	36,0000 Unidade	295,00	10.620,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0018 - MODEM ROTEADOR - MW301R - Valor Referência: 135,96					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RL INFORMATICA LTDA	MW301R	28,0000 Unidade	89,00	2.492,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0019 - TECLADO COM FIO USB PARA COMPUTADOR - PSS- JOB 2001 - Valor Referência: 28,99					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA	PSS- JOB 2001	140,0000 Unidade	18,00	2.520,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0020 - TONNER COMPATÍVEL CB-435A/436A/285A/278A - CB435A / CB436A / CE285A / CE278A - Valor Referência: 95,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
A H DA S MORAES	CB435A / CB436A / CE285A / CE278A	20,0000 Unidade	23,00	460,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0021 - ESTABILIZADOR DE TENSÃO - TRLUX - Valor Referência: 285,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
RI Tecnologia	TRLUX	60,0000 Unidade	100,00	6.000,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira

0022 - UNIDADE DISCO/, TIPO:RÍGIDO/, CAPACIDADE:1 TB./, TAMANHO:3/5 POL/, PADRÃO:SERIAL ATTACHED SCSI (SATA)/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:HOTSWAP/, TAXA TRANSFERÊNCIA 150 MB/S. - ST1000VM002 - Valor Referência: 419,17					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTAO PUBLICA LTDA.	ST1000VM002	15,0000 Unidade	170,00	2.550,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0023 - CABO ÁUDIO E VÍDEO/, APLICAÇÃO:SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO/, TIPO CABO:HDMI PADRÃO - 01517 - Valor Referência: 28,27					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTAO PUBLICA LTDA.	01517	33,0000 Unidade	10,49	346,17	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0024 - KIT 4 LITROS TINTA COMPATIVEL IMPRESSORA L355 L365 L375 L395 - REFILL INK. - SECAGEM ULTRA-RÁPIDA - 664 - Valor Referência: 195,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
ISLEY FONSECA DAMASCENO DE ARAUJO	664	8,0000 Unidade	119,00	952,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0025 - MOUSE PAD - 63192 - Valor Referência: 6,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CONTIGO SOLUÇÕES PARA GESTAO PUBLICA LTDA.	63192	50,0000 Unidade	4,99	249,50	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0026 - SSD 240GB A400 500MB/S SATA 3 6GB/S - PSS-ISA-240-A01 - Valor Referência: 290,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
PROTOTYPE INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E PLASTICOS LTDA	PSS-ISA-240-A01	28,0000 Unidade	54,99	1.539,72	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0027 - TABLET/, TELA:SUPERIOR A 10 POL/, MEMÓRIA RAM:MÍNIMO 4 GB GB/, ARMAZENAMENTO INTERNO:SUPERIOR A 32 GB - Tablet com tela de 10 polegadas e ram 4g - Valor Referência: 1.005,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
GDA SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.	Tablet com tela de 10 polegadas e ram 4g	62,0000 Unidade	765,00	47.430,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0028 - TONER COMPATIVEL D111N - D111N PREMIUM - Valor Referência: 105,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA	D111N PREMIUM	180,0000 Unidade	39,20	7.056,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0029 - CÂMERA WEB - FULLHD - Valor Referência: 188,75					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA	FULLHD	20,0000 Unidade	49,99	999,80	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0030 - APRESENTADOR MULTIMÍDIA - STROND - Valor Referência: 65,44					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
HMA COMERCIO E ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA E ELETROELETRONICOS LTDA	STROND	2,0000 Unidade	43,99	87,98	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0031 - GRAVADOR - KP-8004/MT556 - Valor Referência: 306,12					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
V C FRANCA DE A LEITE	KP-8004/MT556	1,0000 Unidade	299,80	299,80	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0032 - TINTA IMPRESSORA/, MATERIAL:PIGMENTAÇÃO COLOIDAL/, COR:PRETA/, APLICAÇÃO:IMPRESSORA EPSON L355/, CARGA:REFIL/, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CAPACIDADE 70 ML - FINET664BK - Valor Referência: 60,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
INFOR COMPANY SERVICE LOCACAO DE IMPRESSORAS LTDA	FINET664BK	20,0000 Unidade	9,00	180,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0033 - PROJETOR MULTIMÍDIA - LEISURE E30T - Valor Referência: 2.933,23					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
CAINA ALENCAR DOS SANTOS 12733740458	LEISURE E30T	5,0000 Unidade	499,99	2.499,95	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0034 - KIT REFIL TINTA P/ IMPRESSORA EPSON L3250 - MASTERPRINT - Valor Referência: 265,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
S & K INFORMATICA LTDA	MASTERPRINT	20,0000 Unidade	24,00	480,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0035 - CARTUCHO TONER IMPRESSORA HP/, TIPO CARTUCHO:COMPATÍVEL/, COR:PRETA/, REFERÊNCIA CARTUCHO 2:CF283A - CF283A - Valor Referência: 80,00					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
A H DA S MORAES	CF283A	24,0000 Unidade	23,00	552,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira
0036 - SCANNER/, TIPO:MESA/ - LiDE 300 - Valor Referência: 2.738,75					
Fornecedor	Modelo	Quantidade	Valor Final	Valor Total	Situação
V C FRANCA DE A LEITE	LiDE 300	1,0000 Unidade	1.500,00	1.500,00	Homologado em 02/10/2023 11:36:44 Por: Ana Maria da Silva Oliveira

ANA MARIA DA SILVA OLIVEIRA
Autoridade Competente

Publicado por:
Genilda Saraiva de Andrade
Código Identificador:C5604E9F

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAUNA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2023

“DOIS IRMÃOS” - FRANCISCO EMETERIO DA SILVA (PATINHO) E FRANCISCO GERSON DA SILVA

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)

A Prefeita Municipal de Uiraúna, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em consonância com a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023; o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023; o Decreto Municipal nº 034, de 03 de outubro de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital de Chamamento Público, o regulamento para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”. Constitui-se como objeto deste Edital o fomento a projetos culturais enquadrados nos artigos 6º.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de AUDIOVISUAL para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Uiraúna-PB.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 107.483,88 (cento e sete reais, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos) dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.

2.2 Caso, haja saldo remanescentes, neste edital, os mesmos serão utilizados e distribuídos posteriormente em outro edital. Para tanto, em categorias do audiovisual.

2.3 Os recursos financeiros para a provisão deste Edital correrão à conta da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município, na função programática 13.392.0100.2915 (Incentivo e Promoção de Eventos e atividades Artística e Culturais) fontes nº 1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual e naturezas de despesa 3.3.90.36.00 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Física) e 33.90.39 (Outros serviços e terceiros – Pessoa Jurídica)

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Podem se inscrever neste Edital, conforme anexo I, nas categorias A-1, A-3, B e C-2 proponentes residentes no município de Uiraúna, por pelo menos 2 anos. E para a categoria A-2 e C-1 proponentes que estejam de acordo com a descrição do item 3.2, deste edital.

a) Pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural;

b) Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física, com pelo menos 2 anos de atuação. Sendo o (a) representante, responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, conforme Anexo IV.

3.2 Excepcionalmente para categoria A-2 e C-1 pode se inscrever neste Edital pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural.

3.3 Para ambas as categorias, só será aceita uma inscrição.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

a) Pessoas que tenham envolvimento direto na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;

b) Cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e

c) Membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros);

d) Menores de 18 anos;

e) Pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, sem natureza cultural;

f) Coletivo/Grupo cultural sem CNPJ que não comprove pelo menos 2 anos de criação;

g) Integrantes de grupos/coletivos culturais sem CNPJ;

h) Pessoa física ou jurídica declarada inidônea de contratar com o serviço público, enquanto perdurar a sanção de inidoneidade;

i) Pessoas inscritas nas categorias A-1, A-3, B e C-2 e que não resida no município de Uiraúna – PB, pelo menos 2 (dois) anos;

j) Inscritos no edital de chamamento público de n.º 02/2023 – “Maria da Luz de Melo”;

k) Inscritos em editais de chamamentos públicos da Lei Paulo Gustavo em outros municípios, exceto os proponentes inscritos na categoria C-1.

4.2. O proponente que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4. A participação do proponente nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

5.1 Serão adotadas cotas étnico-raciais para projetos inscritos por pessoa física ou pessoa jurídica cujo representante legal autodeclare-se pessoa negra. Assim sendo, do total de vagas, 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras.

5.2 Os proponentes que optarem por concorrer à cota, não concorrerá as vagas destinadas à ampla concorrência.

5.3 Em caso de desistência de optantes aprovados na cota, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu de acordo com a ordem de classificação.

5.4 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento da cota prevista na seleção, o número de vagas restantes deverá ser direcionado para ampla concorrência.

5.5 Para concorrer à cota, o proponente deverá autodeclarar-se no ato da inscrição e por meio da autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo V.

5.6 Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal autodeclare-se mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência, membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana ou detentor de Patrimônios Imateriais Brasileiros na Paraíba ou de bens em processo de registro, inclusive de forma interseccional às cotas étnico-raciais.

6. INSCRIÇÕES E PRAZOS

6.1 As inscrições serão gratuitas e os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna, situado na Rua Silvestre Claudino, s.n., bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 59.915-000 Uiraúna -PB, de segunda a sexta feira, de 07:00h as 11:00h e 13:00h às 17:00h, exceto feriados.

6.2 No ato de preenchimento do formulário de inscrição o proponente deverá optar por uma das categorias relacionadas no anexo I deste Edital e anexar a respectiva documentação obrigatória, em conformidade com o item 7, condições e documentação obrigatória para a etapa de seleção.

6.3 A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas, prazos e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.4 O cronograma está definido conforme tabela abaixo. Para tanto, os prazos são passíveis de reajuste, ficando o acompanhamento de total responsabilidade do proponente.

Etapas	Período
Impugnação do edital	03/10/2023 a 04/10/2023
Inscrições	09/10/2023 a 19/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Análise do Objeto	23/10/2023
Período para interposição de recurso	24/10/2023
Divulgação do resultado final da Etapa de Análise do Objeto	25/10/2023
Período para envio documental da Etapa de Habilitação	26/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Habilitação	27/10/2023
Período para interposição de recurso	30/10/2023
Divulgação do Resultado Final	31/10/2023
Período de assinatura dos Termos de Execução Cultural	01/11/2023 a 03/11/2023
Convocação de suplentes	04/11/2023

6.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.

6.6 Contra a decisão da análise do objeto, caberá recurso por escrito, destinado a Comissão de Acompanhamento, seleção e avaliação.

6.7 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

6.8 O prazo para a execução do projeto encerra-se no dia 26 dezembro de 2023.

6.9 Os resultados das fases e demais informações serão divulgados e publicados no site oficial do município por meio <https://www.uirauna.pb.gov.br/>. Bem como nas redes sociais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Uiraúna -PB.

7. DOS DOCUMENTOS

7.1 Para formalizar a inscrição o proponente deve entregar a documentação obrigatória, abaixo:

- Anexo II - Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- Portifólio profissional, constituído de capa, dados pessoais e profissionais, resumo da atividade artística e conteúdos visuais;
- Pessoa física – cópia de CPF e RG;
- Pessoa jurídica – cópia do CNPJ, CPF e RG do(s) proprietário (s);
- Comprovante de residência atualizado;
- Declaração conforme Anexo VI assinada pelo proprietário do imóvel, quando for o caso;
- Fotos, vídeos, links de redes sociais, entre outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
- Comprovação de Cadastro cultural conforme Anexo VII;
- Certificação em quaisquer áreas do audiovisual. Podendo ser apresentado o referido documento de algum membro da equipe de produção.
- Registro na Agência Nacional de Cinema (Ancine) – Exclusivo para proponente inscrito na categoria A-2.

7.2 O proponente é responsável pela entrega dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

7.3 Os inscritos neste edital nas categorias A-1, A-3, B e C-2, que não obtêm certificação devem participar do curso de formação.

7.4 Os inscritos neste edital nas categorias A-1, A-3, B e C-2, que não obtiverem o item “i”, excepcionalmente para os que participarem do curso de formação poderão entregar o referido documento de comprovação, junto com sua prestação de contas.

7.5 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução de até 26 de dezembro de 2023.

7.6 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna -PB.

7.7 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

8.1 O processo de análise e seleção dos projetos ocorrerá em observância às seguintes etapas:

ETAPAS	OBSERVÂNCIAS
Análise do Objeto	Fase de análise do projeto realizada pela Comissão de Acompanhamento, seleção e avaliação.
Habilitação	Fase de verificação da regularidade fiscal e documental do proponente
Contratualização	Fase das assinaturas do Termo de Execução Cultural.

8.2 A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Acompanhamento, seleção e avaliação nomeados pela gestão municipal e 01 parecerista técnico externo.

9. ANÁLISE DO OBJETO CULTURAL DOS PROJETOS

9.1 Entende-se por “Análise de Objeto” a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

9.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

10. ETAPA DE HABILITAÇÃO

10.1 Finalizada a etapa de análise do objeto cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica, nos prazos estabelecidos no item 6.4

10.1.1 PESSOA FÍSICA

- Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União, <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>;
- Certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais expedida <https://www.sefaz.pb.gov.br/servirtual/certidoes/emissao-de-certidao-de-debitos-cidadao> e municipais, expedidas pela <https://www.uirauna.pb.gov.br/> .
- Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho pelo site <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

c) Certidão Negativa de débitos municipais
<https://www.tinus.com.br/csp/UIRAUNA/portal/index.csp?991MGPu3287bPQch83865OGil2211fu=wPgZ50DBw203FTX21906FLcEL253aeGeu6596Q3911995OlsM349>

10.1.2 PESSOA JURÍDICA

b) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil na página do site <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/cadastro/cnpj>;

c) Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;

d) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos no site <https://www.tjpb.jus.br/servicos/solicitar-certidao>;

e) Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>;

f) Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais expedida <https://www.sefaz.pb.gov.br/servirtual/certidoes/emissao-de-certidao-de-debitos-cidadao>;

g) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS – expedida na página <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

h) Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho, expedida na página <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;

i) Certidão negativa de débitos municipais
<https://www.tinus.com.br/csp/UIRAUNA/portal/index.csp?991MGPu3287bPQch83865OGil2211fu=wPgZ50DBw203FTX21906FLcEL253aeGeu6596Q3911995OlsM349>

10.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

10.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Acompanhamento, avaliação e seleção.

10.4 Os recursos de trata o item 10.3 deverão ser apresentados acordo com prazo estabelecido no item 6.4, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

10.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

10.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pelo edital de chamamento público, com o Estado e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

11. CONTRATUALIZAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

11.1 Finalizada a fase de habilitação, o proponente contemplado será convocado por meio de publicação no site do município ou redes sociais oficiais da prefeitura e da secretaria e ou por telefone para assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo X deste Edital.

11.2 O Termo de Execução Cultural deve ser assinado pelo proponente neste Edital e pelo responsável pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna contendo as obrigações dos assinantes.

11.3 O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural nos dias de acordo com prazo estabelecido no item 6.4, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

12. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

12.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro.

12.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.

12.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados será avaliada pelos membros da comissão de seleção, pelo site <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salinet/salinet.php> como parâmetro de valores do Ministério da Cultura, onde será levado em consideração o preço médio. E ou, com preços praticados no mercado local, regional e interestadual, sendo levado em consideração o menor preço.

12.4 Caso o proponente resolva precificar os itens do seu projeto, conforme aos preços praticados no mercado local, regional e interestadual, no ato da inscrição devem ser anexados 3 cotações de preços aos quais deu referência aos valores citados na planilha orçamentária.

12.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados ou vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

12.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de análise.

12.7 O valor do projeto não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

13. DA ACESSIBILIDADE

13.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e,

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

13.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

I- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;

II- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;

III- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;

IV- Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou

V- Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

13.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

13.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 13.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

I - For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou

II - Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

13.5 Para projetos cujo objeto seja a produção audiovisual, consideram-se integralmente cumpridas as medidas de acessibilidade de que trata o subitem II do item 13.4 quando a produção contemplar legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

13.6 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável conforme Anexo VIII.

14. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL

14.1 Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

14.2 As salas de cinema que receberem recursos por meio deste Edital estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

14.3 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas conforme anexo IX com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a ser informado posteriormente.

14.4 As informações sobre o cronograma da realização das contrapartidas serão publicadas no site do oficial e nas redes sociais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Prefeitura Municipal de Uiraúna.

15. DOS DESEMBOLSOS/PAGAMENTOS

15.1 Os proponentes selecionados receberão os valores aprovados em parcela única, baseado na entrega do objeto pleiteado por meio do Termo de Execução Cultural.

15.2 Os recursos do termo de execução cultural serão depositados pela administração pública em conta bancária específica, conforme Art. 25 do Decreto 11.453/2023. A conta bancária poderá enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

- a) conta bancária de instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias; e
- b) conta bancária de instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.

15.3 É de responsabilidade exclusiva do proponente a abertura da conta bancária na agência.

15.4 Os recursos financeiros poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços; aquisição ou locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto; fornecimento de alimentação para a equipe de trabalho ou para a comunidade em que ocorrer a execução; desenvolvimento e manutenção de soluções de tecnologia da informação; assessoria de comunicação e despesas com a divulgação e o impulsionamento de conteúdo; despesas com a manutenção de espaços, inclusive aluguel e contas de água e energia, entre outros itens de custeio necessários para o cumprimento do objeto.

16. DO MONITORAMENTO

16.1 Os procedimentos de monitoramento, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

16.2 O monitoramento poderá ser realizado através de visitas técnicas in loco, da comissão para aferir o cumprimento do objeto, quando necessário.

16.3 A qualquer momento, pode ser aplicada sanções, caso verifique que objeto pleiteado não esteja sendo cumprido.

17. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

17.1 O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas em até 60 dias, após o término do prazo do termo de execução cultural, através dos anexos:

- a) Relatório de execução do objeto – Anexo XI;
- b) Relatório de execução financeira - Anexo XII;
- c) Relatório de Pagamento – Anexo XIII;
- d) Declaração de Idoneidade – Anexo XIV, assinado pelo contador.
- e) Dossiê documental de demonstração da execução do projeto a exemplo: declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

17.2 E se for necessário será solicitado documentos de apoio para análise da referida prestação de contas, conforme procedimentos do Decreto 11.453/2023 dos art. 29 ao art. 34 e seus adendos.

17.3 A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira deverá ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do instrumento. Podendo ser solicitada a qualquer momento.

17.4 São válidos para fins de comprovação de despesas, apenas documentos fiscais válidos como notas fiscais ou cupons fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, entre outros.

18. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

18.1 Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as marcas da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo de Uiraúna, da Prefeitura Municipal de Uiraúna, da Lei Paulo Gustavo, do Ministério da Cultura e do Governo Federal, conforme disponibilizado no site <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/marcas-e-manual>, <https://www.uirauna.pb.gov.br/>

18.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos dever ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

18.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial do município <https://www.uirauna.pb.gov.br/> e nas mídias sociais oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Cultura e Turismo.

19.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site <https://www.uirauna.pb.gov.br/>.

19.3 Demais informações podem ser obtidas através e-mail: cultura.uirauna@gmail.com.

19.4 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

19.5 Todos os documentos referentes as despesas realizadas para o cumprimento do objeto como nota fiscal, transferências a fornecedores, cupons fiscais, tributos fiscais deverão ser guardados, sob medida dos mesmos serem solicitados a qualquer tempo.

19.6 O desvio de finalidade dos recursos recebidos é de responsabilidade do proponente. Cabendo o mesmo responder judicialmente pelo ato e até mesmo devolver os recursos recebidos de forma integral aos cofres públicos da União a qualquer tempo ou sob pena de seu CPF ou CNPJ ser inserido no Cadastro de Serviço de Proteção ao Crédito-SPC.

19.7 O não atendimento do item 17, deste edital é de exclusiva responsabilidade do proponente.

19.8 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna de qualquer responsabilidade civil ou penal.

19.9 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

19.10 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19.11 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 90 dias, a contar da data de publicação deste.

19.12 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio	Anexo IX – Declaração de contrapartida social
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho	Anexo X - Termo de execução cultural
Anexo III - Critérios de seleção	Anexo XI Relatório de execução do objeto
Anexo IV – Declaração de representação de grupo ou coletivo	Anexo XII – Relatório de execução física financeira
Anexo V – Declaração étnico-racial	Anexo XIII – Relação de Pagamentos
Anexo VI – Declaração de residência	Anexo XIV – Declaração de Idoneidade
Anexo VII – Declaração de Cadastro Cultural	
Anexo VIII – Declaração de aplicabilidade de 10% do item 13.6 do edital	

Uiraúna - PB, 03 de outubro de 2023.

MÁRCIA DE FÁTIMA HENRIQUE DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I

CATEGORIAS DE APOIO - AUDIOVISUAL

1 RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de R\$ 107.483,88 (cento e sete reais, quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos) distribuídos nas seguintes categorias:

- a) Até R\$ 80.027,69 (Oitenta mil, vinte e sete reais e sessenta e nove centavos) para apoio a produção de obras audiovisuais, de documentários e ou vídeos clipes;
- b) Até R\$ 18.273,92 (Dezoito mil, duzentos e setenta e três e noventa e dois centavos) para apoio à realização de ação de Cinema Itinerante ou Cinema de Rua;
- c) Até R\$ 9.182,27 (Nove mil, cento e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos) para apoio à realização de ação de Formação Audiovisual e Amostras Culturais.

2 DESCRIÇÃO DAS CATEGORIAS

a) Inciso I do art. 6º da LPG: Apoio a Produções Audiovisuais

Produção de documentários: Apoio concedido à produções de documentários, ambos com contextos histórico local, com roteiros cinematográficos completos, declarações de uso de imagem e outros documentos afins. Toda responsabilidade do conteúdo (documentário) é exclusiva do proponente selecionado.		
CLASSIFICAÇÃO	CONTEXTOS HISTÓRICOS	TEMPO
A-1	Quilombo de Aparecida	10 a 20 minutos.
	Engenhos de cana-de-açúcar	
	Passagem de Lampião pelo município de Uiraúna	
	Os casarões	
	Os sacerdotes	
	Gestores do município	
Obs A-1.: Faz-se necessário informar que, os contextos históricos acima mencionados, só será contemplado um por projeto, o critério de classificação para continuidade de análise de projeto, será pela data de protocolo de entrega dos documentos junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Uiraúna.		
A-2	História de Uiraúna	De 20 a 50 minutos
Produção de videoclipes: Apoio concedido à produção de videoclipe de artistas locais com duração 3 a 6 minutos, com roteiro cinematográfico completo, declarações de uso de imagem, quando for o caso ou outros documentos afins. Toda responsabilidade do conteúdo(videoclipes) é exclusiva do proponente selecionado.		
A-3	Vídeo-clipes musicais	3 a 6 minutos

b) Inciso II do art. 6º da LPG: Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante na cidade Uiraúna-PB.

Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante: Apoio cinema móvel, equipado com projeção e som de qualidade, é possível levar filmes de diferentes gêneros e estilos nos bairros da zona urbana e na zona rural do município de Uiraúna.

c) Inciso III do art. 6º da LPG: Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual

Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual: Apoio concedido para o desenvolvimento de **oficinas ou cursos** voltadas para profissionais, estudantes e interessados na área audiovisual de forma gratuita e amostras culturais.

Deverá ser apresentado para os cursos:

I - Detalhamento da metodologia de mediação/formação; e

II - Apresentação do currículo dos profissionais mediadores/formadores.

3. DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PESSOAS NEGRAS	QTD DE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
A – I: Inciso I - LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de Documentários de 10 a 20 min.	3	2	5	Até R\$ 4.000,00	Até R\$ 20.000,00

A – 2: Inciso I LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de Documentários de 20 a 50min	1	0	1	Até R\$ 40.000,00	Até R\$ 40.000,00
A – 3: Inciso I LPG - Apoio a produção de obra audiovisual – videoclipe – de 3 a 6 minutos.	4	2	6	Até R\$ 3.337,95	Até R\$ 20.027,95
B: Inciso II Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante.	1	0	1	Até R\$ 18.273,92	Até R\$ 18.273,92
C-1: Inciso III Ação de Formação Audiovisual com até 40 horas/aula	1	0	1	Até R\$ 5.000,00	Até R\$ 5.000,00
C-2: Inciso III Ação de Mostra Cultural	1	0	1	Até R\$ 4.182,27	Até R\$ 4.182,27

ANEXO II
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE

() Pessoa Física

() Pessoa Jurídica

1.1 - PESSOA FÍSICA

Nome Completo

Nome artístico ou nome social

RG:

CPF:

Data de nascimento:

Endereço Completo:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone:

Email:

1.2 - PESSOA JURÍDICA

Razão Social:

CNPJ

Endereço Completo:

Cidade:

CEP:

Telefone:

Estado:

Email:

1.3 - VOCÊ RESIDE EM QUAIS DESSAS ÁREAS?

() Zona urbana

() Zona rural

1.4 - PERTENCE A ALGUMA COMUNIDADE TRADICIONAL?

() Não pertencem a comunidade tradicional

() Povos Ciganos

() Comunidades Extrativistas

() Pescadores(as) Artesanais

() Comunidades Ribeirinhas

() Povos de Terreiro

() Comunidades Rurais

() Quilombolas

() Indígenas

() Outra comunidade tradicional

1.5 - GÊNERO?

() Mulher cisgênero

() Mulher Transgênero

() Homem cisgênero

() Homem Transgênero

() Pessoa Não Binária

() Não informar

1.6 - RAÇA, COR OU ETNIA?

() Branca

() Preta

() Parda

() Amarela

1.7 - VOCÊ É UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD?

() Sim

() Não

CASO TENHA MARCADO "SIM", QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA?

() Auditiva

() Física

() Intelectual

() Múltipla

() Visual

1.8 - QUAL O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?

() Não tenho Educação Formal

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Curso Técnico Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós Graduação Completo

1.9 - QUAL A SUA RENDA MENSAL FIXA INDIVIDUAL

() Nenhuma renda.

() Até 1 salário mínimo

() De 1 a 2 salários mínimos

() De 3 a 5 salários mínimos

() De 5 a 8 salários mínimos

() De 8 a 10 salários mínimos

() Acima de 10 salários mínimos

1.10 - VOCÊ É BENEFICIÁRIO DE ALGUM PROGRAMA SOCIAL?

() Não

() Bolsa família

() Benefício de Prestação Continuada

() Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

() Garantia-Safra

() Seguro-Defeso

() Outro

1.11 - VAI CONCORRER ÀS COTAS? SE SIM, QUAL?

() Sim

() Não

() Pessoa negra

() Pessoa indígena

() Deficientes

1.12 - QUAL A SUA PRINCIPAL FUNÇÃO/PROFISSÃO NO CAMPO ARTÍSTICO E CULTURAL?

() Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.

() Instrutor(a), oficineiro(a), educador(a) e artístico(a)-cultural.

() Produtor(a)

() Gestor(a)

() Técnico(a)

() Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.

1.13 - VOCÊ ESTÁ REPRESENTANDO UM COLETIVO (SEM CNPJ)?

() Não

() Sim

Caso tenha respondido "sim":

Nome do coletivo: Ano de Criação: Quantas pessoas fazem parte do coletivo?

1.14- NOME COMPLETO E CPF DAS PESSOAS QUE COMPÕEM O COLETIVO:

Anexe os currículos dos membros.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

16.

2. DADOS DO PROJETO

Nome do Projeto:

2.1 - ESCOLHA A CATEGORIA A QUE VAI CONCORRER:

A-1 () Inciso I | LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de Documentários de 10 a 20 minutos

A-2 () Inciso I | LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de Documentários de 50 minutos

A-3 () Inciso I | LPG - Apoio a produção de obra audiovisual de Vídeos-clipes de 3 a 6 minutos

B () Inciso II do art. 6º da LPG: Apoio à realização de ação de Cinema Itinerante nos bairros da zona urbana e na zona rural do município de Uiraúna.

C-1 () Inciso III do art. 6º da LPG: Apoio à realização de ação de Formação Audiovisual

C-2 () Inciso III do art. 6º da LPG: Apoio à realização de amostra cultural

2.2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto.

Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade? Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.

2.3 - OBJETIVOS DO PROJETO

Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.

2.4 - PERFIL DO PÚBLICO A SER ATINGIDO PELO PROJETO

Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto.

Perguntas orientadoras:

Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosos? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?

2.5 - QUAL O PERFIL DO PÚBLICO DO SEU PROJETO?

(Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência, etc.)

2.6 - MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE EMPREGADAS NO PROJETO

Acessibilidade arquitetônica:

() rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;

() piso tátil;

() rampas;

() elevadores adequados para pessoas com deficiência;

() corrimãos e guarda-corpos;

() banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;

() vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;

() assentos para pessoas obesas;

() iluminação adequada;

() Outra _____

Acessibilidade comunicacional:

() a Língua Brasileira de Sinais - Libras;

() o sistema Braille;

() o sistema de sinalização ou comunicação tátil;

() a audiodescrição;

() as legendas;

() a linguagem simples;

() textos adaptados para leitores de tela; e

() Outra _____

Acessibilidade atitudinal:

() capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;

() contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;

() formação e sensibilização de agentes culturais público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e,

() outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

2.7 - LOCAL ONDE O PROJETO SERÁ EXECUTADO

Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada.

2.8 - PREVISÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO?

Data de início ____/____/____ Data final ____/____/____

2.9 - EQUIPE

Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:

Nome do profissional	Função no projeto	CPF/CNPJ	Pessoa negra? S/N	Pessoa com deficiência S/N
Ex.: Roteirista.				
...				

2.10 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto. (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)

Meta	Etapas	Início	Fim		
2.11 - ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO					
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.					
2.12 - CONTRAPARTIDA					
As despesas recorrentes dos itens acima são de exclusividade do proponente selecionado.					
() Entrega de 02 cópias na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.					
() Realização de exposições gratuitas, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade, conforme cronograma a ser repassado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.					
2.13 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET ou 3 orçamentos etc.)					
Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Referência de preço

ANEXO III

CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO/ANÁLISE CULTURAL

A comissão de seleção atribuirá notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como uma toda coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Uiraúna-PB. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução as metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação as atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros)	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base nos currículos/portfólio e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80
Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:		
PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponente LGBTQIA+	5
K	Proponentes com deficiência	5
L	Proponentes de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, etc.	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL 20 PONTOS		
PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	7
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	7

O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	6
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

- Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.
- Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.
- Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.
- Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade e após sorteio.
- Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.
- Serão desclassificados os projetos que:
 - Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;
 - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO

GRUPO ARTÍSTICO: _____
NOME DO REPRESENTANTE: _____
FUNÇÃO DO REPRESENTANTE: _____
IDENTIDADE: _____
CPF N.º _____
E-MAIL: _____
TELEFONE _____

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico _____, elegem a pessoa indicada no campo “REPRESENTANTE” como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF N.º	ASSINATURAS

Uiraúna-PB ____/____/____

ANEXO V

DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, CPF _____, RG nº _____, residente e domiciliado no território do município de Uiraúna-PB, DECLARO para fins de participação no Edital N.º 01/2023 que estou assegurado pela cota de 20% por ser negro/pardo.
Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Uiraúna-PB ____/____/____

Assinatura do declarante

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CADASTRO CULTURAL

Declaro que o Senhor(a) _____, se encontra cadastrado neste Secretaria do rol de Artistas Culturais do município de Uiraúna-PB.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar sanções criminais.

Uiraúna-PB ____/____/____

MÁRCIA DE FÁTIMA HENRIQUE DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE APLICABILIDADE DE 10% DO ITEM 13.6 DO EDITAL

Justifico-me não usar os 10%, motivo:

- () Em razão das características do objeto cultural, ser de desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual;
() Devido o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural ou seja, com legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Uiraúna – PB, ____/____/____

Assinatura Do Declarante

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA SOCIAL

Declaro que sou ciente que devo entregar ou realizar a contrapartida social dos recursos recebidos incluída obrigatoriamente a realização de exposições gratuitas dos conteúdos selecionados, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade. Sendo a mesma, ser pactuada com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, conforme cronograma que a mesma elaborará posteriormente.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar sanções criminais.

Uiraúna – PB, ____/____/____

Assinatura Do Declarante

ANEXO X

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº ____ / 2023 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL Nº 01/2023 – NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO Nº 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, neste ato representado por Senhor(a) Márcia de Fátima Henrique de Araújo, e o (a) AGENTE CULTURAL, _____, portador(a) do RG nº _____, expedida em _____, CPF nº _____ residente e domiciliado(a) à

CEP: _____ telefones: _____ resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar Nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto Nº 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no conforme chamamento público nº 01/2023.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ _____

4.2. Serão transferidos à conta do(a) _____, especialmente aberta no _____, Agência _____, Conta Corrente nº _____, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, conforme anexo XII do edital, apresentado no prazo máximo de 60 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES/CONTAS

7.1. Os procedimentos de monitoramento, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

7.1.1 O monitoramento será realizado de duas maneiras:

a) Envio de Relatório de execução parcial, conforme anexo XI, a ser entregue pelo proponente com 30 dias após o recebimento da primeira parcela.

b) Visitas técnicas in loco, da comissão para aferir o cumprimento do objeto, quando necessário.

7.1.2 A qualquer momento, pode ser aplicada sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não esteja cumprindo o objeto.

7.2 O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas em até 60 dias, após o término do prazo do termo de execução cultural, através dos anexos:

f) Relatório de execução do objeto – Anexo XII;

g) Relatório de execução financeira - Anexo XIII;

h) Relatório de Pagamento – Anexo XIV;

i) Declaração de Idoneidade – Anexo XV, assinado pelo contador.

j) Dossiê documental de demonstração da execução do projeto a exemplo: declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

7.2.1 E se for necessário será solicitado documentos de apoio para análise da referida prestação de contas, conforme procedimentos do Decreto 11.453/2023 dos art. 29 ao art. 34 e seus adendos.

7.2.2 A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira deverá ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do instrumento. Podendo ser solicitada a qualquer momento.

7.2.3 São válidos para fins de comprovação de despesas, apenas documentos fiscais válidos como notas fiscais ou cupons fiscais, transferências bancárias, extratos bancários, entre outros.

7.3 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 7, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - Aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

7.4 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - Devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

7.5.4 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

7.5.5 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

7.5.6 Fica o ente federativo isento de toda e qualquer responsabilidade nos casos de omissão do envio da prestação de contas dos proponentes dentro do prazo estabelecido.

7.5.7 Fica os proponentes que não apresentarem sua prestação de contas ao ente federativo local, a responder sob as penas da Lei junto ao Ministério da Cultura.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - Na condição que o Ministério da Cultura, prorrogue os prazos de execução.

8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

8.4 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

8.5 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS

9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

10.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

10.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

10.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

10.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. SANÇÕES

11.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

11.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

11.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

12. VIGÊNCIA

12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 1(um) mês, podendo ser prorrogado por igual período.

13. PUBLICAÇÃO

13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no <https://www.uirauna.pb.gov.br>

14. FORO

14.1 Fica eleito o Foro de São João do Rio do Peixe-PB para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

Uiraúna-PB, ____/____/2023.

MÁRCIA DE FÁTIMA HENRIQUE DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Nome Do Agente Cultural _____

ANEXO XI

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:	
Nome do agente cultural proponente:	
Nº do Termo de Execução Cultural:	Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:	Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

- () Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.
 () Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.
 () Uma parte das ações planejadas não foi feita.
 () As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre as eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Meta cumprida integralmente, parcialmente ou não cumprida:

() integralmente () parcialmente () não cumprida

Caso a resposta seja parcialmente ou não cumprida, favor justificar:

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou que tipo de produto?

() Vídeo () Documentário () Produção musical

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados gerados pelo projeto, você considera que ele ...

(Você pode marcar mais de uma opção).

- () Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.
 () Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.
 () Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.
 () Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.
 () Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.
 () Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.
 () Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças. Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

() Sim () Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional	Função no projeto	CPF/CNPJ
----------------------	-------------------	----------

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

() 1. Presencial.

() 2. Virtual.

() 3. Híbrido (presencial e virtual).

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção. Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):	
() Youtube	() TikTok
() Instagram / IGTV	() Google Meet, Zoom etc.
() Facebook	

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

() 1. Fixas, sempre no mesmo local.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

() 2. Itinerantes, em diferentes locais.

() 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.7 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção:

() Equipamento cultural público municipal.	() Praça.
() Equipamento cultural público estadual.	() Rua.
() Espaço cultural independente.	() Parque.
() Escola	() Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Assinatura do declarante

ANEXO XII - RELATÓRIO DA EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO							
Proponente:							
Termo de execução n. °:				Período:			
RELATÓRIO FÍSICO							
Meta	Etapa/Fase	Unidade	Descrição	No Período		Até o Período	
				Previsto	Executado	Previsto	Executado
01	01	01					

RELATÓRIO FINANCEIRO									
Meta	Etapas/Fases	No período				Até o Período			
01	01	Concedente	Conveniente	Outros	Total	Concedente	Conveniente	Outros	Total
Total									

ANEXO XIII					
RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS					
PROponente:					
TERMO DE EXECUÇÃO N.º					
ITEM	CREDOR	CNPJ	TIPO DO DOCUMENTO	DATA DE PAGAMENTO	VALOR R\$
TOTAL					

Assinatura Responsável

**ANEXO XIV
DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE DA DOCUMENTAÇÃO****PROponente:****CPF/CNPJ:**

Na qualidade de responsável pelo Prestação de Contas do proponente acima, declaro, para fins de prova junto a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Uiraúna, para os efeitos e sob as penas da Lei, que a documentação ora apresentada é idônea.

Uiraúna ____/____/____.

Responsável Contábil

Publicado por:
Wenya Sarmiento Sobrinho
Código Identificador:AF69AC71

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2023**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA COMPLEMENTAR 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO)****“MARIA DA LUZ MELO”**

A Prefeita Municipal de Uiraúna, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, em consonância com a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.525, de 11 de maio de 2023; o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023; o Decreto Municipal nº 034, de 03 de outubro de 2023, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital de Chamamento Público, o regulamento para a seleção e o fomento de projetos culturais no âmbito da “Lei Paulo Gustavo”. Constitui-se como objeto deste Edital o fomento a projetos culturais enquadrados nos artigos 8º da referida Lei.

1. OBJETO

1.1 O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município do Município de Uiraúna-PB.

2. VALORES

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R\$ 43.500,00 (Quarenta e Três Mil e Quinhentos Reais) dividido entre as categorias de apoio descritas no Anexo I deste edital.

2.2 Os recursos financeiros para a provisão deste Edital correrão à conta da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município, na função programática 13.392.0100.2915 (Incentivo e Promoção de Eventos e atividades Artística e Culturais) fontes nº 1715 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual e naturezas de despesa 3.3.90.36.00 (Outros serviços de terceiros – Pessoa Física) e 33.90.39 (Outros serviços e terceiros – Pessoa Jurídica)

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Podem se inscrever neste Edital proponentes residentes no município de Uiraúna-PB por pelo menos por 2 (dois) anos.

- a) Pessoas físicas, pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, de natureza cultural;
- b) Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física, com pelo menos 2 anos de atuação. Sendo o (a) representante, responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada pelos demais integrantes do grupo ou coletivo, conforme Anexo IV.

4. QUEM NÃO PODE SE INSCREVER

4.1 Não pode se inscrever neste Edital, proponentes que:

- a) Pessoas que tenham envolvimento direto na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos;
- b) Cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
- c) Membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros);
- d) Menores de 18 anos;
- e) Pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, sem natureza cultural;
- f) Coletivo/Grupo cultural sem CNPJ que não comprove pelo menos 2 anos de criação;
- g) Integrantes que façam parte de grupos/coletivos culturais;
- h) Pessoa física ou jurídica declarada inidônea de contratar com o serviço público, enquanto perdurar a sanção de inidoneidade;
- i) Pessoas que não resida no município de Uiraúna– PB, por pelo menos 2 anos;
- j) Inscritos no edital de chamamento público n.º 01/2023 - “Dois Irmãos”
- k) Inscritos em editais de outros municípios.

4.2. O proponente que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer neste Edital para receber recursos do fomento cultural, exceto quando se enquadrar nas vedações previstas no item 4.1.

4.3. Quando se tratar de proponentes pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas no tópico 4.1.

4.4. A participação do proponente nas oitivas e consultas públicas não caracteriza o envolvimento direto na etapa de elaboração do edital de que trata o subitem I do item 4.1.

5. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

5.1 Serão adotadas cotas étnico-raciais para projetos inscritos por pessoa física ou pessoa jurídica cujo representante legal autodeclare-se pessoa negra. Assim sendo, do total de vagas, 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras.

5.2 Os proponentes que optarem por concorrer à cota, não concorrerá as vagas destinadas à ampla concorrência.

5.3 Em caso de desistência de optantes aprovados na cota, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu de acordo com a ordem de classificação.

5.4 No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento da cota prevista na seleção, o número de vagas restantes deverá ser direcionadas para ampla concorrência.

5.5 Para concorrer à cota, o proponente deverá autodeclarar-se no ato da inscrição e por meio da autodeclaração étnico-racial de que trata o Anexo V.

5.6 Serão adotados critérios diferenciados de pontuação para projetos inscritos por pessoa física ou por pessoa jurídica cujo representante legal autodeclare-se mulher, pessoa LGBTQIAPN+, pessoa com deficiência, membro de povos e comunidades tradicionais de matriz africana ou detentor de Patrimônios Imateriais Brasileiros na Paraíba ou de bens em processo de registro, inclusive de forma interseccional às cotas étnico-raciais.

6. INSCRIÇÕES E PRAZOS

6.1 As inscrições serão gratuitas e os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna, situado na Rua Silvestre Claudino, s.n., bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP: 59.915-000 Uiraúna -PB, de segunda a sexta feira, de 07:30H a 12:00 e 13:30H às 17:00H, exceto feriados.

6.2 A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas, prazos e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

6.3 O cronograma está definido conforme tabela abaixo. Para tanto, os prazos são passíveis de reajuste, ficando o acompanhamento de total responsabilidade do proponente.

Etapas	Período
Impugnação do edital	03/10/2023 a 04/10/2023
Inscrições	09/10/2023 a 19/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Análise do Objeto	23/10/2023
Período para interposição de recurso	16/10/2023 a 18/10/2023
Divulgação do resultado final da Etapa de Análise do Objeto	19/10/2023
Período para envio documental da Etapa de Habilitação	20/10/2023 a 23/10/2023
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Habilitação	24/10/2023
Período para interposição de recurso	25/10/2023 a 26/10/2023
Divulgação do Resultado Final	27/10/2023
Período de assinatura dos Termos de Execução Cultural	30/10/2023 a 03/11/2023
Convocação de suplentes	06/11/2023 a 08/11/2023

6.5 Para esta seleção serão considerados os critérios de pontuação estabelecidos no Anexo III.

6.6 Contra a decisão da análise do objeto, caberá recurso por escrito, destinado a Comissão de Acompanhamento, seleção e avaliação.

6.7 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

6.8 O prazo para a execução do projeto encerra-se no dia 26 de dezembro de 2023.

6.9 Os resultados das fases e demais informações serão divulgados e publicados no site oficial do município por meio <https://www.uirauna.pb.gov.br/>. Bem como nas redes sociais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Uiraúna -PB.

7. DOS DOCUMENTOS

7.1 Para formalizar a inscrição o proponente deve entregar a documentação obrigatória, abaixo:

- Anexo II - Formulário de inscrição que constitui o Plano de Trabalho (projeto);
- Portifólio profissional, constituído de capa, dados pessoais e profissionais, resumo da atividade artística e conteúdos visuais;
- Pessoa física – cópia de CPF e RG;
- Pessoa jurídica – cópia do CNPJ, CPF e RG do(s) proprietário (s);
- Comprovante de residência atualizado;
- Declaração conforme Anexo VI assinada pelo proprietário do imóvel, se for o caso;
- Fotos, vídeos, links de redes sociais, entre outros documentos que o proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto;
- Comprovação de Cadastro cultural conforme Anexo VII.

7.2 O proponente é responsável pela entrega dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.

7.3 Os projetos apresentados deverão conter previsão de execução até o dia 26/12/2023.

7.4 O proponente deve se responsabilizar pelo acompanhamento das atualizações/publicações pertinentes ao edital e seus prazos nos canais formais de comunicação da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna -PB.

7.5 As propostas que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

8.1 O processo de análise e seleção dos projetos ocorrerá em observância às seguintes etapas:

ETAPAS	OBSERVÂNCIAS
Análise do Objeto	Fase de análise do projeto realizada pela Comissão de Acompanhamento, seleção e avaliação.
Habilitação	Fase de verificação da regularidade fiscal e documental do proponente
Contratualização	Fase das assinaturas do Termo de Execução Cultural

8.2 A análise dos projetos culturais será realizada pela Comissão de Acompanhamento, seleção e avaliação nomeados pela gestão municipal e 01 parecerista técnico externo.

9. ANÁLISE DO OBJETO CULTURAL DOS PROJETOS

9.1 Entende-se por “Análise de Objeto” a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos projetos culturais, concorrentes em uma mesma categoria de apoio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos neste edital.

9.2 Por análise comparativa compreende-se a análise não apenas dos itens individuais de cada projeto, mas de suas propostas, impactos e relevância em relação aos outros projetos inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada projeto é atribuída em função desta comparação.

10. ETAPA DE HABILITAÇÃO

10.1 Finalizada a etapa de análise do objeto cultural, o proponente do projeto contemplado deverá, apresentar os seguintes documentos, conforme sua natureza jurídica, nos prazos estabelecidos no item 6.3

10.1.1 PESSOA FÍSICA

- a) Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União, <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>;
- a) Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais expedida <https://www.sefaz.pb.gov.br/servirtual/certidoes/emissao-de-certidao-de-debitos-cidadao-e-municipais>, expedidas pela <https://www.uirauna.pb.gov.br/>.
- b) Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho pelo site <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;
- c) Certidão Negativa de débitos municipais <https://www.tinus.com.br/csp/UIRAUNA/portal/index.csp?991MGPu3287bPQch83865OGil2211fu=wPgZ50DBw203FTX21906FLcEL253aeGeu6596Q3911995OlsM349>

10.1.2 PESSOA JURÍDICA

- b) Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil na página do site <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/servicos/cadastro/cnpj>;
- c) Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
- d) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos no site <https://www.tjpb.jus.br/servicos/solicitar-certidao>;
- e) Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidaointernet/pj/emitir>;
- f) Certidões negativas de débitos relativos aos créditos tributários estaduais expedida <https://www.sefaz.pb.gov.br/servirtual/certidoes/emissao-de-certidao-de-debitos-cidadao>;
- g) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS – expedida na página <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;
- h) Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho, expedida na página <https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces>;
- i) Certidão negativa de débitos municipais <https://www.tinus.com.br/csp/UIRAUNA/portal/index.csp?991MGPu3287bPQch83865OGil2211fu=wPgZ50DBw203FTX21906FLcEL253aeGeu6596Q3911995OlsM349>

10.2 As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

10.3 Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso fundamentado e específico destinado a Comissão de Acompanhamento, avaliação e seleção.

10.4 Os recursos de trata o item 10.3 deverão ser apresentados acordo com prazo estabelecido no item 6.4, não cabendo recurso administrativo da decisão após esta fase.

10.5 Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.

10.6 Caso o proponente esteja em débito com o ente público responsável pelo edital de chamamento público, com o Estado e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.

11. CONTRATUALIZAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

11.1 Finalizada a fase de habilitação, o proponente contemplado será convocado por meio de publicação no site do município ou redes sociais oficiais da prefeitura e da secretaria e ou por telefone para assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo X deste Edital.

11.2 O Termo de Execução Cultural deve ser assinado pelo proponente neste Edital e pelo responsável pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna contendo as obrigações dos assinantes.

11.3 O proponente deve assinar o Termo de Execução Cultural nos dias de acordo com prazo estabelecido no item 6.3, sob pena de perda do apoio financeiro e convocação do suplente para assumir sua vaga.

12. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DOS PROJETOS

12.1 O proponente deve preencher a planilha orçamentária presente no Formulário de Inscrição, informando como será utilizado o recurso financeiro.

12.2 A estimativa de custos do projeto será prevista por categorias, sem a necessidade de detalhamento por item de despesa, conforme § 1º do art. 24 do Decreto 11.453/2023.

12.3 A compatibilidade entre a estimativa de custos do projeto e os preços praticados será avaliada pelos membros da comissão de seleção, pelo site <http://sistemas.cultura.gov.br/comparar/salinet/salinet.php> como parâmetro de valores do Ministério da Cultura, onde será levado em consideração o preço médio. E ou, com preços praticados no mercado local, regional e interestadual, sendo levado em consideração o menor preço.

12.4 Caso o proponente resolva precificar os itens do seu projeto, conforme aos preços praticados no mercado local, regional e interestadual, no ato da inscrição devem ser anexados 3 cotações de preços aos quais deu referência aos valores citados na planilha orçamentária.

12.5 Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados ou vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com o projeto apresentado.

12.6 Caso o proponente discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso na fase de análise.

12.7 O valor do projeto não poderá ser superior ao valor máximo destinado a cada projeto, conforme Anexo I do presente edital.

13. DA ACESSIBILIDADE

13.1 Os projetos devem contar com medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), de modo a contemplar:

I - No aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;

II - No aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e,

III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.

13.2 Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:

- I- Adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
- II- Utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
- III- medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
- IV- Contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
- V- Oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

13.3 Os projetos devem prever obrigatoriamente medidas de acessibilidade, sendo assegurado para essa finalidade no mínimo 10% do valor total do projeto.

13.4 A utilização do percentual mínimo de 10% de que trata o item 13.3 pode ser excepcionalmente dispensada quando:

- I - For inaplicável em razão das características do objeto cultural, a exemplo de projetos cujo objeto seja o desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual; ou
- II - Quando o projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural.

13.5 O proponente deve apresentar justificativa para os casos em que o percentual mínimo de 10% é inaplicável conforme Anexo VIII.

14. DA CONTRAPARTIDA SOCIAL

14.1 Os proponentes contemplados neste edital deverão realizar contrapartida social a ser pactuada com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, incluída obrigatoriamente a realização de exposição, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade.

14.2 As salas de cinema que receberem recursos por meio deste Edital estão obrigadas a exibir obras nacionais em número de dias 10% (dez por cento) superior ao estabelecido pela regulamentação referida no art. 55 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

14.3 As contrapartidas deverão ser informadas no Formulário de Inscrição e devem ser executadas conforme anexo IX com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a ser informado posteriormente.

14.4 As informações sobre o cronograma da realização das contrapartidas serão publicadas no site do oficial e nas redes sociais da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e da Prefeitura Municipal de Uiraúna.

15. DOS DESEMBOLSOS/PAGAMENTOS

15.1 Os proponentes selecionados receberão os valores aprovados em única parcela, após assinatura do Termo de execução cultural, conforme anexo X.

15.2 Os recursos do termo de execução cultural serão depositados pela administração pública em conta bancária específica, conforme Art. 25 do Decreto 11.453/2023. A conta bancária poderá enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

- a) conta bancária de instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias; e
- b) conta bancária de instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.

15.3 É de responsabilidade exclusiva do proponente a abertura da conta bancária na agência.

15.4 Os recursos financeiros poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços de locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto, despesas com a divulgação e entre outros itens de custeio necessários para o cumprimento do objeto.

16. DO MONITORAMENTO

16.1 Os procedimentos de monitoramento, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

17. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

17.1 O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas em até 60 dias, após o término do prazo do termo de execução cultural, através dos anexos:

- a) Relatório de execução do objeto – Anexo XI;
- b) Dossiê documental de demonstração da execução do projeto a exemplo: declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

17.2 E se for necessário será solicitado documentos de apoio para análise da referida prestação de contas, conforme procedimentos do Decreto 11.453/2023 dos art. 29 ao art. 34 e seus adendos.

17.3 A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira deverá ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do instrumento. Podendo ser solicitada a qualquer momento.

17.4 São válidos para fins de comprovação de despesas, apenas documentos fiscais válidos como notas fiscais ou cupons fiscais, transferências bancárias, entre outros.

18. DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

18.1 Todos os produtos resultantes do presente Edital deverão ter em seus materiais de divulgação as marcas da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo de Uiraúna, da Prefeitura Municipal de Uiraúna, da Lei Paulo Gustavo, do Ministério da Cultura e do Governo Federal, conforme disponibilizado no site <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/marcas-e-manual>, <https://www.uirauna.pb.gov.br/>

18.2 O material de divulgação dos projetos e seus produtos dever ser disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.

18.3 O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.

19. DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos proponentes. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial do município <https://www.uirauna.pb.gov.br/> e nas mídias sociais oficiais da Prefeitura Municipal e da Secretaria de Cultura e Turismo.

19.2 O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site <https://www.uirauna.pb.gov.br/>.

19.3 Demais informações podem ser obtidas através e-mail: cultura.uirauna@gmail.com.

19.4 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do proponente.

19.5 Todos os documentos referentes as despesas realizadas para o cumprimento do objeto como nota fiscal, transferências a fornecedores, cupons fiscais, tributos fiscais deverão ser guardados, sob medida dos mesmos serem solicitados a qualquer tempo.

19.6 O desvio de finalidade dos recursos recebidos é de responsabilidade do proponente. Cabendo o mesmo responder judicialmente pelo ato e até mesmo devolver os recursos recebidos de forma integral aos cofres públicos da União a qualquer tempo ou sob pena de seu CPF ou CNPJ ser inserido no Cadastro de Serviço de Proteção ao Crédito-SPC.

19.7 O não atendimento do item 17, deste edital é de exclusiva responsabilidade do proponente.

19.8 O proponente será o único responsável pela veracidade da proposta e documentos encaminhados, isentando a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do município de Uiraúna de qualquer responsabilidade civil ou penal.

19.9 O apoio concedido por meio deste Edital poderá ser acumulado com recursos captados por meio de leis de incentivo fiscal e outros programas e/ou apoios federais, estaduais e municipais.

19.10 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei Complementar 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), no Decreto 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e no Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

19.11 O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 60 dias, a contar da data de publicação deste.

19.12 Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio	Anexo IX – Declaração de contrapartida social
Anexo II - Formulário de Inscrição/Plano de Trabalho	Anexo X - Termo de execução cultural
Anexo III - Critérios de seleção	Anexo XI - Relatório de execução do objeto
Anexo IV – Declaração de representação de grupo ou coletivo	
Anexo V – Declaração étnico-racial	
Anexo VI – Declaração de residência	
Anexo VII – Declaração de Cadastro Cultural	
Anexo VIII – Declaração de aplicabilidade de 10% do item 13.6 do edital	

Uiraúna - PB, 03 de outubro de 2023.

MÁRCIA DE FÁTIMA HENRIQUE DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

ANEXO I

OUTRAS MODALIDADES

1 RECURSOS DO EDITAL

1.1 O presente edital possui valor total de R\$ 43.500,00 (Quarenta e Três Mil e Quinhentos Reais) de incentivo as diversas manifestações culturais, exceto o áudio visual. Assim sendo:

CATEGORIAS	QTD DE VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS PESSOAS NEGRAS	QTD DE TOTAL DE VAGAS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO	VALOR TOTAL DA CATEGORIA
Agentes Culturais - Individuais	15	4	19	Até R\$ 500,00	Até R\$ 9.500,00
Grupos e Coletivos Culturais de 2	3	1	4	Até R\$ 1.000,00	Até R\$ 4.000,00
Grupos e Coletivos Culturais de 3 a 4	1	1	2	Até R\$ 2.000,00	Até R\$ 4.000,00
Grupos e Coletivos Culturais de 5 acima.	6	2	8	Até R\$ 3.000,00	Até R\$ 26.000,00

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

1. DADOS DO PROPONENTE			
<input type="checkbox"/> Pessoa Física		<input type="checkbox"/> Pessoa Jurídica	
1.1 - PESSOA FÍSICA			
Nome Completo			
Nome artístico ou nome social			
RG:		CPF:	
Data de nascimento:			
Endereço Completo:		Cidade:	
Estado:	CEP:	Telefone:	Email:
1.2 - PESSOA JURÍDICA			
Razão Social:		CNPJ	
Endereço Completo:		Cidade:	
CEP:	Telefone:	Email:	
Estado:			
1.3 - VOCÊ RESIDE EM QUAIS DESSAS ÁREAS?			
<input type="checkbox"/> Zona urbana			
<input type="checkbox"/> Zona rural			
1.4 - PERTENCE A ALGUMA COMUNIDADE TRADICIONAL?			
<input type="checkbox"/> Não pertencem a comunidade tradicional <input type="checkbox"/> Povos Ciganos			
<input type="checkbox"/> Comunidades Extrativistas		<input type="checkbox"/> Pescadores(as) Artesanais	
<input type="checkbox"/> Comunidades Ribeirinhas		<input type="checkbox"/> Povos de Terreiro	
<input type="checkbox"/> Comunidades Rurais		<input type="checkbox"/> Quilombolas	
<input type="checkbox"/> Indígenas		<input type="checkbox"/> Outra comunidade tradicional	
1.5 - GÊNERO?			
<input type="checkbox"/> Mulher cisgênero		<input type="checkbox"/> Mulher Transgênero	<input type="checkbox"/> Pessoa Não Binária
<input type="checkbox"/> Homem cisgênero		<input type="checkbox"/> Homem Transgênero	<input type="checkbox"/> Não informar
1.6 - RAÇA, COR OU ETNIA?			

<input type="checkbox"/> Branca	<input type="checkbox"/> Parda
<input type="checkbox"/> Preta	<input type="checkbox"/> Amarela
1.7 - VOCÊ É UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - PCD?	
<input type="checkbox"/> Sim	
<input type="checkbox"/> Não	
CASO TENHA MARCADO "SIM", QUAL TIPO DE DEFICIÊNCIA?	
<input type="checkbox"/> Auditiva	<input type="checkbox"/> Múltipla
<input type="checkbox"/> Física	<input type="checkbox"/> Visual

() Intelectual		
1.8 - QUAL O SEU GRAU DE ESCOLARIDADE?		
() Não tenho Educação Formal	() Ensino Médio Incompleto	() Ensino Superior Incompleto
() Ensino Fundamental Incompleto	() Ensino Médio Completo	() Ensino Superior Completo
() Ensino Fundamental Completo	() Curso Técnico Completo	() Pós Graduação Completo
1.9 - QUAL A SUA RENDA MENSAL FIXA INDIVIDUAL		
() Nenhuma renda.	() De 5 a 8 salários mínimos	
() Até 1 salário mínimo	() De 8 a 10 salários mínimos	
() De 1 a 2 salários mínimos	() Acima de 10 salários mínimos	
() De 3 a 5 salários mínimos		
1.10 - VOCÊ É BENEFICIÁRIO DE ALGUM PROGRAMA SOCIAL?		
() Não	() Garantia-Safra	
() Bolsa família	() Seguro-Defeso	
() Benefício de Prestação Continuada	() Outro	
() Programa de Erradicação do Trabalho Infantil		
1.11 - VAI CONCORRER AS COTAS?		
() Sim () Não	SE SIM. QUAL?	
() Pessoa negra () Pessoa indígena () Deficientes		
1.12 - QUAL A SUA PRINCIPAL FUNÇÃO/PROFISSÃO NO CAMPO ARTÍSTICO E CULTURAL?		
() Artista, Artesão(a), Brincante, Criador(a) e afins.	() Gestor(a)	
() Instrutor(a), oficinairo(a), educador(a) e artístico(a)-cultural.	() Técnico(a)	
() Produtor(a)	() Consultor(a), Pesquisador(a) e afins.	
1.13 - VOCÊ ESTÁ REPRESENTANDO UM COLETIVO (SEM CNPJ)?		
() Não	() Sim	
Caso tenha respondido "sim":	Nome do coletivo:	
	Ano de Criação:	
	Quantas pessoas fazem parte do coletivo?	
1.14- NOME COMPLETO E CPF DAS PESSOAS QUE COMPÕEM O COLETIVO:		
Anexe os currículos dos membros.		
1.	9.	
2.	10.	
3.	11.	
4.	12.	
5.	13.	
6.	14.	
7.	15.	
8.	16.	
2. DADOS DO PROJETO		
Nome do Projeto:		
2.1 - ESCOLHA A CATEGORIA A QUE VAI CONCORRER:		
() Individual		
() Grupo/Coletivo		
2.2 - DESCRIÇÃO DO PROJETO		
Na descrição, você deve apresentar informações gerais sobre o seu projeto.		
Algumas perguntas orientadoras: O que você realizará com o projeto? Por que ele é importante para a sociedade?		
Como a ideia do projeto surgiu? Conte sobre o contexto de realização.		

2.3 - OBJETIVOS DO PROJETO	
Neste campo, você deve propor objetivos para o seu projeto, ou seja, deve informar o que você pretende alcançar com a realização do projeto. É importante que você seja breve e proponha entre três a cinco objetivos.	
2.4 - PERFIL DO PÚBLICO A SER ATINGIDO PELO PROJETO	
Preencha aqui informações sobre as pessoas que serão beneficiadas ou participarão do seu projeto.	
Perguntas orientadoras:	
Quem vai ser o público do seu projeto? Essas pessoas são crianças, adultas e/ou idosos? Elas fazem parte de alguma comunidade? Qual a escolaridade delas? Elas moram em qual local, bairro e/ou região? No caso de públicos digitais, qual o perfil das pessoas a que seu projeto se direciona?	
2.5 - QUAL O PERFIL DO PÚBLICO DO SEU PROJETO?	
(Ex.: crianças, idosos, jovens, pessoas com deficiência, etc.)	
2.6 - MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE EMPREGADAS NO PROJETO	
Acessibilidade arquitetônica:	
() rotas acessíveis, com espaço de manobra para cadeira de rodas;	() banheiros femininos e masculinos adaptados para pessoas com deficiência;
() piso tátil;	() vagas de estacionamento para pessoas com deficiência;
() rampas;	() assentos para pessoas obesas;
() elevadores adequados para pessoas com deficiência;	() iluminação adequada;
() corrimãos e guarda-corpos;	() Outra _____
Acessibilidade comunicacional:	
() a Língua Brasileira de Sinais - Libras;	() as legendas;
() o sistema Braille;	() a linguagem simples;
() o sistema de sinalização ou comunicação tátil;	() textos adaptados para leitores de tela; e
() a audiodescrição;	() Outra _____
Acessibilidade atitudinal:	
() capacitação de equipes atuantes nos projetos culturais;	() formação e sensibilização de agentes culturais, público e todos os envolvidos na cadeia produtiva cultural; e
() contratação de profissionais com deficiência e profissionais especializados em acessibilidade cultural;	() outras medidas que visem a eliminação de atitudes capacitistas.

2.7 - LOCAL ONDE O PROJETO SERÁ EXECUTADO			
Informe os espaços culturais e outros ambientes onde a sua proposta será realizada.			
2.8 - PREVISÃO DO PERÍODO DE EXECUÇÃO DO PROJETO?			
Data de início ____/____/____		Data final ____/____/____	
2.9 - EQUIPE			
Informe quais são os profissionais que atuarão no projeto, conforme quadro a seguir:			
Nome do profissional	Função no projeto Ex.: Roteirista. ...	CPF/CNPJ	Pessoa negra? S/N
2.10 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO			
Descreva os passos a serem seguidos para execução do projeto. (Neste espaço, é necessário detalhar os objetivos em pequenas ações e/ou resultados que sejam quantificáveis. Por exemplo: Realização de 02 oficinas de artes circenses; Confecção de 80 figurinos; 120 pessoas idosas beneficiadas.)			
Meta	Etapas	Início	Fim
2.11 - ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO			
Apresente os meios que serão utilizados para divulgar o projeto. ex.: impulsionamento em redes sociais.			
2.12 - CONTRAPARTIDA			
As despesas recorrentes dos itens acima são de exclusividade do proponente selecionado.			

() Realização de exposição gratuita, assegurados a acessibilidade de grupos com restrições e o direcionamento à rede de ensino da localidade, conforme cronograma a ser repassado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

() outro, cite: _____

2.13 - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA					
Preencha a tabela informando todas as despesas indicando as metas/etapas às quais elas estão relacionadas. Deve haver a indicação do parâmetro de preço utilizado com a referência específica do item de despesa, conforme exemplo abaixo (Ex.: preço estabelecido no SALICNET ou 3 orçamentos etc.)					
Descrição do item	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total	Referência de preço

ANEXO III		
CRITÉRIOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DE MÉRITO/ANÁLISE CULTURAL		
A comissão de seleção atribuirá notas de 0 a 10 pontos a cada um dos critérios de avaliação de cada projeto, conforme tabela a seguir:		
CRITÉRIOS OBRIGATORIOS		
Identificação do Critério	Descrição do Critério	Pontuação Máxima
A	Qualidade do Projeto - Coerência do objeto, objetivos, justificativa e metas do projeto - A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como uma toda coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	10
B	Relevância da ação proposta para o cenário cultural do Município de Uiraúna-PB. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui para o enriquecimento e valorização da cultura do município.	10
C	Aspectos de integração comunitária na ação proposta pelo projeto - considera-se, para fins de avaliação e valoração, se o projeto apresenta aspectos de integração comunitária, em relação ao impacto social para a inclusão de pessoas com deficiência, idosos e demais grupos em situação de histórica vulnerabilidade econômica/social.	10
D	Coerência da planilha orçamentária e do cronograma de execução as metas, resultados e desdobramentos do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica do projeto sob o ponto de vista dos gastos previstos na planilha orçamentária, sua execução e a adequação ao objeto, metas e objetivos previstos. Também deverá ser considerada para fins de avaliação a coerência e conformidade dos valores e quantidades dos itens relacionados na planilha orçamentária do projeto.	10
E	Coerência do Plano de Divulgação ao Cronograma, Objetivos e Metas do projeto proposto - A análise deverá avaliar e valorar a viabilidade técnica e comunicacional com o público alvo do projeto, mediante as estratégias, mídias e materiais apresentados, bem como a capacidade de executá-los.	10
F	Compatibilidade da ficha técnica com as atividades desenvolvidas - A análise deverá considerar a carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico e artístico, verificando a coerência ou não em relação as atribuições que serão executadas por eles no projeto (para esta avaliação serão considerados os currículos dos membros)	10
G	Trajetória artística e cultural do proponente - Será considerado para fins de análise a carreira do proponente, com base nos currículos/portfólio e comprovações enviadas juntamente com a proposta.	10
H	Contrapartida - Será avaliado o interesse público da execução da contrapartida proposta pelo agente cultural.	10
PONTUAÇÃO TOTAL:		80

Além da pontuação acima, o proponente pode receber bônus de pontuação, ou seja, uma pontuação extra, conforme critérios abaixo especificados:		
PONTUAÇÃO BÔNUS PARA PROPONENTES PESSOAS FÍSICAS		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
I	Proponentes do gênero feminino	5
J	Proponente LGBTQIA+	5
K	Proponentes com deficiência	5
L	Proponentes de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, etc.	5
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS

PONTUAÇÃO EXTRA PARA PROPONENTES PESSOAS JURÍDICAS E COLETIVOS OU GRUPOS CULTURAIS SEM CNPJ		
Identificação do Ponto Extra	Descrição do Ponto Extra	Pontuação Máxima
M	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos compostos majoritariamente por pessoas negras ou indígenas	7
N	Pessoas jurídicas compostas majoritariamente por mulheres	7
O	Pessoas jurídicas ou coletivos/grupos com notória atuação em temáticas relacionadas a: pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência, mulheres, LGBTQIAP+, idosos, crianças, e demais grupos em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social	6
PONTUAÇÃO EXTRA TOTAL		20 PONTOS
1. Os critérios gerais são eliminatórios, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.		
2. Os bônus de pontuação são cumulativos e não constituem critérios obrigatórios, de modo que a pontuação 0 em algum dos pontos bônus não desclassifica o proponente.		
3. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D, E, F, G, H respectivamente.		
4. Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate na ordem a seguir: proponente com maior idade e após sorteio.		
5. Serão considerados aptos os projetos que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.		
6. Serão desclassificados os projetos que:		
I - Receberam nota 0 em qualquer dos critérios obrigatórios;		
II - apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto no inciso IV do caput do art. 3º da Constituição, garantidos o contraditório e a ampla defesa.		
7. A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.		

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE GRUPO OU COLETIVO
GRUPO ARTÍSTICO: _____
NOME DO REPRESENTANTE: _____
FUNÇÃO DO REPRESENTANTE: _____
IDENTIDADE: _____
CPF N.º _____
E-MAIL: _____
TELEFONE _____

Os declarantes abaixo-assinados, integrantes do grupo artístico _____, elegem a pessoa indicada no campo “REPRESENTANTE” como único e representante neste edital, outorgando-lhe poderes para fazer cumprir todos os procedimentos exigidos nas etapas do edital, inclusive assinatura de recibo, troca de comunicações, podendo assumir compromissos, obrigações, transigir, receber pagamentos e dar quitação, renunciar direitos e qualquer outro ato relacionado ao referido edital. Os declarantes informam que não incorrem em quaisquer das vedações do item de participação previstas no edital.

NOME DO INTEGRANTE	CPF N.º	ASSINATURAS

Uiraúna-PB ____/____/____

ANEXO V
DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Eu, _____, CPF _____, RG nº _____, residente e domiciliado no território do município de Uiraúna-PB, DECLARO para fins de participação no Edital N.º 02/2023 que estou assegurado pela cota de 20% por ser negro/pardo. Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Uiraúna-PB ____/____/____

Assinatura do declarante

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA

Declaro que o Senhor(a) _____, reside em imóvel a Rua _____, n.º _____ de minha propriedade a mais de 2 (dois) anos.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar sanções criminais.

Uiraúna-PB ____/____/____

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CADASTRO CULTURAL

Declaro que o Senhor(a) _____, se encontra cadastrado neste Secretaria do rol de Artistas Culturais do município de Uiraúna-PB.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar sanções criminais.

Uiraúna-PB ____/____/____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE APLICABILIDADE DE 10% DO ITEM 13.5 DO EDITAL

Justifico-me não usar os 10%, motivo:

() Em razão das características do objeto cultural, ser de desenvolvimento de roteiro e licenciamento de obra audiovisual;

() Devido ao projeto já contemplar integralmente as medidas de acessibilidade compatíveis com as características do objeto cultural ou seja, com legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

Por ser verdade, assino a presente declaração e estou ciente de que a apresentação de declaração falsa pode acarretar desclassificação do edital e aplicação de sanções criminais.

Uiraúna - PB, ____/____/____

Assinatura do declarante

ANEXO X

MODELO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL N.º _____ / 2023 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL N.º 02/2023 – NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 195/2022 (LEI PAULO GUSTAVO), DO DECRETO N. 11.525/2023 (DECRETO PAULO GUSTAVO) E DO DECRETO 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, neste ato representado por Senhor(a) Márcia de Fátima Henrique de Araújo, e o (a) AGENTE CULTURAL, _____, portador(a) do RG nº _____, expedida em _____, CPF nº _____ residente e domiciliado(a) à _____ CEP: _____ telefones: _____ resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais de que trata o inciso I do art. 8 do Decreto 11.453/2023, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da Lei Complementar N.º 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), do Decreto N. 11.525/2023 (Decreto Paulo Gustavo) e do Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural _____, contemplado no conforme chamamento público nº 02/2023.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R\$ _____

4.2. Serão transferidos à conta do(a) _____, especialmente aberta no _____, Agência _____, Conta Corrente nº _____, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

I) transferir os recursos ao(a) AGENTE CULTURAL;

II) orientar o(a) AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo(a) AGENTE CULTURAL, junto da Comissão de Acompanhamento, avaliação e seleção;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo(a) AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do(a) AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos pela Lei Paulo Gustavo na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo por meio de Relatório de Execução do Objeto, conforme anexo XI do edital, apresentado no prazo máximo de 60 dias contados do término da vigência do termo de execução cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação, a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Lei Paulo Gustavo, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura;

VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;

IX) guardar a documentação referente à prestação de informações pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;

X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

XI) executar a contrapartida conforme pactuado.

7. DOS DESEMBOLSOS/PAGAMENTOS

7.1 Os proponentes selecionados receberão os valores aprovados em única parcela, após assinatura do Termo de execução cultural, conforme anexo X.

7.2 Os recursos do termo de execução cultural serão depositados pela administração pública em conta bancária específica, conforme Art. 25 do Decreto 11.453/2023. A conta bancária poderá enquadrar-se nas seguintes hipóteses:

c) conta bancária de instituição financeira pública, preferencialmente isenta de tarifas bancárias; e

d) conta bancária de instituição financeira privada em que não haja a cobrança de tarifas.

7.3 É de responsabilidade exclusiva do proponente a abertura da conta bancária na agência.

7.4 Os recursos financeiros poderão ser utilizados para o pagamento de prestação de serviços de locação de bens; remuneração de equipe de trabalho com os respectivos encargos; diárias para cobrir deslocamento, viagem, hospedagem, alimentação e transporte; despesas com tributos e tarifas bancárias; assessoria jurídica, serviços contábeis e assessoria de gestão de projeto, despesas com a divulgação e entre outros itens de custeio necessários para o cumprimento do objeto.

8. DO MONITORAMENTO

8.1 Os procedimentos de monitoramento, assim como prestação de informação à administração pública, observarão o Decreto 11.453/2023 (Decreto de Fomento), que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

9. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 O proponente que celebrou o termo de execução cultural prestará contas em até 60 dias, após o término do prazo do termo de execução cultural, através dos anexos:

c) Relatório de execução do objeto – Anexo XI;

d) Relatório de execução financeira - Anexo XII;

e) Dossiê documental de demonstração da execução do projeto a exemplo: declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.

9.2 E se for necessário será solicitado documentos de apoio para análise da referida prestação de contas, conforme procedimentos do Decreto 11.453/2023 dos art. 29 ao art. 34 e seus adendos.

9.3 A documentação relativa à execução do objeto e à execução financeira deverá ser mantida pelo beneficiário pelo prazo de cinco anos, contado do fim da vigência do instrumento. Podendo ser solicitada a qualquer momento.

9.4 São válidos para fins de comprovação de despesas, apenas documentos fiscais válidos como notas fiscais ou cupons fiscais, transferências bancárias, entre outros.

9.5 Após o recebimento do processo enviado pelo agente público de que trata o item 9, a autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:

I - Determinar o arquivamento, caso considere que houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado;

II - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução do objeto, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes;

III - Solicitar a apresentação, pelo agente cultural, de relatório de execução financeira, caso considere que não foi possível aferir o cumprimento integral do objeto no relatório de execução do objeto ou que as justificativas apresentadas sobre o cumprimento parcial do objeto foram insuficientes; ou

IV - Aplicar sanções ou decidir pela rejeição da prestação de informações, caso verifique que não houve o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado, ou caso identifique irregularidades no relatório de execução financeira.

9.6 O julgamento da prestação de informações realizado pela autoridade do ente federativo que celebrou o termo de execução cultural avaliará o parecer técnico de análise de prestação de informações e poderá concluir pela:

I - Aprovação da prestação de informações, com ou sem ressalvas; ou

II - Reprovação da prestação de informações, parcial ou total.

9.7 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:

I - Devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;

II - Apresentação de plano de ações compensatórias; ou

III - Devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.

9.8 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.

9.9 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.

9.10 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

9.11 O prazo de execução do plano de ações compensatórias será o menor possível, conforme o caso concreto, limitado à metade do prazo originalmente previsto de vigência do instrumento.

9.12 Fica o ente federativo isento de toda e qualquer responsabilidade nos casos de omissão do envio da prestação de contas dos proponentes dentro do prazo estabelecido.

9.13 Fica os proponentes que não apresentarem sua prestação de contas ao ente federativo local, a responder sob as penas da Lei junto ao Ministério da Cultura.

10. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

10.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.

10.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:

I - Prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa a atraso na liberação de recursos; e

II - Na condição que o Ministério da Cultura, prorrogue os prazos de execução.

10.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta, a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.

10.4 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.

10.5 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

11. TITULARIDADE DE BENS

11.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.

11.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

12. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

12.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:

I - Extinto por decurso de prazo;

II - Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;

III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou

IV - Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;

b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;

c) violação da legislação aplicável;

d) cometimento de falhas reiteradas na execução;

e) má administração de recursos públicos;

f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;

g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;

h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

12.2 A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

12.3 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

12.4 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje danos ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

12.5 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

13. SANÇÕES

13.1. Nos casos em que for verificado que a ação cultural ocorreu, mas houve inadequação na execução do objeto ou na execução financeira sem má-fé, a autoridade pode concluir pela aprovação da prestação de informações com ressalvas e aplicar sanção de advertência ou multa.

13.2 A decisão sobre a sanção deve ser precedida de abertura de prazo para apresentação de defesa pelo AGENTE CULTURAL.

13.3 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a aplicação de sanção, desde que regularmente comprovada.

14. VIGÊNCIA

14.1 A vigência deste instrumento terá início na data de assinatura das partes, com duração de 1(um) mês, podendo ser prorrogado por igual período.

15. PUBLICAÇÃO

15.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no <https://www.uirauna.pb.gov.br>

16. FORO

16.1 Fica eleito o Foro de São João do Rio do Peixe-PB para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

MÁRCIA DE FÁTIMA HENRIQUE DE ARAÚJO

Secretária Municipal de Cultura e Turismo

Nome do Agente Cultural

ANEXO XII

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. DADOS DO PROJETO

Nome do projeto:	
Nome do agente cultural proponente:	
Nº do Termo de Execução Cultural:	Vigência do projeto:
Valor repassado para o projeto:	Data de entrega desse relatório:

2. RESULTADOS DO PROJETO

2.1. Resumo:

Descreva de forma resumida como foi a execução do projeto, destacando principais resultados e benefícios gerados e outras informações pertinentes.

2.2. As ações planejadas para o projeto foram realizadas?

() Sim, todas as ações foram feitas conforme o planejado.

() Sim, todas as ações foram feitas, mas com adaptações e/ou alterações.

() Uma parte das ações planejadas não foi feita.

() As ações não foram feitas conforme o planejado.

2.3. Ações desenvolvidas

Descreva as ações desenvolvidas, com informações detalhando ações, datas, locais, horários, etc. Fale também sobre a eventuais alterações nas atividades previstas no projeto, bem como os possíveis impactos nas metas acordadas.

2.4. Cumprimento das Metas

META 1 [Descreva a meta, conforme consta no projeto apresentado]

OBSERVAÇÃO DA META 1: [informe como a meta foi cumprida]

Meta cumprida integralmente, parcialmente ou não cumprida:

☐ integralmente ☐ parcialmente ☐ não cumprida

Caso a resposta seja parcialmente ou não cumprida, favor justificar:

3. PRODUTOS GERADOS

3.1. A execução do projeto gerou que tipo de produto?

☐ Vídeo ☐ Documentário ☐ Produção musical

3.1.2. Como os produtos desenvolvidos ficaram disponíveis para o público após o fim do projeto?

Exemplos: publicações impressas, vídeos no YouTube?

3.2. Quais foram os resultados gerados pelo projeto?

Detalhe os resultados gerados por cada atividade prevista no Projeto.

3.2.1 Pensando nos resultados gerados pelo projeto, você considera que ele ... (Você pode marcar mais de uma opção).

☐ Desenvolveu processos de criação, de investigação ou de pesquisa.

☐ Colaborou para manter as atividades culturais do coletivo.

☐ Fortaleceu a identidade cultural do coletivo.

☐ Promoveu as práticas culturais do coletivo no espaço em que foi desenvolvido.

☐ Promoveu a formação em linguagens, técnicas e práticas artísticas e culturais.

☐ Ofereceu programações artísticas e culturais para a comunidade do entorno.

☐ Atuou na preservação, na proteção e na salvaguarda de bens e manifestações culturais.

4. PÚBLICO ALCANÇADO

Informe a quantidade de pessoas beneficiadas pelo projeto, demonstre os mecanismos utilizados para mensuração, a exemplo de listas de presenças.

Em caso de baixa frequência ou oscilação relevante informe as justificativas.

5. EQUIPE DO PROJETO

5.1 Quantas pessoas fizeram parte da equipe do projeto?

Digite um número exato (exemplo: 23).

5.2 Houve mudanças na equipe ao longo da execução do projeto?

☐ Sim ☐ Não

Informe se entraram ou saíram pessoas na equipe durante a execução do projeto.

5.3 Informe os profissionais que participaram da execução do projeto:

Nome do profissional	Função no projeto	CPF/CNPJ

6. LOCAIS DE REALIZAÇÃO

6.1 De que modo o público acessou a ação ou o produto cultural do projeto?

☐ 1. Presencial.

☐ 2. Virtual.

☐ 3. Híbrido (presencial e virtual).

6.2 Quais plataformas virtuais foram usadas?

Você pode marcar mais de uma opção. Caso você tenha marcado os itens 2 ou 3 (virtual e híbrido):	
<input type="checkbox"/> Youtube <input type="checkbox"/> Instagram / IGTV <input type="checkbox"/> Facebook	<input type="checkbox"/> TikTok <input type="checkbox"/> Google Meet, Zoom etc.

6.4 De que forma aconteceram as ações e atividades presenciais do projeto?

☐ 1. Fixas, sempre no mesmo local.

☐ 2. Itinerantes, em diferentes locais.

☐ 3. Principalmente em um local base, mas com ações também em outros locais.

6.7 Onde o projeto foi realizado?

Você pode marcar mais de uma opção:	
<input type="checkbox"/> Equipamento cultural público municipal. <input type="checkbox"/> Equipamento cultural público estadual. <input type="checkbox"/> Espaço cultural independente. <input type="checkbox"/> Escola	<input type="checkbox"/> Praça. <input type="checkbox"/> Rua. <input type="checkbox"/> Parque. <input type="checkbox"/> Outros

7. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

Informe como o projeto foi divulgado. Ex.: Divulgado no Instagram

8. CONTRAPARTIDA

Descreva como a contrapartida foi executada, quando foi executada e onde foi executada.

9. TÓPICOS ADICIONAIS

Inclua aqui informações relevantes que não foram abordadas nos tópicos anteriores, se houver.

10. ANEXOS

Junte documentos que comprovem que você executou o projeto, tais como listas de presença, relatório fotográfico, vídeos, depoimentos, entre outros.

Assinatura do declarante

Publicado por:
Wenya Sarmiento Sobrinho
Código Identificador:AF1C6622

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2  QUADRIMESTRE 2023

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Boa Vista - PB (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ:
Exercício: 2023
Período de referência: 2  quadrimestre
RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal														
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	53.250,00	76.680,00	68.340,00	66.850,00	54.100,00	66.061,00	78.279,00	66.187,00	66.949,54	60.316,66	77.827,43	68.481,95	803.322,58	0,00	
Pessoal Ativo	53.250,00	76.680,00	68.340,00	66.850,00	54.100,00	66.061,00	78.279,00	66.187,00	66.949,54	60.316,66	77.827,43	68.481,95	803.322,58	0,00	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	53.250,00	53.250,00	56.625,00	53.250,00	54.100,00	54.700,00	55.200,00	54.700,00	55.333,33	60.316,66	54.700,00	56.719,64	662.144,63	0,00	
Obrigações Patronais	0,00	23.430,00	11.715,00	13.600,00	0,00	11.361,00	23.079,00	11.487,00	11.616,21	0,00	23.127,43	11.762,31	141.177,95	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	53.250,00	76.680,00	68.340,00	66.850,00	54.100,00	66.061,00	78.279,00	66.187,00	66.949,54	60.316,66	77.827,43	68.481,95	803.322,58	0,00	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.152.536,14	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1�, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LÍMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	45.152.536,14	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	803.322,58	1,78
LÍMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.709.155,17	6,00
LÍMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.573.697,41	5,70
LÍMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1� do art. 59 da LRF)	2.438.239,65	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-

Notas Explicativas

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	Percentual
	Percentual
Parâmetros para Redução do Excedente de DTP (art. 15 da LC 178/2021)	-
Limite Máximo (IX) (%) (LRF, art. 20)	
DTP em 2021 (XII) (%)	
Excedente em 2021 (XIII) = (XII - IX) (%)	
Redutor anual (XIV) = (0,10 x XIII) (%)	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal (art. 15 da LC 178/2021)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII)												
% DTP (VIII / VII)												
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)												

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2023
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JOSE FERNANDO LEITE AIRES:02530454442

Date: 2023.10.02 11:29:18 BRT

Perfil: Titular do Poder Legislativo

Instituição: Câmara de Vereadores de Boa Vista - PB

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Publicado por:
Ewerson Marinho
Código Identificador:552BD7B2